

Uma identidade dos jornalistas cabo-verdianos

Autora: Margarida Filipa de Andrade António Fontes

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em
Jornalismo

Orientador:
Mário António da Mota Mesquita, Professor Adjunto da Escola Superior de Comunicação
Social

Outubro de 2017

Uma Identidade dos Jornalistas Cabo-verdianos

Declaração

Declaro, para os devidos efeitos, ser a autora deste trabalho, parte integrante das condições exigidas para a obtenção do grau de Mestre em Jornalismo pela Escola Superior de Comunicação Social – I.P.L. Este trabalho é inédito e original na sua íntegra, nunca submetido (no seu todo ou em qualquer das suas partes) a outra instituição de ensino para a obtenção de um grau académico ou qualquer outras habilitação. Atesto ainda que todas as identificações estão devidamente identificadas. Mais acrescento que tenho consciência de que o plágio poderá levar à anulação do trabalho agora apresentado.

Cidade da Praia, Ilha de Santiago, Cabo Verde
26 de Outubro de 2017

Agradecimentos

Gostaria de começar por agradecer à minha família que me apoia e torce imensamente pelo sucesso de tudo o que faço: Rita, João Frederico, Pablo e Mário. Em todos os momentos, sinto a vossa presença e amor que me incentivam a caminhar e a conquistar os meus sonhos. Palavras de gratidão também dispenso ao meu orientador, Mário Mesquita, pela imensa generosidade em partilhar aquilo que sabe. Aos colegas e amigos que me concederam entrevistas e disponibilizaram o seu tempo e sugestões, que seguramente ajudaram a enriquecer este trabalho, deixo um abraço amigo e apreço pela disponibilidade e bondade demonstradas.

Resumo

A presente tese aborda a identidade dos jornalistas cabo-verdianos, analisando o seu mapeamento sociológico, designadamente a evolução do número, a média da idade, a forma como estão distribuídos, e o nível de formação, sem esquecer a sindicalização. Igualmente, este trabalho aborda a história da profissionalização do jornalismo e o seu percurso, iniciado no século XIX quando os poetas e escritores fundavam, dirigiam e escreviam em jornais, passando pelo período da Independência até à presente data.

Palavras-chave: Jornalistas Cabo-verdianos; Identidade Profissional; Sociologia das Profissões; Carreira.

Abstract

At the present Master Thesis, our purpose is to study the identity of Capeverdean Journalists, focusing on their social and educational backgrounds, evolution in quantity, average ages, distribution, and union's structure as well. Also, this study approaches the rise of the Capeverdean Journalism (print media) in 19th century, protagonised by intellectuals, and its consolidation process until present time, crossing both the colonial and postcolonial period.

Key Words: Capeverdean journalists; Professional identity; Sociology of professions; Carrer

Resumé

La présente thèse s'intéresse à l'identité des journalistes capverdiens en analysant leur cartographie sociologique, à savoir l'évolution du nombre de postes, l'âge moyen, la façon dont ceux-ci sont répartis, et le niveau de formation, sans oublier le taux de syndicalisation. Ce document aborde également l'histoire de la professionnalisation du journalisme et de son histoire, débutée au XIXe siècle, lorsque les poètes et les écrivains fondaient, dirigeaient et écrivaient dans les journaux, en retraçant la période d'indépendance jusqu'à nos jours.

Mots-clés: Journalistes Capverdiens; Identité Professionnel; Sociologie des professions; Carrière.

Lista de Quadros

Quadro I: Jornalistas por tipos de órgãos	55
Quadro II: Distribuição dos jornalistas da RTC pelo país	56
Quadro II: Total Jornalista da RTC por sexo.....	57
Quadro IV: Jornalistas cabo-verdianos, segundo o sexo	57
Quadro V: Jornalistas distribuídos por faixa etária	59
Quadro VI: Nível de Escolaridade dos jornalistas cabo-verdianos	59
Quadro VII: Jornalistas licenciados distribuídos por género	61
Quadro VIII: Jornalistas licenciados distribuídos pelos m.c.s	61
Quadro IX: Jornalistas com Ens. Sec. distribuídos pelos m.c.s	62
Quadro X: Jornal. com Ens. Méd. e freq. Ens. Sup. pelos m.c.s	62
Quadro XI: Freq. de 4 anos letivos – Universidade de Santiago	65
Quadro XII: Os cargos e os níveis dos jornalistas na RTC	67
Quadro XIII: Modalidade salarial no Jornal Expresso das Ilhas	67

Índice

	Pág.
Declaração	2
Agradecimentos	3
Resumo	5
Lista de Quadros	8
Índice	9
1. Introdução	10
2. Capítulo I: Percurso Teórico sobre a Profissão	11
1. Preliminares	12
2. A contribuição da Escola de Chicago	13
3. A contribuição Europeia	14
4. Identidade Profissional dos Jornalistas	15
5. Jornalismo como profissão	18
3. Capítulo II – Jornalismo e Literatura	21
1. Preliminares	22
2. O culto da objetividade	25
4. Capítulo III – As etapas do Jornalismo	26
1. Preliminares	26
2. A imprensa periódica em Cabo Verde	28
3. A África na Imprensa Portuguesa	30
5. Capítulo IV – Jornalismo em contexto literário	32
1. Preliminares	32
2. Eugénio Tavares, um ilustre jornalista	34
3. Os temas do jornalismo cabo-verdiano	35
6. Capítulo V - O jornalismo e as conjunturas políticas em Cabo Verde	37
1. A tomada da Rádio Barlavento e o seu impacto no jornalismo	37
2. A imprensa no regime de Partido Único	38
3. A imprensa e o multipartidarismo	42
7. Capítulo VI - As normas que regulam a Comunicação Social	44
1. Preliminares	44
2. A Associação dos Jornalistas de Cabo Verde e a auto-regulação	46
3. A evolução da regulação	48
3.2 A hetero-regulação	52
8. Capítulo VII - O acesso à profissão e a carteira profissional	53
1. Expansão e recomposição social do grupo profissional dos jornalistas	56

1.1. Uma caracterização do grupo profissional dos jornalistas	56
2. Principais tendências dos grupos profissionais dos jornalistas	61
3. A formação de jornalistas em Cabo Verde	63
4. As condições sociais dos jornalistas em Cabo Verde	65
4.1 As variáveis salariais dos jornalistas cabo-verdiano	66
5. Dez perfis dos jornalistas cabo-verdianos	70
9. Conclusão	86
10. Bibliografia	88
11. Anexos - Transcrição de entrevistas	94

Introdução

« Il n’y a pas (...) d’identité sans altérité »

(Dubar, 2001, p. 3, apud Le Cam, p.27)

1. Encontrámos o nosso lugar no mundo quando descobrimos “quem somos”, “porque existimos”. Nem sempre as respostas chegam no tempo desejado, mas a busca, enquanto vivemos, torna-se incessante e, às vezes, perturbadora. A pergunta – quem somos - põe-la em todas as circunstâncias das nossas vidas: enquanto povos, nações, culturas, indivíduos e grupos e até em contextos familiares. A soma de características que nos elucidam sobre a nossa “individualidade” pessoal e de grupo em face a outras colectividades, sejam elas de ordem global, nacional ou mesmo local, é que dão corpo àquilo que chamamos de nossa “identidade”.

A identidade é uma construção dialética que emerge de uma relação entre o “eu” e o campo de ação. Uma busca do passado, e uma síntese das curvas do percurso, tanto colectivo como individual.

L’individu ou le groupe ne s’identifient pas forcément tel que les autres les identifient. Et le renvoi de l’image attribuée par l’autre est parfois en décalage par rapport à l’identité revendiquée par la personne et le groupe. L’identité se gère alors dans un jeu de réduction des différences entre les identités attribuées et celles revendiquées. (Le Cam, 2005, p. 28)

Identidade é um discurso sobre si estribado nas percepções que o indivíduo ou grupo constrói sobre si próprio. Uma espécie de catarse que, por vezes, nos leva a uma entrada e saída em permanência de nós mesmos, tendo sempre em atenção os instrumentos de percepção de uma colectividade. O nosso lugar no mundo é muito ditado pela profissão que exercemos, porque é, sobretudo, através dela que relacionamos com os demais actores sociais. As identidades profissionais ganham, cada vez mais, centralidade na contemporaneidade, depois de no período de industrialização ocorrer, em larga escala, a necessidade de uma definição e um maior investimento numa “cultura do profissionalismo”, isso com preponderância nos Estados Unidos e na Inglaterra, no limiar do Séc. XX.

2. A identidade dos jornalistas tem sido tema de estudo em países desenvolvidos. Este tipo de estudo tem a vantagem de proporcionar à sociedade elementos que podem

influenciar o relacionamento que estabelece com os meios de comunicação, designadamente maior ou menor confiança, mais disponibilidade para interagir com a comunicação social e maior compreensão perante a complexidade do exercício da profissão de jornalista num mundo globalizado em que muitas vezes os cidadãos não têm tempo de refletir perante o metralhar de notícias.

No presente caso, este estudo revela-se importante, porquanto incide sobre a definição da profissão de jornalista e analisa o percurso do jornalismo, no contexto cabo-verdiano, nomeadamente através da sua regulação. Outra proposta deste trabalho é refletir sobre as características e as particularidades da identidade profissional de uma classe que ao longo de décadas evoluiu num contexto de frágil reconhecimento institucional. A tese irá perceber de que modo essas fragilidades interferiram na afirmação da classe no contexto social cabo-verdiano, enquanto grupo com as suas especificidades, saber próprio, e linhas de atuação.

Para complementar essa abordagem, levaremos adiante um conjunto de entrevistas a um grupo de profissionais para, do ponto de vista qualitativo, e num auto discurso sobre percursos individuais, se aprofundar e alargar o perfil dos jornalistas de Cabo Verde. A escolha dos profissionais obedeceu a critérios de idade, experiências diversificadas, equilíbrio de género, formação e experiência profissional adquirida na redação. Todos esses critérios em confluência servirão de elementos de elucidação para a montagem de um Perfil dos Jornalistas Cabo-verdianos.

CAPÍTULO I

Percurso Teórico sobre a Profissão

“Dizemos que uma profissão emerge quando um número definido de pessoas começa a praticar uma técnica definida, baseada numa formação especializada” (DUBAR, 1997, Capítulo 6.4. “*A Teoria Funcionalista das “Profissões”*”)

[Conf.(http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3349/38/ulsd054826_3.1).

1. Preliminares

Antes de mais, vale referenciar que os primeiros trabalhos sobre a sociologia das profissões foram desenvolvidos nos países anglo-saxões, entre os anos 1920 e 1960, com os estudos funcionalistas de Talcott Parsons (1939) e Robert Merton (1938) (Estados Unidos) e Alexander Carr-Saunders e Paul Wilson (1933) na Inglaterra. Na altura, e pelo contexto económico (de uma industrialização emergente) esses estudos incidiram sobre as profissões liberais, na medida em que os seus membros sentiram a necessidade de se organizar em associações ou mesmo sindicatos. Debruçaram-se sobre profissões estáveis, com características restritas e que exigiam formação universitária, como Medicina, Direito e Engenharia.

A teoria funcionalista, um ramo das Ciências Sociais, que se fundamenta no pensamento de Émile Durkheim, teórico francês, considerado um dos fundadores da sociologia moderna, entende que o todo social depende da dinâmica social dos indivíduos para o seu desempenho cabal e harmonioso. Nessa acepção teórica de estudos sociais, “a profissão” ganha forte relevância pela sua representatividade numa “nova ordem social”.

“O que os pesquisadores do paradigma funcionalista fizeram foi desenvolver uma lista de atributos e características que definiriam uma atividade como profissão, excluindo as atividades que não atendiam a tais critérios (RUELLAN, 1993; DUBAR, 1999; CHAMPY, 2012 apud AGNEZ, 2014, p. 28)

Entenderam, na altura, que um levantamento sobre as características de uma profissão criaria a possibilidade de surgimento de “autoridades profissionais” que, dentro das suas competências claras e reconhecidas, pudessem influenciar e contribuir para uma sociedade mais plena, para a emergência de uma nova ordem social. A tal autoridade profissional, isenta de imposições externas. “Uma nomenclatura” que naturalmente encontraria a sua própria dinâmica e o seu conteúdo, depois de criadas as condições de acesso à profissão, de determinados os parâmetros éticos e académicos para o seu exercício, e de reconhecidos se tornarem os cânones que colectivamente ajudam a identificar esta ou aquela determinada profissão.

Depois de definidos e reconhecidos os parâmetros técnicos de uma profissão, no quadro das relações, sejam elas hierárquicas ou sócio simbólicas, a autoridade do profissional é reconhecida de modo mais pacificado, e nunca no quadro de imposições e/ou influências outras. No fundo, é fundamentalmente pela profissão que se retira referências e parâmetros para a construção de uma identidade social, ou para se formular juízo sobre a mesma.

Uma Identidade dos Jornalistas Cabo-verdianos

O Século XX é o século da emergência das profissões, possibilitada pela industrialização que forneceu as bases para a estruturação de uma sociedade moderna em que o sistema de emprego se pontifica como uma grande conquista, senão a grande conquista.

Com a emergência das profissões, as associações profissionais surgem como uma necessidade de legitimação social, e um espaço de reconhecimento perante as demais instâncias. As associações profissionais são, por excelência, espaços de formação, de aperfeiçoamento e de cultivo de condutas em prol de uma melhor imagem social da profissão (os códigos deontológicos). São também espaços de regulação de acesso à profissão.

2. A contribuição da Escola de Chicago

Anos mais tarde, em 1950, os teóricos da Escola de Chicago introduzem o interacionismo simbólico (Howard Becker, Everett Hughes) como crítica ao postulado da “profissão” defendida pelos funcionalistas num campo estável e relativamente reduzido que, na aceção dos interacionistas, deixava de fora muitas outras ocupações.

Esses pensadores propunham uma reflexão dinâmica à volta da profissionalização de uma ocupação. Ou seja, para além da autoridade técnica que certas profissões (quase superiores) como a Medicina, o Direito e a Engenharia detinham, a profissionalização deveria ser vista, defendem esses autores, como um processo pelo qual passariam todas as ocupações. Uma profissionalização que dependeria, necessariamente, da forma como o indivíduo desempenha, interage e encara a sua profissão. O prestígio e as distinções nas profissões dependem da “carreira” individual de cada profissional, e dependem de dinâmicas colectivas. A Escola de Chicago alarga a aceção da profissão que, na visão dos seus pensadores, se enquadra num campo vasto de cooperação, partilha e interação entre diferentes atores. É o conceito de “mundo social” de Howard Becker, referenciado por Agnez (2014).

3. A contribuição Europeia

A terceira corrente teórica de pensamento sobre as profissões surge na Europa, em 1970, pelas mãos de autores como Eliot Freidson e Magali Larson, (Agnez, 2014, p. 15) numa altura em que aumentavam os estudos sobre as profissões, devido à crescente industrialização dos países e o surgimento de novas ocupações e novos cursos universitários. Muito influenciado pela corrente dos interacionistas, Eliot Freidson considerou importante analisar

as profissões dentro dos seus contextos históricos e sociais. Essa viragem metodológica, centrada nos pressupostos de que as profissões não podem ser analisadas através de princípios estáticos e de que os discursos sobre as mesmas, (muito para além da legitimação social) também conferem bases para a sua legitimação, assinala diferenças consideráveis entre os Estados Unidos e a Europa neste campo de estudo.

De que maneira discurso, conhecimento, disciplina e campo se tornam suficientemente diferenciados e organizados a ponto de se transformarem em instituições distintas e influentes? De que modo podem exercer poder? De que forma seus criadores e elaboradores mobilizam recursos econômicos, políticos e sociais para sustentar seus empreendimentos? Quais são as instituições que selecionam e habilitam elementos particulares da “cultura”, a ponto de torná-los “capital” cultural (e humano)? Sugiro que o conceito sociológico convencional de profissão nos fornece um meio prático de responder a tais questões. Ele liga corpos de conhecimento, discurso, disciplinas e campos aos meios sociais, econômicos e políticos por meio dos quais seus expoentes humanos podem ganhar poder e exercê-lo (FREIDSON, 1996, p. 142, apud AGNEZ, 2014, p.33)

Para Magali Lanson, (Agnez, 2014) com os limites sociais estabelecidos, as profissões acabam sendo mecanismos de ascensão social. Os pressupostos cognitivos e de acesso à profissão criam grupos fechados que influenciam de forma determinante vontades sociais. Como enfatiza Florence Le Cam, (2005) fazendo referência a Champy, Eliot Freidson e Magali Larson alargaram os seus estudos para diferentes realidades sociais e históricas, sempre realçando o papel do estado na certificação dos estatutos das profissões.

4. Identidade profissional dos jornalistas

O capitalismo, o individualismo e a cultura do consumo que caracterizaram a sociedade, a partir da primeira metade do século XX, criando uma grande instabilidade e intensos fluxos migratórios, estiveram na base dos primeiros estudos sobre a identidade. Muitos questionamentos vieram ao de cima perante mudanças, ou mesmos crises, de instituições como a religião, a moral e a família. A reorganização e o recentramento das questões de identidade, sejam elas temporais ou espaciais, foram assuntos explorados de forma interdisciplinar por diferentes campos como a psicologia, a sociologia, e a antropologia. A

busca ou a afirmação de uma identidade de grupo ou individual têm subjacente a procura ou o reforço de uma individualidade estável que possa ser reconhecida num plano da colectividade. É uma sensação de si (MUCCHIELLI, 2009, *ibid* AGNEZ, 2014) transmitida aos demais. Florence Le Cam (2005) define a identidade como “um processo de construção elaborado pelo indivíduo na gestão das dissonâncias” entre a identidade que lhe é atribuída de fora e a identidade que atribui a si, a tal identidade subjetiva.

La forme identitaire professionnelle doit être partagée par les membres du groupe, transmise au travers des générations et assimilée par les nouveaux entrants pour pouvoir perdurer. Pour qu’elle soit durable et relativement cadrée, deux processus conjoints sont nécessaires: d’une part, la socialisation, la formation et l’emprise des instances de régulation et d’autre part, un certain encadrement éthique. (LE CAM, 2005, p. 56)

O trecho acima de Florence Le Cam expõe de forma sucinta e desabrida o papel das identidades profissionais e traz luzes, a nosso ver, particularmente sobre uma das especificidades da abordagem da identidade profissional dos jornalistas. Uma “identidade comum”, que se constrói no tempo e que se sustenta através de sentimento de pertença dos membros aos seus grupos representativos. Uma identidade de confluências que se apresenta de forma homogénea e simbólica perante os grupos sociais.

Todas as definições do “eu”, em toda e qualquer sociedade, emergem da prática de valorização dos personagens, enquanto promotores de sociabilidades. É nesse contexto que recuando para a contemporaneidade, percebemos o jornalismo como um manancial de práticas distintas e específicas, com funções sociais e sociológicas diversas. Um campo que “se transformou profundamente, assumindo uma diversidade de papéis e uma ampla variedade de funções” (Ortega e Humanes, 2000, p. 97) Ou seja, um campo com centralidade própria que interage e influencia, e cujas funções tem sido dinâmicas e fluídas nos diversos tempos da história, e paragens.

Em diferentes épocas do seu percurso, o jornalismo foi definido e apreendido também de forma diferente, por se tratar fundamentalmente de uma área flexível. A luta por um espaço “profissional” é o que caracteriza o jornalismo na sua constante dialética com os demais grupos sociais com os quais interage no dia a dia.

A forma de ver e de nomear, por exemplo, os jornalistas mudam consoante as épocas e os espaços:

“Globe-trotter, confidente des pussissants, enquêteur capable de dévoiler les secrets les mieux cachés, il peut encore s’associer les prestiges de l’écrivain, de l’eminence grise.” (NEVEU, 2009)

Para o sociólogo francês, Erik Neveu, (2009) à par dessas categorizações ditadas pelas diferentes formas de ver o jornalismo, “são também os debates sociais que suscitam depois a emergência da atividade jornalística”.

O jornalismo é visto desde sempre como uma profissão movediça com delimitações de campo muito imprecisas, na acepção de RUELLA (Ortega e Humanes, 2000) e estas características levam a que a busca por uma legitimação seja permanente. O jornalismo é ainda visto como uma profissão que deve ser flexível para encaixar nos contextos que são sempre mutáveis. Essas especificidades emprestam “algo mas”¹ ao jornalismo.

O tempo, mormente no caso do jornalismo, tornar-se um elemento definidor daquilo que denominamos e apreendemos como sua identidade profissional.

Profession is always a historically specific concept. (Larson 93, apub Le Cam, 2005).

A narrativa histórica, os relatos diacrónicos, as práticas e as convenções que vão surgindo no percurso sobre uma determinada profissão constituem elementos de definição de uma identidade profissional. O mesmo equivale a dizer que a identidade profissional tem uma base forte de construção histórica, na medida em que o quadro identitário de um profissão não pode ser apreendido apenas no presente, há que recuar para um trajecto evolutivo e ter a percepção mais acabada da construção identitária de uma profissão.

Outrossim, esse puzzle que resulta da evolução de uma determinada profissão é igualmente montado através dos discursos dos membros da profissão, no presente caso, dos jornalistas. Através de um exercício de memória discursiva, palmilhamos o caminho de uma profissão, percorrendo as histórias individuais e colectivas de um determinado grupo. Uma incursão pela memória que, para além de informações objectivas como local de nascimento, nível académico e outros, permite uma hetero-representação sempre numa perspectiva relacional com os diferentes actores sociais.

Neste concernente há quem ainda encontre outro componente capaz de caracterizar a identidade profissional: “un style journalistique personnel”. Camille Laville, (2010, p.96),

sustenta que “a identidade pessoal e profissional do jornalista” também “se traduz no estilo de escrita”. E que à priori, diz a autora, o estilo jornalístico pode ser qualificado de pessoal.

Para melhor se perceber sobre o percurso de um grupo profissional, há sempre que aproximar e confrontar os relatos e acontecimentos individuais, e partindo dessa base, visualizar os elementos comuns que sejam representativos do grupo que se quer estudar. Mas as dinâmicas identitárias não são homogêneas para todos os grupos, e no caso dos jornalistas, muitas variáveis interferem no processo de construção da sua identidade profissional.

Deve-se observar que mesmo depois de levantadas e reconhecidas que forem os elementos de uma certa identidade profissional, os elementos formais de sua organização, no caso do jornalismo, estaremos sempre a falar de identidades, devido à tal fronteira movediça (RUELLAN, 1993, *ibid* Agnez, 2014, p.62)) que caracteriza este campo.

«The observer looking at American journalism today can easily see that journalists really do not have a single identity, nor do they share the same values, nor do they have a common definition of their role » (Dennis et Merrill, 1996 : 209, *ibid* Le Cam, 2005, p. 42)

5. O jornalismo como profissão

Ao longo da história houve vários ofícios e formas de transmissão de informação que podem ser tomados como elementos para uma história do jornalismo, mas o jornalismo enquanto profissão é relativamente recente “e não possui mais do que um século de vida” (Ortega e Humanes, 2000). Alguma literatura considera que o “jornalismo moderno” nasceu no início do século XVII “nas conversações em espaços públicos como casas de café na Inglaterra”, e mais tarde nos “pubs ou publick houses” nos Estados Unidos (Kovach e Rosenstiel, 2014). Os publicistas de então, proprietários de bares, mantinham grandes conversas com viajantes de passagem que deixavam registados em cadernos tudo o que viam ou ouviam. Esses “logbooks” ficavam à disposição de quem quisessem ler as informações neles escritos.

Em 1609 surge a primeira impressão desses cadernos dos viajantes pela iniciativa de empresas gráficas que decidiram publicá-los em forma de jornal. O surgimento de jornais levou a que na Inglaterra os políticos começassem a falar do fenómeno da “opinião pública”.

Com isso, a teoria da liberdade de expressão e da imprensa livre começa a ser elaborada pelos jornalistas/publicistas.

“In 1720, two London newspapermen writing under the pen name “Cato” introduced the idea that truth should be a defense against libel.” (Kovach e Rosenstiel, 2014)

Nesse ambiente, “English common law” aprovou uma lei que estabeleceu que não só nenhuma crítica ao governo devesse ser considerado crime, bem como “the greater the truth, the greater the libel”. A influência da “Cato’s letters” foi importante. O jornalismo, entretanto, só teve condições para se desenvolver como profissão quando surgiu o negócio da imprensa – a implantação da publicidade - com a revolução industrial e as grandes transformações sociais ocorridas na segunda metade do século XIX. O aumento da população urbana e esclarecida e o consequente aumento da participação política, o grande progresso técnico, são fenómenos que foram sucedendo de forma natural na época. Era aceitável até falar numa revolução das comunicações que pudesse criar códigos de partilha numa sociedade emergente e cheia de desafios.

Essas transformações afectaram a estrutura dos meios de comunicação e também os modos de trabalhar dos jornalistas (Ortega e Humanes, 2000). Isto quando se sabe que durante o século XVII até meados do século XIX eram chamados jornalistas, escritores doutrinários, os comentadores políticos e homens de cultura que se dedicavam à escrita nos jornais. A figura de repórter – como profissional especializado que recebe pelo meio para o qual trabalha - surge com a *Guerra da Secessão* nos Estados Unidos. “Horace Greeley, do New York Tribune foi um dos pioneiros na contratação de jornalistas” (Ortega e Humanes, 2000). Jean Chabaly¹ que se sustenta na hipótese de o jornalismo moderno ter nascido na Inglaterra e nos Estados Unidos no século XIX, foi um dos autores que teorizou essa passagem do jornalismo de opinião dos séculos passados para o jornalismo factual dos novos tempos. Para esse autor, “a profissão do jornalismo foi o resultado da emergência de um do modo autónomo de produzir o discurso noticioso” (Ortega e Humanes, 2000).

¹ Para Jean Chabaly, (Ortega e Humanes, 2000) a imprensa moderna caracteriza-se pela abundância de informação, por uma maior frequência na publicação e por uma informação mais exata: completa, objetiva e neutra. Há também mais conteúdos internacionais e os jornalistas dependem menos dos poderes económicos e políticos.

A génese histórica do jornalismo moderno, situa-se, para outros autores, no século XVIII – XIX. Ainda numa altura em que o jornalista era um ofício, e não profissão, como assegura o historiador português, José Tengarrinha. Numa época em que o jornalista acumulava várias funções: jornalista-impressor, jornalista-literato, jornalista-empresário, jornalista-doutrinário (Mesquita, 2003). Foi posteriormente a essas fases, com o *boom* da chamada industrialização da imprensa, que surge a figura do jornalista-assalariado “que já antecipava a figura do repórter, actuando em nome da ideologia da ‘fotográfica imparcialidade’”. (Ibidem, 2003)

A contrariar o postulado de Jean Chalaby, segundo José Tengarrinha, as características da linguagem jornalística já tinham sido identificadas nos primórdios da actividade noticiosa pelo fundador do jornal *Mercúrio Português*, António Sousa Macedo, no séc. XVII.

“Simples e corrente, foi o estilo de *Mércúrio*, ajustando sempre com a maior certeza que pode alcançar, sem afectar locuções altas que desdissem a sinceridade de uma pura narração”, sublinha Tengarrinha citado por Mesquita.

No mundo anglo-saxónico, a marca do jornalismo como uma profissão, nasce com a sua independência da literatura, e do surgimento da notícia em detrimento da propaganda. Na Europa, (Ortega e Humanes, 2000, p.98) mais precisamente na Inglaterra, surge em 1785 a imprensa de negócio com o jornal *Times* de John Walter que depois cria uma rede de correspondentes pelo continente com salários bastante competitivos para a época. O exemplo de *Times*, sustentam esses autores, foi seguido em França com o jornal *La Presse* de Girardin lançado em 1836. “Jornal importante que, apesar da concorrência de um jornal gémeo, *Le Siècle*, depressa se revela um excelente negócio, reunindo pelo menos 20 000 assinantes pertencentes às classe médias, ao comércio, ao operariado, aos agricultores abastados” (Jeanneney, 2003, p.77). Um modelo editorial mais independente, apostado em atender às necessidade dos leitores, e atrair a sua atenção, e que se afasta um pouco do campo da propaganda política. A redação do diário *La Presse* tem em seu núcleo nomes como Victor Hugo, Balzac, Dumas e outros grande nomes franceses da época.

O filósofo e autor da conhecida obra ‘*Mudança estrutural da Esfera Pública*’, Jurgen Habermas, sublinha que nessa fase de virada que leva a uma conseqüente emergência de uma esfera pública “também as empresas jornalísticas consolidadas editorialmente resguardam para as suas redações aquela espécie de liberdade que era, de um modo geral, característica

para a comunicação das pessoas privadas enquanto um público”. O autor pontua que em meados do século XIX havia uma série de empresas jornalísticas organizadas como sociedades anónimas (Habermas, 1984).

É nesse contexto que alguns autores enquadram o surgimento do jornalista profissional que tem muito do jornalismo moderno na acepção que hoje o conhecemos. Um paradigma que inaugura “valores que ainda hoje são identificados com o jornalismo: as notícias, a procura da verdade, a independência, a objectividade e uma noção de serviço ao público” (Traquina, 2002)

Portanto, a explosão comercial da imprensa² que significou o aumento de tiragem dos jornais, ao longo do século XIX, proporcionou a profissionalização do jornalista.

“A emergência do jornalismo com os seus próprios padrões de performance e integridade moral tornou-se possível com a crescente independência económica dos jornais em relação aos subsídios políticos, método dominante de financiamento da imprensa no início do século XIX”. (Traquina, 2002, p.22)

O desenvolvimento dos transportes, a aposta crescente no ensino, e o aumento da tiragem dos jornais são factores positivos que levam a novas dinâmicas como uma imprensa mais barata e acessível a um grande público, o surgimento das primeiras agências noticiosas, aliado a um incremento paulatino da presença da publicidade nos jornais. *New York Sun* (1833) e *La Presse* (1836) nos Estados Unidos, e *Times* (1785) na Inglaterra e *Journal pour Tous* (1858) em França são alguns dos periódicos que iniciaram aquilo que viria a ser conhecido como o novo jornalismo.

Por aquilo que defendem vários autores, se percebe um denominador comum: o nascimento do comunicador profissional se enquadra no processo de definição das características do jornalista moderno. O capital e o progresso criaram, assim, as condições

² Em França, segundo Schiller, citado por Traquina (2002), houve um aumento vertiginoso de jornais. “Aumentou de 49 em 1830, para 73 em 1867, 220 em 1881 e 322 em vésperas da I Guerra Mundial, em 1914”.

para que o jornalismo se tornasse um meio de vida para muita gente. Depois disso surgiram as primeiras organizações de classe, e as primeiras instituições de ensino das técnicas do jornalismo.

CAPÍTULO II

Jornalismo e Literatura

1. Preliminares

O jornalismo, antes da sua autonomização, mantinha uma relação próxima com a literatura, e esse percurso partilhado assinala o contexto de vários países, a começar pela Inglaterra (Século XVII), França, Estados Unidos, Portugal, (no Século XIX) e inclusive nos países de língua oficial portuguesa, que enquanto antigas colónias de Portugal, obedeciam às mesmas diretrizes políticas no concernente, por exemplo, ao desenvolvimento da imprensa. A propósito, Ana Teresa Peixinho escreve no seu texto “Escritores e Jornalistas: um estudo de caso” , o seguinte:

Esta ligação dos homens de letras ao jornalismo processa-se, ao longo do século XIX, de diversas formas e é um fenómeno tipicamente europeu que trouxe consequências para a evolução das formas de fazer jornalismo. Note-se que o jornalismo inglês já no século XVIII vive esta aliança entre homens de letras e jornais: (Peixinho, 2010, p.426)

No século XIX o jornalismo dependia muito das esferas literárias e políticas, e os primeiros jornalistas eram naturalmente escritores, poetas e políticos. Em França, cujo jornalismo é até hoje marcado por essa relação tradicional com a literatura, destacavam-se nomes como Balzac, Victor Hugo, Eugène Sue, Zola e tantos outros.

Em Espanha, até ao processo de profissionalização, que ocorreu nas últimas décadas do séc. XIX (devido a uma revolução industrial e modernização tardias), “el periodismo había servido como vía para acceder a la política” (Ortega e Humanes, 2000, p.100). Até 1900, os jornais políticos, propriedade de personalidades e de partidos, dominavam o panorama da imprensa espanhola.

No Brasil, então colônia de Portugal, a imprensa chegou tarde – em 1808 – com a fixação de residência da família real naquelas terras, levando a imprensa Régia. Nessa data, a corte editou no Brasil o primeiro semanário oficial – a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que, 13 anos depois, passou-se a denominar *Diário do Governo*. Surge nesse mesmo ano, editado em Londres, o *Correio Braziliense* que circula clandestinamente até à independência do Brasil propalando ideias liberais e críticas ao Império.³ A presença da família real no Brasil propicia mudanças sociais marcantes no país, sendo a consolidação de uma imprensa opinativa, uma delas. Uma imprensa doutrinária de defesa de ideias que pudessem melhor servir o país, tendência que perdurou até à proclamação da República, em 1889. Os pasquins de natureza panfletária, crítica e satírica, publicados ocasionalmente, também marcaram o percurso da imprensa no país. No Brasil, também houve a aproximação do jornalismo com a literatura. Jornalistas que na verdade eram escritores, e tinham um estilo de escrita essencialmente literário: José de Alencar, Manuel Antônio de Almeida, e Machado de Assis são nomes que se destacam nesse grupo.

A presença constante de escritores nas páginas de jornais, vem também a ser uma realidade marcante em Portugal, no século XIX, tendo levado, atendendo ao seu nível de alianças, à criação de várias associações de escritores e jornalistas que agrupavam membros de várias gerações: “a Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses, em 1880, a Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, em 1882, a Associação dos Jornalistas, em 1896, a Associação da Imprensa Portuguesa, em 1897, etc⁴” .

Recuando no tempo, alguns autores sustentam, e não deixa de ser curioso, que o jornalismo tem as suas raízes fundantes no jornalismo cultural, senão vejamos:

O ano de 1711, na Inglaterra, é um marco incontornável para o jornalismo cultural, por ter sido o ano em que Richard Steele e Joseph Addison fundaram a revista diária denominada *The Spectator*. A ideia era “tirar a filosofia dos gabinetes e bibliotecas, escolas e faculdades, e

³ Sódré, 1983; Romancini, Lago, 2007, citado por Agnez, p.72

⁴ PEIXINHO, Teresa Ana. Escritores e Jornalistas: Um estudo de caso. In: Outros Combates pela História. Coord. Maria Manuela Tavares Ribeiro. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra University Press, 2010

levar para clubes e assembleias, casas de chá e cafés”⁵. O *The Spectator* circulou em Londres durante quatro anos e o conteúdo de sua publicação era motivo de debates, conversas em clubes e outros espaços. A revista tem sido até hoje matéria de estudo, e considerado um marco do jornalismo cultural. O estilo seguido por Richard Steele e Joseph Addison no *The Spectator*, muito inspirado no Humanismo dos ensaios de Montaigne na França, faz um caminho que se aproxima muito do movimento iluminista que marcaria o século XVIII.

Viagens de Gulliver do irlandês Jonathan Swift, e o livro Robison Crusoe do autor inglês Daniel Defoe, todos editados na Inglaterra, são obras que sinalizam um grande momento do jornalismo na Europa.

Nos Estados Unidos, o jornalismo cultural chega no século XIX, e fica marcado por autores como Edgar Poe, com os seus mistérios e poemas, e Henry James, com os seus ensaios, artigos e resenhas de viagens.

Em suma, o jornalismo e a literatura sempre estiveram ligados. Criado com o objetivo de informar, enquanto objecto de uma burguesia, o jornalismo era inicialmente praticado por escritores, de uma forma muito literária, repleto de opiniões. O leitor ainda não sabia estabelecer uma distinção entre o discurso literário e jornalístico. Mas, é certo, que a literatura não retardou o desenvolvimento do jornalismo, muito pelo contrário.

Com o advento do capitalismo e das novas tecnologias (com o progresso, em suma), como já foi mencionado neste trabalho, o jornalismo conquista, na Europa e nos Estados Unidos, a sua autonomia. Através da publicidade, os jornais passam a ser financiados e produzidos em maior escala. Era o fim de um jornalismo adjetivado e repleto de comentários e propaganda, para o nascimento de um outro, mais “objetivo”, estribado numa indústria informativa virada para um público de massa.

A linguagem jornalística difere da literária no que concerne à objetividade, por isso deve ser clara, concisa e precisa. Surge assim, com a sua gramática própria, a profissão “Jornalista”

⁵ PIZA, Daniel. *Jornalismo Cultural*. 4.ed. – São Paulo: Contexto, 2011. (Coleção Comunicação)
Uma Identidade dos Jornalistas Cabo-verdianos

2. O culto da ‘objetividade’

Sobre esta que acaba por ser a fase (Séc. XX) de implantação do valor da ‘objetividade’ no terreno do jornalismo, Mário Mesquita apresenta a seguinte leitura no seu texto “*Em louvor da santa objectividade*”:

“A objectividade jornalística apresenta-se, não como o resultado de uma reflexão epistemológica acerca do jornalismo, mas enquanto construção resultante da nova estratégia comercial da imprensa: a extensão e diversificação dos públicos aconselham uma nova atitude, que se traduz no relato dos acontecimentos que seja válido para todos os leitores e não apenas para este e aquele indivíduo ou grupo de indivíduos.” (O Quarto Equívoco, 2013, p.208)

De acordo com Mesquita, o surgimento de “relações públicas” enquanto profissão, nos anos 20-30, contribuiu também para explicar a sublimação da objetividade no jornalismo norte-americano, já que se tornava crucial estabelecer a distinção entre esses dois campos. Michael Schudson (Traquina, p.140) diz mesmo que o surgimento da profissão de relações públicas contribuiu para a perda da fé nos factos pelos jornalistas.

Gaye Tuchman analisa a ‘objetividade’ como um ritual estratégico do jornalista que sobressai fundamentalmente através de quatro procedimentos, não sem antes afirmar que “cada notícia é uma compilação de “factos” avaliados e estruturados pelos jornalistas. Os procedimentos que identifica a autora são: *A apresentação de possibilidades conflituais*, situação em que o repórter não consegue apurar uma acusação feita por um político, e é obrigado a ouvir a versão do outro lado – o seu adversário -, atribuindo a ambos as declarações, permitindo, assim, ao leitor ajuizar sobre a verdade.

O segundo procedimento *é a apresentação de provas auxiliares* que corroboram uma determinada afirmação; o terceiro, *o uso judicioso das aspas* como meio de prova, e quarto, *a reestruturação da informação numa sequência apropriada*. Este procedimento é considerado, pela autora, como “o aspecto formal mais problemático da objetividade para o jornalista” (Tuchman, p. 83), na medida em que ele é o responsável pelo *lead* da notícia que faz, e pode correr o risco de ser considerado parcial, dependendo das suas escolhas.

Nelson Traquina partilha desse entendimento sobre a objetividade. Para esse autor, a objetividade não nega a subjetividade. Trata-se, antes, de um conjunto de procedimentos que os jornalistas utilizam para preservar a sua credibilidade e o seu trabalho, na linha da tese de Gaye Tuchman .

Mário Mesquita, ao transformar a “objetividade” em doutrina, avança três níveis de definição: *A objetividade na deontologia*, “sinónimo de esforço de equilíbrio neutralidade e contenção”, uma forma de o jornalista desresponsabilizar-se da notícia. O segundo nível, *a objetividade na retórica e na investigação*, reportando aos procedimentos avançados pela Tuchman que listamos anteriormente. A terceira, *a conduta de objetividade e subjectividade do jornalista (grafia original)*: uma certa afirmação da subjetividade do jornalista que não se mostra incompatível com a objetividade, já que “no jornalismo, tal como no conhecimento científico, os factos não existem independentemente de quem os apreende” (Mesquita, 2013, p.213). Daí a tal “conduta de objetividade⁶”.

CAPÍTULO III

As etapas do jornalismo cabo-verdiano

1. Preliminares

O jornalismo em Cabo Verde, ou numa perspectiva mais recuada, a imprensa em Cabo Verde, tem as suas raízes no contexto do nascimento da imprensa colonial, no quadro da revolução liberal, de 1820, inspirada nas ideias da Revolução Francesa. A implantação do constitucionalismo e do regime republicano provocaram profundas mudanças em Portugal e nas províncias ultramarinas. Em Cabo Verde, o novo regime foi proclamado na Ilha da Boa Vista, a 21 de Março.

“O novo regime instituído foi determinante na implementação da instrução pública e no estabelecimento da imprensa, tanto em Cabo Verde como nas demais províncias”, escreve Manuel Brito Semedo, na sua obra *A Construção da Identidade Nacional*.

“A eleição para as Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes iria originar, pela primeira vez nas províncias ultramarinas, o debate político e a consequente necessidade de

⁶ Expressão de Paul Ricoeur, *Histoire et Vérite*, Paris, Seuil, 1995, p.25 (citado por Mesquita, 2013, p.213)

comunicar ideias. Os candidatos a deputados faziam a propaganda dos seus programas; os governadores, atacados pelos políticos locais, muitas vezes através de escritos anónimos, tinham de se defender publicamente, o que só era possível através de meios escritos; revolucionários e contra-revolucionários procuravam difundir as suas razões e arregimentar partidários; tudo isso pressionava a imprensa no sentido do seu desenvolvimento.” (ibidem, p.156)

Entretanto, a África de língua portuguesa teve que aguardar alguns anos para a implantação da Imprensa. As condições técnicas – como o envio de impressoras, papel, tintas, tipógrafos - tiveram antes que ser criadas, e só depois disso, a imprensa foi introduzida pelo Estado, o que marca profundamente o desenvolvimento desse sector. Em Cabo Verde, as coisas aconteceram com maior rapidez, devido à relativa menor distância entre o arquipélago e a metrópole.

Manuel Brito Semedo, (2007) escreve que em Cabo Verde houve um grupo do qual faziam parte nomeados redatores, como Hypolito da Costa Andrade, Eugénio Tavares (1913) e José Lopes (1923) que, em momentos diferentes, defenderam um jornalismo independente para as ilhas.

Hypolito da Costa Andrade, em 1871, fê-lo nesses termos:

“O jornalismo [que] sabe fugir ao domínio do espírito parcial das facções políticas, e não troca a sua magestosa independência pela degradante posição de instrumento de deshonestas ambições, de vinganças miseráveis, de desordem e desgraça dos povos, eleva-se nas abençoadas azas da felicidade de’elles á altura em que todas as classes generosas da sociedade o contemplam, filho da razão, amante da verdade, respeitador do direito, centro de luz, anjo de paz.

A imprensa que não queima à porta dos grandes das nações o incenso, cujo perfume suave se perde no thuribulo da adoração, sustentado em mãos de indignos”. (citado por Brito Semedo, 2007, p. 165)

2. A Imprensa periódica em Cabo Verde

O marco da imprensa periódica em Cabo Verde foi a impressão do Boletim Oficial, no dia 24 de Agosto de 1842, na Vila de Sal-Rei, Boa Vista, ilha com importância económica e

diplomática, na época, devido ao comércio do sal. Cumpria-se, assim, um Decreto de 7 de Dezembro de 1836, do ministro da Marinha e do Ultramar, Marquês Sá da Bandeira, estando as ilhas sob o comando do Governador, Francisco de Paula Bastos. A primeira edição do Boletim Oficial tinha quatro páginas e estava dividido em duas seções: a primeira “Interior” que comportava a Parte Oficial (textos governamentais, Leis) e Parte não Oficial, (outros textos) e a segunda sessão a “Exterior”. A parte não oficial se destinava a um público leitor mais vasto, e funcionava como jornal, já que havia apenas uma publicação que deveria servir a todos os públicos. Só veio perder força como espaço de divulgação de ideias, com o surgimento dos primeiros jornais.

Cabo Verde imprime o seu primeiro número de Boletim Oficial antes de Angola (1845), Moçambique (1854) São Tomé e Príncipe (1857) e Guiné Bissau (1880). De recordar que Guiné e Cabo Verde eram ligados administrativamente, o que vale dizer que esse país teve cobertura desde 1842 do Boletim Oficial de Cabo Verde.

Apesar desse avanço, entre os países africanos de língua portuguesa, Cabo Verde foi dos últimos, depois de Guiné (*Ecos da Guiné*, 1920) a ter um jornal: *O Independente* foi lançado na Cidade da Praia em 1877; vinte dois anos depois de Angola editar *O Aurora*, nove anos depois de Moçambique lançar *O Progresso* e sete anos depois de São Tomé e príncipe publicar *O Equador*.

A imprensa em Cabo Verde conheceu debilidades desde muito cedo, devido à insularidade, a pequenez do mercado, e a falta de recursos – técnicos e humanos - que tinham que vir da metrópole. Tudo isso afectava grandemente a sua independência em relação aos poderes instituídos, e a sua estruturação e crescimento. Sobre a carência de meios, João Nobre de Oliveira esclarece:

“O factor humano também era importante, basta referir o principal: o tipógrafo! Havendo, em princípio, apenas um em toda a província e sendo ele o único que sabia compor, se adoecesse parava tudo enquanto não recuperasse. O Boletim Oficial por exemplo sofreu várias paralisações por esses motivos.” (Oliveira, 1998, p. 19).

Esse constrangimento estrutural, obrigou a que a história da imprensa em Cabo Verde fosse caracterizada por altos e baixos, tendo havido até descontinuidade nas publicações. A

própria periodicidade do Boletim Oficial foi acompanhada de problemas, com várias paralisações de permeio, algumas de meses. Dos considerados períodos de letargia da imprensa nas ilhas, João Nobre de Oliveira pontua cinco:

“O primeiro que vai de 1842 a 1876, limitou-se ao Boletim Oficial da Província. O segundo, que vai dos meados dos anos oitenta até quase ao final do século, (1884-1898), viu nascerem alguns títulos de vida curta. O terceiro, que vai de 1905 até à proclamação da República em Portugal (1905-1910), durou apenas seis anos mas, cumpre os parâmetros, apenas um solitário título apareceu durante esse período, o que dá uma média de um título para seis anos! (...) O Quarto período durou também apenas seis anos abrangendo os anos de 1925 a 1930 *durante os quais não apareceu uma única folha impressa em circulação no país (grifo nosso)*. O quinto e último período de letargia é o mais longo, e vai de 1937 a 1975 continuando depois da independência de Cabo Verde até 1989, durante assim um total de 52 anos.” (Ibidem, 1998, p.23)

Apesar de cumprir os parâmetros de um período de letargia, o trabalho que vimos citando priorizou a época (1937-1975) como aquela rica em publicações (saíram 25 novos títulos numa média inferior a um por ano) e, por essa razão, merecedora de um olhar analítico no quadro de uma história da imprensa em Cabo Verde. Nessa época, destacamos o período mais áureo (1911 a 1924), na sequência da queda do regime monárquico, em que surgiram quinze jornais em quatro ilhas diferentes (Santiago, Fogo, Brava e S.Vicente). Outro empreendimento digno de destaque nessa época, foi o surgimento do jornal *A Voz de Cabo Verde* (de 1910 a 1919), por iniciativa do empresário Abílio Monteiro de Macedo que também instala a sua própria tipografia e passa a imprimir outros jornais. Surgem também revistas literárias como os casos da *Certeza* (1944), *Mocidade* (1955-57), *Boletim dos Alunos do Liceu Gil Eanes* (1967-68) e outros, marcadas por duração limitada. De referir, também, a tentativa de se erguer nas ilhas, nesse período, uma imprensa especializada com publicações como o jornal desportivo *Goal* (1944-45), as revistas *Estudos Psicopedagógicos* (1966-1967) e *Revista do Centro de Estudos de Cabo Verde* (1972-73) e outros.

João Nobre de Oliveira oferece outras hipóteses para uma análise da história da imprensa cabo-verdiana, com base na natureza da sua propriedade, ao avançar que “partindo em 1842 de uma publicação mantida pelo Estado, passa em 1877 para dois jornais independentes que conseguem sobreviver algum tempo sem o apoio estatal”.

Dificuldades de vária ordem, principalmente de carácter económico, que interferiram na continuidade das publicações de jornais, sempre fizeram parte da história da imprensa em Cabo Verde. O facto que parece contrariar esse destino é o surgimento, em 1931, do *Jornal Notícias de Cabo Verde* que trouxe alguma estabilidade informativa às ilhas, e contou com um reforço, no ano de 1949, que foi o nascimento do *Cabo Verde, Boletim de Propaganda e Informação*, publicação de periodicidade mensal que durou quinze anos, sem interrupção.

De realçar, que no período compreendido entre 1931 e 1975, o arquipélago consegue ter publicações permanentes, mas convém dizer também, como lembra Nobre de Oliveira, que jornais de iniciativa privada foram de “vida curta e irregular”. A tendência com o tempo foi de maior longevidade para os jornais mantidos pelo Estado. De alguns meses a dois anos, alguns jornais ultrapassaram uma década, sendo que o recordista foi o *Jornal Notícias de Cabo Verde* que durou 31 anos.

3. A África na Imprensa Portuguesa

A inexistência da Imprensa em Cabo Verde não significa dizer que a escrita em jornais e outros suportes não fizesse parte da tradição dos intelectuais da terra. É de relevante importância perceber que a imprensa africana em Portugal teve o seu dinamismo próprio, e havia certos jornais de causas, em que colaboradores e jornalistas escreviam artigos que contestavam o abandono, a fome, a escravatura, a exploração das colónias e o racismo. Muita luta política do antigo Ultramar português deu-se nas páginas dos jornais em Portugal, até para driblar a manifesta falta de liberdade de expressão que existia nas colónias. Um desses periódicos, citado por Nobre de Oliveira, e que faz referência a Cabo Verde, na sua única edição em 1836, é o *Memorial Ultramarino e Marítimo*. Depois dele, seguiram-lhe as pegadas outros jornais que acompanharam e até mobilizaram ajudas para amenizar a situação da fome em Cabo Verde. Mesmo antes da existência de jornais em Cabo Verde, Governadores, ex-Governadores, e outras personalidades publicavam cartas em periódicos de Lisboa e do Rio de Janeiro, muitas vezes travando duros ataques e contra-ataques políticos, com trocas de acusações violentas de parte à parte. Havia ainda a tradição de publicação de opúsculos, que continuou mesmo depois do surgimento dos jornais. Eram através desses opúsculos que jornalistas e intelectuais das ilhas analisavam obras literárias, criticavam as arbitrariedades políticas do governo colonial, e até defendiam a sua honra quando nela se sentiam ofendidos.

O poeta e jornalista, Eugénio Tavares, acusado de desfalque “fez sair em 1910, a sua defesa *Notas sobre um fabuloso alcance de 16 contos de réis na recebedoria do concelho da Ilha Brava de Cabo Verde*, o que terá levado o seu acusador neste caso, Joseph Brandão, a enveredar pelo mesmo caminho”, escreve António Nobre de Oliveira. Outra personalidade que fazia uso dos opúsculos para dar a conhecer a realidade reinante nas ilhas de Cabo Verde e na vizinha Guiné-Bissau, era o jornalista e jurista Luís Loff de Vasconcelos, que denunciava casos de perseguições políticas, e abusos de poder por parte das autoridades coloniais. Opúsculos como *O Extermínio de Cabo Verde* e *Pavorosas revelações*, denunciando a fome e o abandono das ilhas, são disso exemplos.

A tradição e a necessidade de publicação de opúsculos pelos intelectuais cabo-verdianos perdurou no tempo, tendo inclusive durante a censura salazarista, na década de 40, conhecido a luz do dia algumas publicações nesse formato como as da autoria de Juvenal Cabral e Júlio Monteiro Jr. As duas publicações - *O Extermínio de Cabo Verde* e *Pavorosas revelações* - foram as primeiras a serem impressas em Cabo Verde. Como já se esclareceu ao longo deste trabalho, havia períodos em que não se editava jornais nas ilhas, e a única saída que restava aos intelectuais e políticos da terra para dar vazão às suas ideias, reflexões, polémicas e inquietações, era através da edição desses pequenos livros. Uma “tradição” que, com intensidade oscilante, perpassou a época colonial, existiu no período da independência e aparece, ainda que de forma rara, até hoje nos jornais.

Historicamente, mesmo antes do surgimento da Imprensa, os intelectuais e políticos de Cabo Verde recorriam à escrita para levar adiante as duas disputas, e dar a conhecer as suas bandeiras, e como já se viu, limpar a sua honra, quando disso for o caso. Igualmente, os jornalistas e poetas de Cabo Verde viram os seus escritos terem ampla divulgação no mundo lusófono nos almanaques com destaque para o *Novo Almanaque de lembranças Luso-Brasileiro* (1951-1932) e o *Almanaque de Lembranças*. Mais tarde, a rádio passou a ser também espaço para essas denúncias e colocações críticas que vinham fazendo escola em opúsculos e páginas de jornais.

A colaboração do Ultramar com a imprensa portuguesa era regular e abarcava outras publicações, para além dos jornais, e tinha como preocupação primeira a denúncia das precariedades de vida nas ilhas sucessivamente fustigadas pela fome, seca e mortandade. Sobre o poeta e jornalista Eugénio Tavares, Genivaldo Sobrinho (2017) escreve o seguinte:

“Ao longo da sua carreira, Nhô Eugênio colaborou em vários jornais metropolitanos cujos programas estavam voltados para a defesa da causa africana em terras portuguesas, como: *O Negro*, *A Mocidade Africana*, *África*, *Correio de África*, *O Protesto Indígena*, *Tribunal de África*, *A Voz de África*.” (Sobrinho, 2017, p. 72)

CAPÍTULO IV

Jornalismo em contexto literário

1. Preliminares

Tal como vimos em outros países anteriormente descritos, também em Cabo Verde, os grandes nomes da literatura estão ligados à Imprensa, tendo sido, em algumas situações, fundadores de jornais, como são os casos de Eugénio Tavares, Pedro Cardoso e Luís Loff de Vasconcelos. Até os primeiros redatores do Boletim Oficial eram pessoas que se dedicaram, antes, à escrita literária. José Maria de Sousa Monteiro é tido como o primeiro redator da Imprensa Oficial em Cabo Verde. Era advogado, político e jornalista em Portugal, antes de emigrar para o arquipélago, onde desempenhou o cargo de secretário-geral do governo. Outros nomes reconhecidos que desempenharam as funções de redator, foram Sérvulo de Paula Medina e Vasconcellos, natural da Madeira, José Evaristo de Almeida, autor do primeiro romance de temática cabo-verdiana, intitulado (*O Escravo*), e Eduardo Augusto de Sá Nogueira Pinto de Balsemão (exerceu o cargo de secretário geral do governo por três vezes).

À par dos redatores do Boletim Oficial, é mister destacar os colaboradores que se destacaram com publicações nos almanaques, a começar pelo ineditismo de existirem duas mulheres: Antónia Gertrudes Pusich, “a única natural do arquipélago na primeira década do século XIX”⁷ e Emília dos Martyres Aguiar, a partir de 1867. Segue-se os nomes de Guilherme Dantas, Arteaga Souto Maior, Maria Luisa de Sena Barcelos, e posteriormente nomes como Eugénio Tavares e Luís Loff de Vasconcelos.

⁷ Antónia Gertrudes Pusich nasceu em 1804, na Ilha de São Nicolau. É autora da primeira obra literária publicada por um cabo-verdiano “*Elegia à morte das infelizes vítimas assassinadas por Francisco de Mattos Lobo, na noite de 25 de Julho de 1841*”, a primeira Africana a colaborar com os almanaques de lembranças, fundou e dirigiu os jornais “*Assembleia Litteraria*”, “*Benificencia*” e “*A Cruzada*” (Oliveira, 1998), tendo se tornado na primeira cabo-verdiana a actuar a esse nível.

Tendo sido algumas vezes pontuado neste trabalho, o percurso da Imprensa em Cabo Verde foi feito de altos e baixos. Os períodos áureos da publicação, em que se dá a despolarização da publicação de jornais, para além dos centros da Praia e do Mindelo, atingindo outras ilhas como Fogo e São Nicolau, consideradas periféricas, ao tempo, impulsiona uma intensa produção literária e jornalística e leva à revelação de muitos autores nas páginas de jornais.

Dos 60 periódicos inventariados, referenciados por Brito Semedo, 32% foi publicado no primeiro período da imprensa (1842-1910), 29% no segundo (1910-1926), no terceiro período apenas 5% (1926-1933) e no quarto, considerada a época mais áurea, 34% (1933-1975).

“Tanto jornal e tanta revista haveriam, sem dúvida, de impulsionar a produção jornalística e literária que, por seu turno, os alimentaria também. É assim que os primeiros escritores cabo-verdianos tiveram a sua estreia ou começaram a revelar-se mediante a publicação de artigos, poesia, contos, novelas e mesmo romances nos jornais periódicos, em forma de folhetim, permitindo a sua difusão em massa, o que poderia ser de tiragem restrita e confidencial. Por sua vez, a liberdade de palavra e de reunião levou à voga conferências e clubes culturais de todo o género.” (Brito Semedo, 2007, p. 170)

Nesse contexto, é de justiça destacar a geração dos nativistas cabo-verdianos, que para além da intensa produção criativa através da poesia, da prosa e do ensaio, marcaram forte presença na imprensa: *Revista de Cabo Verde*, em 1899, seguida d' *A Alvorada* fundada no exílio por Eugénio Tavares, em 1900. E n' *A Voz de Cabo Verde*, entre 1911 e 1916, finalmente, n' *O Manduco*, entre 1923 e 1924.

Os nativistas, muitos deles republicanos fervorosos, acabaram por ter um papel fundamental no processo histórico de Cabo Verde. Era uma geração marcada pelo ativismo da denúncia contra a opressão e a exploração dos cabo-verdianos pelo colonialismo português, e pelo realce da consciencialização do cabo-verdiano enquanto povo diferente do português (Oliveira, 1998). Este tipo de cidadania constituiu o fio condutor da ação política e jornalística desses intelectuais considerados ilustres na época: Eugénio Tavares, Luís Loff de Vasconcelos, José Lopes e Pedro Cardoso.

Luís Loff de Vasconcelos assume protagonismo invulgar nessa geração, enquanto proprietário da imprensa. Em 1899 funda e dirige a *Revista de Cabo Verde*, que disposta como um marco na política e no jornalismo cabo-verdiano, tendo na equipa nomes como Eugénio Tavares e José Lopes da Silva, e inaugura na imprensa a luta pelos ideais dos nativistas. Para além das lutas a favor dos interesses dos cabo-verdianos, a Revista surgiu também com o propósito de dar a conhecer e afirmar a existência de uma produção literária em Cabo Verde, perante a dificuldade de os poetas e autores da época publicarem livros. De todos os colaboradores da publicação, apenas Eugénio Tavares e José Lopes da Silva conseguem, em vida, editar uma obra.

Mais tarde, Loff de Vasconcelos, vai fundar *A Opinião* (1902), e o *Independente* (1912). Para além dessa faceta de fundador e proprietário, enquanto jornalista, Loff colabora com *O Colonial*, *O Ultramarino*, e mais tarde, entre 1911 e 1919, após a implementação da República, n' *A Voz de Cabo Verde*, que irá se tornar num palco de acirradas polémicas dos nativistas contra o Império colonial português.

2. Eugénio Tavares, um ilustre jornalista

Eugénio Tavares (1867-1930) é uma personalidade de destaque na cultura de Cabo Verde e “um mito” do jornalismo que se praticava nestas ilhas. Nativista confesso, foi a figura cimeira da vida cultural, política e social de Cabo Verde entre 1890 e 1930, tendo a sua obra marcado o que se convencionou chamar de cabo-verdianidade. Durante essas três décadas, ele dominou em todas as áreas do seu povo, tendo sido o seu maior intérprete até aos nossos dias. A sua obra vai da poesia à música, da retórica à ficção, passando pelos ensaios e pelo jornalismo. Eugénio de Paula Tavares destaca-se também por ter criado “*A Alvorada*”, publicado, no exílio, em 1900, dos primeiros jornais em língua portuguesa em New Bedford, Estados Unidos da América. Neste jornal Eugénio revela o seu sonho de autonomia para Cabo Verde, sonho esse que virou realidade.

(Eugénio Tavares) “Foi, talvez, o único cabo-verdiano cuja morte foi anunciada na primeira página do Boletim Oficial (n. 23 de 07/06/30), honra reservada apenas ao heróis da pátria e aos chefes de estado. Iniciativa do gov. Guedes Vaz que era seu amigo.” (Oliveira, 1998, p.804)

Pedro Cardoso, poeta jornalista e seu contemporâneo, elegeu-o “o maior jornalista de Cabo Verde.” (Brito Semedo, 2006)

Tavares foi redator principal do jornal *A Voz de Cabo Verde*, e a convite de Pedro Cardoso, director do jornal *O Manduco*. Igualmente, foi editor e proprietário das “*Cartas cabo-verdianas*” sempre pautando por um estilo crítico que denunciava as mazelas por que passava o povo cabo-verdiano na época, muito pelo descaso do governo colonial. O jornalista combatia por uma melhor qualidade de vida dos cabo-verdianos, tendo apontado a emigração para os Estados Unidos da América como uma saída para as agruras das ilhas, que viviam assoladas pela fome e pela miséria. Criticava ainda a emigração forçada para S.Tomé, um tema que mereceu, na sua época, atenção crítica de outros intelectuais preocupados com a situação das colónias africanas, inclusive nas páginas de jornais em Lisboa. Foi o caso do escritor e jornalista afro-português de origem santomense, Mário Domingues. O direito à instrução e a consciencialização política e cidadã dos cabo-verdianos eram outras bandeiras pelos quais batia Eugénio Tavares. Por tudo isso, Genivaldo Sobrinho sublinha que “não poderíamos deixar de mencionar que, na produção em língua portuguesa, Eugénio Tavares desenvolve a sua veia político-social, como na produção em prosa, especialmente no jornalismo.” (Sobrinho, 2017, p. 132)

Eugénio Tavares, para além de exercer o jornalismo, defendeu um estilo jornalístico a ser praticado nas ilhas. Alguns desses pontos eram avançados para o tempo, e se aplicam até aos dias de hoje. Em Março de 1899, Tavares publica o seguinte na *Revista de Cabo Verde*.

“Não é necessário que o jornal envergue ares doutorais ou pedantescos: basta que, para realizar o fim que se propôs, tenha de abordar questões defesas, descobrir factos irritantes e expor verdades que, mais ou menos, firam susceptibilidades dos elevados às iminências da governança ou do dinheiro.” (Ibidem, p. 45)

3. Os temas do jornalismo cabo-verdiano

A poesia, os contos, e o ensaio partilhavam, de forma complementar, o espaço com a informação jornalística nos periódicos e juntos iam reflectindo a realidade sócio-cultural, a política, as inquietações e as aspirações do povo cabo-verdiano. Por esta razão, desde sempre, as páginas dos jornais em Cabo Verde são um importante meio de estudo das ideias, da cultura e da literatura das ilhas.

Os textos que eram publicados como informação jornalística, tendo em conta o período em questão, eram de cariz opinativo e interventivo, até porque muitos dos redatores, como já se viu, exerciam cargos políticos ou lutavam para lá chegar.

Outro elemento a reter quando se aborda os textos jornalísticos e literários na história de Cabo Verde é a periodização. Brito Semedo refere-se à *fase dos primórdios*⁸ que começa com a instalação do prelo em 1842, seguida da *fase da crioulidade* que se centra no início dos novecentos e identifica o momento da exaltação dos valores crioulos e integra antigos estudantes do Seminário Lyceu de S.Nicolau⁹. Posteriormente, aparece a *fase da cabo-verdianidade* (1936-1975), época em que se exalta os aspectos semelhantes àqueles aflorados pelo modernismo português e brasileiro, particularmente influenciados por este último. Dentro da fase da cabo-verdianidade, Semedo distingue dois períodos: o do *Regionalismo* e o do *Nacionalismo*.

CAPÍTULO V

O jornalismo e as conjunturas políticas em Cabo Verde

1. A tomada da Rádio Barlavento e o seu impacto no jornalismo

Nessa última fase, denominada de cabo-verdianidade, convém falar sobre a tomada da Rádio Barlavento, pelo seu impacto provável no jornalismo que se faz no país. A Rádio Barlavento surge em Maio de 1955, depois da Rádio Clube de Cabo Verde (1945), a primeira estação emissora do país, a funcionar na Cidade da Praia, e a seguir às experiências de Rádio Pedro Afonso (entretanto, extinta) e Rádio Clube de Mindelo (1946), todas em S.Vicente. Fundada pelo colectivo do Grémio Recreativo do Mindelo, (um clube de elite) a estação começou a funcionar de modo experimental numa das dependências dessa organização, e veio a ser inaugurada pelo Governador Abrantes do Amaral, um mês depois. Com emissão diária, a Rádio Barlavento era considerado um instrumento poderoso de comunicação na Ilha de São Vicente, tendo mais tarde alargado a sua audiência para todas as ilhas. Durante 19

⁸ Integram a *fase dos primórdios* nomes como Antónia Gertrudes Pusich, Guilherme da Cunha Dantas, Augusto Barreto, Luís Medina e Vasconcellos, Maria Luiza de Sena Barcellos e Gertrude Ferreira Lima.

⁹ Seminário Lyceu de S.Nicolau (1866-1917) praticamente introduziu o ensino secundário no arquipélago. É a instituição que formou a plêiade dos intelectuais cabo-verdianos, os funcionários públicos, para além de sacerdotes. Aliás, a sua actividade principal era formar missionários para servir nas colónias africanas, mas não deixou de actuar no campo social, contribuindo, através da formação, para a melhoria da administração pública ultramarina.

anos, passaram pela emissora as mais destacadas personalidades do arquipélago, dos diversos sectores da sociedade.

“Através de um programa radiodifundido aos domingos, durante longos anos, “REVISTA SONORA”, servido por locutores de grande craveira e implementado pelo seu primeiro director, Dr. Aníbal Lopes da Silva, prestou-se um contributo extraordinário para a edificação literária, científica e cívica das gentes das ilhas de Cabo Verde”.¹⁰

A Revolução dos Cravos em Portugal e o fim da censura, provocam impactos políticos em Cabo Verde, momento marcado pela vinda de estudantes militantes do PAIGC de Portugal e de outros países, que instalam uma intensa movimentação política no país, com vista ao reconhecimento do direito à autodeterminação de Cabo Verde que rapidamente se transforma na ideia de independência. Os partidos como a UDC e a UPICV “tinham erigido o PAIGC como o inimigo a combater e são colocados perante o facto consumado de terem de aceitar o seu governo”. (Oliveira, 1997, p.589)

Os acontecimentos se sucedem à velocidade da luz. A Rádio Barlavento que nesse contexto desempenhou um papel, como um dos espaços das movimentações que antecederam à Independência Nacional, é tomada de assalto por um comando do PAIGC, no dia 9 de Dezembro de 1974. Sobre a tomada da Rádio Barlavento, Nobre de Oliveira escreve os trechos seguintes:

“O novo regime em formação corta pela raíz qualquer hipótese de nascer uma imprensa independente na terra que se ia tornar independente. Cala mesmo toda a informação contrária.” (Ibidem, p.590)

“ (...) o P.A.I.G.C. controla a tipografia do estado e vigia as outras. Consegue a adesão da *Rádio Clube do Mindelo*, controla a *Rádio Clube da Praia* e toma de assalto a *Rádio Barlavento*. No fim, acabou por fechar o *Rádio Clube do Mindelo* e fundir todas as rádios na *Rádio Nacional de Cabo Verde*, pondo fim às rádios privadas, ao mesmo tempo que acabava com o amadorismo neste sector”. (Ibidem, p.590)

¹⁰ Francisco Lopes da Silva, in *Artilheta*, jornal-revista de Educação, Ciência e Cultura, Ano XI, N. 46, Junho/Julho, 2002

2. A imprensa no regime de Partido Único

A imprensa durante os quinze anos do Regime de Partido Único, de 1975 a 1990, não deixou de ressentir o ambiente de condicionamento e de pressão, especialmente no que tange ao exercício do jornalismo. Temos claramente duas fases: a primeira, que vai de 1975 a 1981 (da Independência Nacional, com a Lei da Organização Política do Estado, até 1980); e a segunda, que se prolonga dessa data a 1990 (da criação do PAICV, com a 1ª Constituição da República até à abertura política).

Cabo Verde, depois de sua independência de Portugal, a 5 de Julho de 1975, apresentava sinais de uma nação autoritária. O poder era exercido em plenitude pelo Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC), a confundir claramente com o Estado. O PAIGC, depois da independência autoproclamou-se o guia do povo cabo-verdiano e o país era definido como um Estado de democracia nacional revolucionária. “O princípio da solidariedade entre os povos, a invocação do direito internacional, a cooperação, com particular destaque para com os países que acolheram os nossos emigrantes (...), foram consagrados”. (Silva, 2015, p.65 e 66)

Na véspera da Independência, foi aprovada a Lei da Organização Política do Estado (LOPE), que deveria ter um carácter provisório de 90 dias até à entrada no parlamento de um Projecto de Constituição, mas prolongou-se até 1981.

“A LOPE era um breve texto legislativo de vinte e três artigos, que ignorava muitas matérias, a mais importante e surpreendente das quais a dos direitos fundamentais”.¹¹

O Artigo 22º da LOPE, instituía que nada podia ir contra os princípios e os objetivos do PAIGC, então, força política e dirigente do Estado na Guiné e em Cabo Verde. Mesmo com a Primeira Constituição de 1980, que entrou em vigor em 1981, as características do regime continuaram como de regime monopartidário. Para além do carácter profundamente ideológico da Constituição, no seu artigo 4º estava expresso que o PAIGC, depois PAICV (a

¹¹ Jorge Carlos Fonseca, citado por Silva, 2015, p. 72

20 de Janeiro de 1981), na sequência do Golpe de Estado na Guiné-Bissau (no dia 14 de Novembro de 1980) e da primeira revisão constitucional, seria a única força “política dirigente da sociedade e do Estado”¹², tendo como missão histórica estabelecer as bases gerais do programa político, económico, social, cultural, de defesa e segurança a realizar pelo Estado” e definir as etapas da Reconstrução Nacional e estabelecer as vias da sua realização.

Por conseguinte, o modelo de Jornalismo adotado em Cabo Verde, depois da independência, foi um modelo autoritário. Humberto Cardoso, no seu livro “*O partido único em Cabo Verde, um assalto à esperança*” publica parte de um relatório do Conselho Superior de Luta (CSL) ao Congresso do PAIGC, em 1977, em que se avançava os métodos de controle da informação:

“ fazer dos meios de comunicação social não só instrumentos de divulgação ideológica, mas autênticos meios de educação cultural das massas”. (Cardoso, 2016, p. 203)

A adoção do partido único repercutiu-se em todos os setores da vida política e social do país, incluindo na comunicação social, como tentaremos adiante demonstrar.

A criação do Conselho Nacional de Informação (CNI) é uma iniciativa que ilustra bem o papel do jornalismo no regime de partido único. No jornal *Voz di Povo* de 29 de Setembro de 1984 foi publicada na íntegra a comunicação de encerramento da reunião do Conselho Nacional do Partido, proferida pelo então Presidente da República e Secretário Geral do PAICV, Aristides Pereira. Um dos pontos centrais desse encontro foi a criação do Conselho Nacional de Informação. Aristides Pereira começou o seu discurso dizendo que “*o acto que ora se realiza culmina uma etapa de reflexão que vimos fazendo há já algum tempo, sobre questões ideológicas, nomeadamente sobre o papel dos órgão de comunicação social e outros organismos especiais na veiculação dos princípios defendidos pelo partido.*”

A criação do Conselho Nacional de Informação foi uma decisão emanada do II Congresso do partido com a preocupação de juntar numa única estrutura os principais responsáveis dos órgãos de comunicação social do Estado, incluindo representantes do partido e de outras organizações sociais no sentido de uma única orientação no tratamento da informação. Faziam parte do CNI, o seu secretário que atende o Departamento da Informação e

¹² Lei da Organização Política do Estado (LOPE)

Propaganda, o Ministro da Educação, o Secretário de Estado da Comunicação Social, responsáveis pela área de comunicação da JAAC-CV (Organização da Juventude do partido), UNTC-CS (Central Sindical), OMCV (Organização das Mulheres), Directores do Jornal *Voz di Povo*, Radio Nacional e TEVEC, e outros.

Sublinha-se que na mesma comunicação acima referida, que, em essência, se trata de orientações do partido, Aristides Pereira sublinha que “*Em relação aos meios de comunicação social do país, o Conselho Nacional de Informação está chamado a exercer tarefas não apenas de coordenação, mas também de orientação, dinamização e formação.*” Uma orientação que também é entendida (Correia, 2011) no âmbito do jornalismo para o desenvolvimento, inspirado no Relatório MacBride adoptado pela UNESCO, em 1983, que defendia dentre outros princípios “o papel da comunicação social para o desenvolvimento da sociedade, como importante factor para educar, instruir (...)”.

Se aceitarmos que a comunicação desempenha papel essencial para a mobilização e cooperação do público, com vista a respaldar o desenvolvimento da sociedade, a missão dos profissionais da comunicação deve consistir não só em reportagens objetivas sobre as notícias “brutas”, mas também comentários que ofereçam análise e ensinamento. Dessa forma, desempenharão o seu papel decisivo na luta mundial pelo progresso humano (UNESCO, 1983, p. 262)¹³.

Os membros do Conselho Nacional de Informação tinham a tarefa de ‘acompanhar as actividades dos organismos estatais e das organizações de massa no sector da informação e de coordenar essa actividade de acção ideológica dos organismos partidários’. (Cardoso, p. 202)

A instalação dessa estrutura ilustra a influência e a presença do Estado no quotidiano dos órgãos de comunicação, num regime de Partido Único, em que vozes dissonantes eram residuais na sociedade cabo-verdiana e inexistentes nos órgãos diretivos, mormente dos órgãos de comunicação social. O alinhamento com a ideologia do partido e do Estado não se exigia apenas aos dirigentes dos órgão da comunicação, como deixa claro Aristides Pereira nessa mesma comunicação.

¹³ Alcuri et al. *O Relatório MacBride – História, Importância e desafios (...)*

“É, assim, por demais evidente que a informação é tarefa de militantes, não podendo ser deixada em mãos de profissionais ou de especialistas alheios à realidade da nossa luta.” (Aristides Pereira)¹⁴

Posto isso, Humberto Cardoso, em jeito de conclusão, afirma que:

“Definidos, assim, os parâmetros da sua actuação, a comunicação social, iria, ao longo dos anos, tornar-se um instrumento totalmente dócil ao partido, onde a subserviência dos seus agentes, jornalistas, devia ser total.” Nesse contexto político e mediático ambientado no partido único, esse autor acrescenta que “Devido a isso (a comunicação social) tornou-se o refúgio de muitos medíocres, incapazes de transmitir ao público qualquer mensagem equilibrada”. (Ibidem, p. 203)

Do ‘Boletim Oficial’ (Boavista, 1842), marco do nascimento da imprensa cabo-verdiana até à Independência Nacional (1975), altura em que foi criado o *Jornal Voz di Povo*, a *Rádio Nacional* e, mais tarde, a *Televisão Experimental (TEVEC)*, o Estado manteve-se hegemónico na comunicação social. Abre-se um parêntese para referir-se ao caso do *Jornal ‘Terra Nova’*, órgão informativo de inspiração cristã, propriedade dos Irmãos Capuchinhos, surgido em Abril de 1975 e tardiamente, o *Jornal ‘Tribuna’*, órgão do partido/poder hegemónico.

3. A imprensa e o multipartidarismo

“Evocar a missão da imprensa é já abordar a sua liberdade. Para que o direito do público a conhecer os factos e as opiniões sejam uma realidade, devem ser garantidas a independência dos jornalistas e a dignidade reconhecida à sua profissão.”(Cornu, 1994, p. 59)

A 13 de Janeiro de 1991 foram realizadas as primeiras eleições livres e multipartidárias, tendo resultado na vitória, com maioria qualificada, do Movimento para a Democracia (MPD). A vitória expressiva da então oposição nessas eleições emprestou legitimidade ao MPD para levar adiante uma rutura com o modelo de sociedade, a ideologia, os símbolos, as instituições e as práticas do regime de partido único. É a primeira alternância política em Cabo Verde. Uma das rupturas foi a aprovação de uma Constituição que consagraria o

¹⁴ *Jornal Voz di Povo* de 29 de Setembro de 1984

parlamentarismo mitigado como sistema de governo e o Estado Social e Democrático de Direito, alicerçado numa economia de mercado.

A mudança de regime - da democracia revolucionária para a democracia multipartidária vai favorecer uma particular regulamentação da atividade jornalística. Nasce, em 1990, a Associação dos Jornalistas de Cabo Verde (AJOC), evoluindo presentemente para o Sindicato dos Jornalistas. As liberdades fundamentais ganham centralidade e a Constituição de 1992 consagra a liberdade de imprensa. No seu artigo 48º, n.1 referente à liberdade de expressão e informação diz expressamente, a abrir, que “todos tem direito e exprimir as suas ideias por pensamentos e palavras”. A liberdade de imprensa (Artigo 60º) e o direito de antena, de resposta e de réplica políticas (Artigo 58º) são outros pilares desse novo quadro constitucional que irão permitir uma regulamentação alargada da imprensa e do exercício do jornalismo em Cabo Verde. As Leis da Rádio, da Televisão, da Imprensa Escrita e das Agências de Notícias, sem esquecer o Estatuto do Jornalista são corolários desse período. É igualmente importante sublinhar que muito daquilo que constava na letra constitucional levou tempo para ser implementado. A Lei da Imprensa, que vigorava no anterior regime, foi uma delas.

No novo quadro constitucional, os partidos deveriam ter acesso igual aos órgãos de comunicação, princípio consubstanciado no art. 60º, n.3 quando diz que “nos meios de comunicação social do sector público é assegurada a expressão e o confronto de ideias das diversas correntes de opinião”.

Em 1990, quando se deu a abertura política, o mercado mediático era extremamente exíguo: havia a Televisão Experimental de Cabo Verde - ‘TEVEC’, com pouco mais de três horas de emissões diárias, a estação radiofónica estatal e o jornal ‘Voz di Povo’. Nos anos que antecederam à abertura política, apenas o ‘Terra Nova’ mantinha um tom a destoar dos órgãos estatais. Depois de 1991, o mundo do jornalismo cabo-verdiano sofreu significativas alterações. Com a introdução do sistema democrático, novos fenómenos no campo da comunicação social foram surgindo, nomeadamente “o aparecimento e desaparecimento de jornais” (Évora, 2011). O esforço para a afirmação dos partidos políticos que precisavam divulgar e sedimentar os seus princípios ideológicos, ditou o surgimento de jornais próximos a essas forças políticas, o que se percebia pela forma como as notícias eram normalmente tratadas, e nunca pela identidade dos proprietários dos órgãos nem sempre conhecidas. A Constituição de 92 estipula, entretanto, no seu art. 60º, n.10 que ‘é obrigatória a divulgação da titularidade e dos meios de financiamento dos órgãos de comunicação social, nos termos

da lei”, mas não é o que ocorre de facto. A tradição de jornais próximos a partidos políticos marca um certo percurso recente da imprensa privada cabo-verdiana.

A transição política também criou ambiente para projetos editoriais mais duradouros. O projeto ‘*A Semana*’ foi um dos que mais perdurou no terreno mediático, e surgiu na sequência da derrota do PAICV nas eleições multipartidárias em 1991, como estratégia para essa força política continuar a ter influência na sociedade cabo-verdiana, sustenta Évora (2004)¹⁵. Os jornais ‘O Cidadão’ (descontinuado) e ‘Expresso das Ilhas’ (2006) são outros novos órgãos que aparecem no mercado mediático cabo-verdiano. Ademais, o Estado mantém-se na imprensa escrita até 2007 (primeiro, através do *Jornal Voz di Povo*, depois do *Novo Jornal de Cabo Verde* e, finalmente, do *Jornal Horizonte*). Com a retirada do Estado da imprensa escrita, em 2007, nascem os jornais privados ‘*A Nação*’, e o ‘*Jornal de Cabo Verde*’ (descontinuado), todos semanários. O *Jornal Artiletra*, órgão privado que se dedica à educação, ciência e cultura é outra publicação (Abril de 1991) que faz parte do ambiente mediático cabo-verdiano. Essa publicação segue a tradição de órgãos literários e culturais que caracterizam fortemente o percurso da imprensa nestas ilhas.

Em 2001, num determinado período, o jornal *Horizonte* saiu três vezes por semana, depois passou para duas vezes, mas a experiência não vingou e voltou novamente a ser semanário, até 2007, ano em que foi extinto.

Em 2016, com o PAICV no fim do seu terceiro mandato, e em pleno período de campanha para umas eleições que ditam o regresso do MPD ao poder, 15 anos depois, surgiu no mercado o semanário *A Voz* que acabou por durar apenas poucos meses.

Ao longo das primeiras décadas de 2000, a imprensa eletrónica também fez parte do mosaico mediático cabo-verdiano. O primeiro jornal digital editado no país foi o *Paralelo 14* (2002-2006). Antes disso, em data que não pudemos apurar, surgira o *Visão Online*, (neste momento inactivo), jornal editado por jornalistas cabo-verdianos e sobre temática cabo-verdiana, nos Estados Unidos, onde reside uma expressiva comunidade destas ilhas. Com o tempo surgiram projectos como o *Liberal Online* (2005), (teve algumas descontinuidades e retomas e neste momento encontra-se inativo) e os jornais impressos passaram a transpôr para o espaço digital os seus conteúdos, como são os casos do *A Semana*, *Expresso das Ilhas*, e *A Nação*, que persistem até hoje. O jornal *A Semana*, versão impressa, depois de mais de 20 anos no mercado, saiu de circulação, em definitivo, em Janeiro de 2017, alegando problemas

¹⁵ Cf. História dos Media, Silvino Évora, 2006. Acessado em 15 de Agosto no: <https://nosmedia.wordpress.com/historia-dos-medi/>.

financeiros.

O jornal ‘A Semana’ foi, num determinado período, alvo de muitos processos judiciais, conforme afirma Isabel Lopes Ferreira, no seu estudo intitulado ‘*Jornalistas e governantes em Cabo Verde, 1991-1998*’ e era tido como o único órgão de comunicação social que encarava o papel de fiscalizador dos poderes instituídos. A investigadora, numa listagem de processos judiciais, entre 1994 e 1995, elencou onze casos, envolvendo o jornal *A Semana*, em que os queixosos eram o Ministério Público, membros do governo e instituições estatais. Desses onze processos, o jornal venceu cinco.

Em entrevista ao jornal *Artiletra*, Filomena Silva, antiga diretora do jornal, questionada sobre esses processos judiciais, responde assim:

“eu perdi a conta. Os processos são tantos. Estranhamente depois de o MPD ter ganho as eleições com maioria absoluta ficou famoso aquele discurso de Carlos Veiga, onde ele diz expressamente: “agora vou me ver com o pessoal da comunicação social”. Isso foi claro, nós tiramos isso para a primeira página. Quando ele anunciou um ajuste de contas com o pessoal da comunicação social. A partir dali foram processos atrás de processos”¹⁶

CAPÍTULO VI

As normas que regulam a Comunicação Social

1. Preliminares

A nova lei de Comunicação social entrou em vigor em 1998. Convém sublinhar que a Lei de imprensa a vigorar na fase de transição vinha de 1987 e nela estavam expressas as restrições da actividade da comunicação social no país. Essa lei do antigo regime apontava que o Estado deveria reservar a si “o exclusivo” de actividade nos media de maior impacto como sejam a Televisão e a Rádio. Aos privados, estava, assim, liberada a possibilidade de

¹⁶ *Artiletra*, Ano XII, N. 52, Julho/Agosto de 2003

actuar apenas na Imprensa Escrita. Essas restrições continuaram até 1998, a data em que se aprovou a nova Lei de Comunicação Social.

É importante registar que os discursos do governo do MPD à volta da regulamentação da atividade da imprensa, e da reestruturação dos órgãos da Comunicação Social do Estado, foram intensos e persistentes, no início dos anos 90, mas, em alguns casos, na prática, as medidas só vieram a ser tomadas anos depois.

Em 1992, aquando do anúncio da primeira reestruturação nos órgãos públicos, foi decidida “a cessação da aplicação do estatuto de funcionário público aos jornalistas, a atribuição do estatuto de empresa pública aos Media, a adopção da contratação colectiva de trabalho, (...)” (Ferreira, p.228)

Nesse mesmo pacote de medidas, o jornal ‘*Voz di Povo*’ foi suspenso, tendo sido substituído pelo ‘*Novo Jornal de Cabo Verde*’. Outra mudança ocorrida foi a substituição da Agência Noticiosa do Estado, *Cabopress* para *Inforpress*. No quadro dessas reformas, em 1997, os profissionais da Rádio e TV públicas foram incorporados por uma nova empresa. Dessa fusão, surgiu a Rádio-Televisão de Cabo Verde (RTC).

A liberalização de propriedade da rádio e da televisão consagrada na Constituição de 1992, mediante concurso, viu a sua regulamentação aprovada apenas em 1998, o que possibilitou, a partir dessa data, o surgimento de várias rádios privadas no país. De sublinhar que a Rádio Nova, propriedade da Congregação dos Capuchinhos Católicos, já tinha sido criada mesmo antes da aprovação da Constituição de 1992.

Foi no segundo mandato do MPD, em Dezembro de 1997, que veio a ser publicada a lei de incentivo à imprensa privada.

Nos anos 2000, mais precisamente a partir de 2004, com o governo do PAICV de regresso ao poder, a legislação da Comunicação Social sofreu alterações, nomeadamente as Leis de Imprensa Escrita e da Rádio. Em Abril de 2010, o parlamento aprovou um novo Estatuto dos Jornalistas de Cabo Verde, que institui a obrigatoriedade de obtenção de um curso superior para o exercício da atividade jornalística. O diploma recebeu os votos favoráveis do PAICV e da UCID. A bancada do MpD, na oposição, absteve-se. Foram igualmente aprovados o novo Código de Publicidade e a nova Lei da Televisão, que além de regular o “acesso e o exercício da atividade de televisão”, regula a “oferta ao público de serviços audiovisuais a pedido ou mediante solicitação individual”.

Em 2007, foi aprovado o regime jurídico particular da radiodifusão comunitária que veio a ser alterado em 2010. Em 2005, foi ainda alterada a Lei que regula o Sistema de Incentivos

do Estado às Pessoas Singulares ou Colectivas Privadas que editam publicações periódicas (Lei de incentivos), anteriormente aprovada em 1997, pelo governo do MPD, e que entrou em vigor a 1 de Janeiro de 1998.

Com o intuito de garantir a sustentabilidade dos órgãos, num mercado pequeno e deficitário, em que muitas empresas de comunicação acumulam dívidas junto da previdência social, e outras empresas, o governo decidiu pela aprovação do ‘Fundo de apoio ao desenvolvimento do setor da comunicação social’. Esta resolução, aprovada em 2015, veio na sequência de uma outra aprovada em 2013: ‘O Plano estratégico da Comunicação Social’ que já apontava para a necessidade de revisão da “política de incentivos” aos órgãos públicos e privados e melhorar assim a performance tecnológica dessas empresas, e a qualidade dos seus conteúdos.

2. A Associação dos Jornalistas de Cabo Verde e a auto-regulação

No ano de 1990, mais precisamente a 24 de Novembro, a Associação dos Jornalistas de Cabo Verde (AJOC) foi formalizada, estando já a classe organizada desde 1987. O surgimento dessa associação é um dos momentos que do ponto de vista tanto simbólico, como prático, marca um posicionamento dos jornalistas cabo-verdianos em prol da defesa da sua dignidade, princípios éticos, e liberdade de imprensa. Posicionamento esse, traduzido na aprovação do seu Código Deontológico.

O surgimento da associação prendia-se de modo urgente com a necessidade de reconhecimento da classe jornalística enquanto grupo social, que defende valores éticos comuns. Era também desejável que a associação se debruçasse sobre a consolidação de vias de promoção da sua identidade.

“Naquela altura já estávamos em plena abertura política. Começavam a surgir organizações da chamada sociedade civil. Creio que a primeira a surgir, foi a Associação dos Escritores, um ano antes. Havia esse tipo de tentativa, então os jornalistas rapidamente procuraram se organizar em associação. Inclusive, uma das pessoas que nos fez a proposta dos estatutos foi o Carlos Veiga, por intermédio do Daniel Santos, eram muito amigos. Não havia nada nessa área. O Veiga fez-nos a proposta dos estatutos, discutimos e aprovamos, e depois colocou-se a hipótese para ver quem ficava à frente da associação. Havia dois grupos, e o denominador comum era eu. Nem queria ser.

Foi depois de muita insistência que aceitei.”¹⁷

A Associação dos Jornalistas de Cabo Verde (AJOC) assumiu desde o primeiro momento o seu papel cimeiro na defesa dos princípios da liberdade de imprensa, apelando a que os políticos respeitassem a liberdade dos jornalistas. Logo após as eleições de Janeiro de 1991, como avança Isabel Lopes Ferreira, a relação entre os jornalistas e o governo começou a ser particularmente tensa. A autora chega a referir um comunicado emitido pelo governo afirmando que era intenção da AJOC “desestabilizar a governação e envenenar o relacionamento saudável entre todas as partes envolvidas na Comunicação Social”. (Ferreira, 2002, p. 108) “Esta associação demonstrava consciência de classe, assim como intenções de definir objectivos, e de traçar estratégias comuns para os alcançar. Até 1994, a AJOC tomou posições activas”, sublinha Ferreira.

José Vicente Lopes, o primeiro presidente da AJOC, vê com naturalidade a forma “conturbada” como os jornalistas e a classe política se relacionavam naquela altura.

“Foi conturbada, e nem podia ser diferente. Quem é que não quer meter as patas no jornalismo? Até hoje nós vemos isso. Imagina naquela altura! Da nossa parte – eu particularmente, tive a necessidade, com o apoio dos meus colegas da direcção – de mostrar que nós não éramos nenhum paspalho ou idiotas que podiam fazer o que bem entendessem connosco e com a classe, sobretudo com a classe. E naquele período, tivemos que protagonizar muitos combates, dos quais eu me orgulho. Curiosamente, apesar da profunda divisão política que se estabeleceu, éramos mais coesos, mais unidos.” (José Vicente Lopes)

De 1994 para frente, as actuações da AJOC foram mais esparsas, e os ânimos só voltaram a reacender em 1997, com a criação da RTC, tendo em atenção que tal reestruturação passava por alguns despedimentos que foram considerados pouco claros pelos jornalistas. A importância da AJOC na auto-regulação foi notória, tendo em atenção o período em que surgiu, evidenciando o interesse de defender os valores da profissão e da liberdade de imprensa. Caso tivesse dado continuidade ao seu dinamismo, sem períodos amorfos, o espírito de classe seria com o tempo mais substancial.

A aposta na formação dos jornalistas tem sido outra prioridade da AJOC, através de

¹⁷ José Vicente Lopes, o primeiro Presidente da Associação dos Jornalistas de Cabo-Verde, em entrevista à autora.

iniciativas de formação, treinamento com especialistas estrangeiros, e intercâmbios no exterior. Em 2015, a AJOC associou-se à Escola Superior de Comunicação Social (ESCS), do Instituto Politécnico de Lisboa (IPL), na montagem de uma turma de mestrado com o objectivo de contribuir para a sedimentação dos conhecimentos jornalísticos desses profissionais e consequentemente dos conteúdos nos órgãos e contribuir, igualmente, para o surgimento de um *corpus* que pudesse ajudar a pensar a comunicação social no país, através da investigação, do ensino universitário e outros.

3. A evolução da regulação

O regime constitucional cabo-verdiano, assenta, como já se referiu neste trabalho, no reconhecimento da liberdade de expressão, expresso no artigo 48º, nº 1 da Constituição. Esse pressuposto que indicia a proibição de censura, no entanto, não significa liberdade total, na medida em que respeitados devem ser os outros princípios e direitos, como sejam o direito ao bom nome, à imagem, e à intimidade da vida pessoal e familiar, artigo 48º, nº 5 da Constituição.

Miguel Silva, na sua obra *‘Regulação da Comunicação Social, Razões e Perspectivas’* (2008), aponta cinco razões para a regulação:

- . Falhas de mercado
- . Garantia constitucional de um serviço público de comunicação
- . Protecção do direito de respostas e de rectificação
- . Salvaguarda de outros direitos fundamentais, como o bom nome e a reputação
- . Atenção a discursos que não podem ser tolerados

A regulação acontece, portanto, sob o binómio responsabilidade/liberdade e os caminhos são muitos. Alguns partilham do princípio de que a interdependência e a complementaridade entre mecanismos de auto-regulação e hetero-regulação é o melhor caminho para o poder neutro. Aliás, a própria Lei que regula a Autoridade Reguladora para a Comunicação Social (ARC) em Cabo Verde dispõe como uma de suas atribuições promover a co-regulação e incentivar a adopção de mecanismos de auto-regulação.

3.1 A auto-regulação

No quadro da auto-regulação, para além do Sindicato dos Jornalistas, anteriormente mencionado, também estão previstos na legislação cabo-verdiana diferentes instrumentos para o efeito, embora a sua dinamização não seja a mais desejada. São eles ‘Conselho de Redação’, ‘Livro de Estilo’, ‘Estatuto Editorial’ e ‘Código Deontológico’.

No Estatuto do Jornalista, aprovado em 2010, é definido no n. 4 do artigo 18º (Direito de participação) que “nos órgãos de comunicação social com mais de cinco jornalistas, deve ser eleito o *Conselho de Redação*, por escrutínio secreto e segundo regulamento aprovado”. Das sete competências desse conselho, sublinhamos a de “dar parecer sobre a elaboração e as alterações ao estatuto editorial”.

Ao constatar que neste momento nenhum órgão público (onde os jornalistas estão em maior número) respeita esse princípio legal – o de ter um conselho de redação - depreende-se, por um lado, que em Cabo Verde não são todos os jornalistas que contribuem para a elaboração ou alteração do estatuto editorial do órgão para o qual trabalham. Por outro lado, sendo o conselho de redação um instrumento que pode e deve influenciar o quotidiano das redações, considera-se a auto-regulação deficitária no seio da classe. De realçar que apenas a Inforpress e a Rádio de Cabo Verde tiveram conselhos de redação no passado.

A ausência de conselho de redação nos órgãos de comunicação social está também na contra mão daquilo que propugna o Código Deontológico sobre a participação dos jornalistas nas decisões do órgão: “O jornalista deve lutar contra quaisquer actos ou tentativas de impedimento ou limitação na sua participação activa na vida interna dos órgãos de comunicação, através dos Conselho de Redação e de outras estruturas”.

Quanto ao livro de estilo, também não se conhece tal instrumento a funcionar em plenitude em nenhum órgão de comunicação social do país.

O Código Deontológico do Jornalista foi aprovado em 1991, pela associação de classe, antes da Lei da Comunicação Social e do Estatuto do Jornalista. Foi revisto 20 anos depois, na sequência de uma socialização para recolha de subsídios com jornalistas, realizada no dia 28 de Abril de 2011, com o objectivo de acompanhar os novos tempos ambientados pelas tecnologias de informação e comunicação.

Em jeito de introdução, constante na brochura do referido Código, editada pela Associação Sindical dos Jornalistas, refere-se que : “O reforço da auto-regulação da classe é defendida como desejável pela Federação Internacional dos Jornalistas, (FIJ) que sustenta que os jornalistas devem reconhecer, acima de tudo, a jurisdição com os seus colegas”.

3.2 A hetero-regulação

Compreende-se por hetero-regulação um conjunto de instrumentos legais, normativos e de fiscalização criados pelo Estado com o objectivo de legitimar e enquadrar o setor. Neste âmbito, surge em Novembro de 1991, o primeiro Conselho de Comunicação Social (a lei é de 1990). O funcionamento da instituição foi sol de pouca dura e pouco expressivo, tendo cessado, em 1994, devido à saída de alguns membros e o desrespeito às suas deliberações por parte dos órgãos. De lembrar que, em 1991, jornalistas eram membros do Conselho de Comunicação Social (três ao todo), sendo o órgão presidido por um jurista. Com a lei da Comunicação Social de 1998, os jornalistas passaram a não fazer parte do Conselho.

Na revisão constitucional de 2010, foi criada a ARC - Autoridade Reguladora para a Comunicação Social, uma pessoa coletiva de direito público, com natureza de autoridade independente e sem sujeição a quaisquer diretrizes ou orientações por parte do poder político, que exerce os necessários poderes de regulação e de supervisão de todas as entidades que prossigam atividades de comunicação social em Cabo Verde, sem prejuízo da liberdade de imprensa. A criação dessa entidade (Autoridade Administrativa Independente) está prevista no n. 12 do artigo 60º da Constituição. Os membros da ARC foram empossados em 2015.

Estão sujeitas à supervisão e intervenção da ARC, as agências noticiosas, as publicações periódicas, independentemente do suporte que utilizem, os operadores de rádio e televisão, os conteúdos on-line submetidos a tratamento editorial e organizados como um todo coerente, bem como os agentes e empresas de publicidade e marketing e as empresas que se dedicam à atividade de sondagem e inquérito de opinião.

Dentre os objetivos de regulação, destacámos o de “assegurar que a informação fornecida pelos prestadores de serviços de natureza editorial se pautem por critérios de exigência, imparcialidade, isenção e rigor jornalísticos, efectivando a responsabilidade editorial perante o público em geral (...)”¹⁸

A ARC tem atuado em períodos eleitorais, e junto dos órgãos de comunicação social e da sociedade em geral relativamente a diferentes matérias: assegurar que todos os jornalistas em

¹⁸ Artigo 1º da Lei n.8/VIII/2001 de 29 de Dezembro.

exercício sejam titulares da carteira profissional, apelar aos órgãos no sentido de se promover internamente a mobilização para a criação dos conselhos de redação, e inteirar-se dos estatutos editoriais de todos os órgãos de comunicação social. Têm sido essas as ações mais visíveis da ARC, até agora. O conselho regulador produziu, até 17 de Agosto de 2017, cinquenta e duas Deliberações nos mais diferentes domínios, quais sejam peças, queixas de partidos e de particulares contra órgãos, fiscalização realizada a diferentes órgãos do país, avaliação de coberturas eleitorais, pedido de direito de resposta, etc. Há vozes a defender que essas deliberações da ARC deveriam ser partilhadas e debatidas com a sociedade, nas suas diversas componentes, e deixarem, assim, de ser meras peças administrativas.

CAPÍTULO VII

O acesso à profissão e a carteira profissional

A exemplo do que aconteceu em países como Portugal, Espanha, França e Brasil, o acesso à profissionalização no jornalismo, em Cabo Verde, não passou pela exigência do diploma. No caso cabo-verdiano, nem poderia ser, porque os cursos de comunicação social no país são muito recentes. A primeira turma de Ciências de Comunicação (2002-2007) surgiu na Universidade Jean Piaget. Depois disso surgiram mais cursos de comunicação com habilitação em jornalismo e outras áreas fins, na Universidade de Cabo Verde (2009), na Universidade Lusófona (2007), e na Universidade de Santiago (2010).

De acordo com Silvino Évora, (2012) o jornalismo foi, durante muito tempo, em Cabo Verde, uma “profissão para aqueles que não tinham outra ocupação”. Esse autor admite, no entanto, que no período pós-independência alguns entraram para a área por gosto e disponibilidade de contribuir para um país melhor, mas realça que existiram aqueles que “entraram para o jornalismo sem vocação nem preparação”.

No esforço de perceber o perfil dos profissionais que fazem a comunicação social em Cabo Verde, nomeadamente no período pós-independência, recordemos Nobre de Oliveira (1998) quando avança que “parte dos primeiros profissionais da rádio do Cabo Verde Independente, eram estudantes do liceu” que já estavam habituados a ser locutores nas horas vagas. Esta circunstância determinou a que alguns deles escolhessem fazer carreira na Comunicação Social.

O acesso à profissão, nesse período, também ocorreu pela via político-partidária. A tomada da Rádio Barlavento, em Dezembro de 1974, de acordo com Aristides Pereira, citado por Mário Silva (2015), representa uma viragem profunda “porquanto a rádio passou a reforçar o trabalho político, que até essa altura se limitava a comícios e a actividades de consciencialização porta a porta”.

Ainda sobre o exercício da profissão, Humberto Cardoso descreve assim: “No deserto cultural que se estabeleceu (a comunicação social) tornaram-se nas únicas ‘estrelas’, exibindo-se diariamente, particularmente na rádio, e adquirindo um estatuto social e uma ascendência, designadamente, sobre os jovens, sem correspondência alguma com o nível exigível aos profissionais do ramo.”

Na linha do que vimos expondo, acerca do perfil daqueles que exerceram o jornalismo, Silvino Évora sustenta que “a concepção do jornalismo a ‘céu aberto’ permitiu que essa actividade se transformasse, em algumas ocasiões, no palco de ‘desterro’ de pessoas que não tinham qualquer outro enquadramento ocupacional.” (2012)

A inexistência de critérios formais, seja um diploma, ou outro marco regulatório para o acesso à profissão, refletiu e reflete, até hoje, na qualidade da comunicação social em Cabo Verde. Em alguns casos pontuais, nas entrevistas que levámos a cabo para este trabalho, alguns profissionais admitem ter entrado nos órgãos, pela via do concurso, nomeadamente para a televisão, meio em que as competências orais e aspetos ligados à imagem tinham particular relevância. Os profissionais que começaram a exercer nessas condições foram tendo formações temporárias dentro e fora do país; muitos frequentaram o Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas (CENJOR) em Portugal.

Os perfis dos jornalistas foi uma preocupação também dos partidos políticos, que mereceu atenção no âmbito da transição política em 1990. Num memorandum das conversações políticas entre as delegações do MPD e do PAICV, na altura, ficou assente que no que concerne à comunicação social “reconhece-se a necessidade de renovar e adequar o perfil dos titulares dos Órgãos de Comunicação Social estatais, bem como dos responsáveis de informação, à conjuntura política de transição democrática”¹⁹. Ficou igualmente instituído nesse diálogo que “os titulares daqueles cargos deverão ser escolhidos entre os cidadãos

¹⁹ Silva, Mário Ramos Pereira. *As Constituições de Cabo Verde e Textos históricos de direito constitucional cabo-verdiano*. 3. edição, Edições ISCJS, 2014

competentes e que dêem garantias de seriedade e de isenção política”. Os chefes de redação e directores de informação dos órgãos do Estado também passariam a ser eleitos, segundo o entendimento entre os partidos (Silva, 2014, p. 484).

O entendimento entre os partidos pela escolha de cidadãos competentes, sérios e isentos, para exercer o jornalismo não poderia ser encarado como o critério de acesso à profissão, porquanto a percepção dessas características iria sempre depender da subjetividade de quem estivesse à frente dos órgãos. Quanto à escolha dos chefes de redação e directores de informação nos órgãos públicos, nada mudou na medida em que continuam não sendo eleitos, mas sim nomeados. O Conselho de Administração escolhe o Diretor, e este escolhe o Chefe de Redação.

Como refere Évora, (2012) o debate em torno da profissionalização do jornalismo em Cabo Verde decorreu sobre outros parâmetros: jornalistas não formados *versus* jornalistas formados. Isto, a partir do momento em que começou a chegar ao país a primeira leva de jornalistas com licenciatura feitos em Cuba, Brasil, Portugal e outros países. Esse tema que era tratado, muitas vezes, de forma tangencial e transversal, quando se debatia a comunicação social, ganhou alguma intensidade na década de 90 com o aumento de bolsas estudos para o exterior, e o consequente aumento de número de jornalistas formados. No fundo, sublinha Évora, “os formados na área sentiam-se mais ‘profissionais’ do que aqueles que não tiveram oportunidade de obter uma formação.”

O Estatuto do Jornalista, aprovado em 2010, vai responder a muitos anseios que existiam nesta matéria: exige curso superior aos novos que entram na profissão, e estabelece um período de oito anos para a regularização da situação daqueles que já exercem, obtendo um grau de licenciatura, para além de isentar os demais que exercem ao longo de 10 anos seguidos. A Comissão de Carteira Profissional, empossada em Julho de 2006, dois anos depois da sua regulação ter sido publicada, é outra entidade que vem atuar a esse nível. Devido a um longo período de inatividade, por motivos vários, só em 2010, foram emitidas as primeiras carteiras profissionais de jornalistas em Cabo Verde. À comissão cabe definir “as condições de aquisição, renovação, suspensão e cassação da carteira profissional dos jornalistas”.

Com o desenvolvimento do ensino superior em Cabo Verde, e a abertura de cursos na área da Comunicação Social, foram sendo criadas as condições para que o acesso à profissão ocorresse em conformidade com as exigências legais e da própria profissão. Com isso, o debate sobre a profissionalização do jornalismo orientou-se para outros caminhos, nomeadamente a qualidade dos cursos e dos profissionais que são formados no país.

1. Expansão e recomposição social do grupo profissional dos jornalistas

1.1 Uma caracterização do grupo profissional dos jornalistas

Os dados que iremos caracterizar baseiam-se nas informações recolhidas nos serviços administrativos do Sindicato dos Jornalistas, (AJOC) na Comissão de Carteira Profissional do Jornalista (CCPJ), nos órgãos da Comunicação Social (RTC, Expresso das Ilhas, e TV Record) e junto dos próprios jornalistas, através de e-mails e redes sociais. A recolha feita junto dos jornalistas, mostrou-se necessária, porque existem jornalistas ainda a exercer sem carteira profissional, e nem todos são membros do sindicato dos jornalistas. Até este momento, a CCPJ já entregou 197 carteiras. A primeira remessa foi entregue em 2010, a segunda em 2012, a terceira em 2014, e a quarta em 2016 (os cartões dessa remessa estão ainda a ser confeccionadas em Portugal). No Sindicato dos jornalistas estão inscritos 140 jornalistas, incluindo uma portuguesa que vem exercendo há já alguns anos no país. Na posse de carteira profissional há mais jornalistas portugueses que trabalham em diferentes órgãos nacionais.

Antes deste trabalho, entre finais de 1998 e início de 1999, Isabel Lopes Ferreira levou a cabo um inquérito junto da totalidade dos jornalistas de 10 concelhos com vista a um levantamento sociográfico dos mesmos. O corpo jornalístico na época era constituído por cerca de 68 profissionais.

Outro dado desse inquérito de 1999, apontava que dos 68 profissionais, 23 declararam ter iniciado a profissão a partir de 1991, e desses, 6 tinham o curso superior. Quase 20 anos depois, os dados que apuramos, para este trabalho, indicam que o grupo dos jornalistas em Cabo Verde é composto por 233 membros, um aumento significativo, de cerca de 242,6%. No Quadro I mostramos como esses profissionais estão distribuídos pelos principais meios de comunicação social (m.s.c). Na alínea destinada a “outros” estão os jornalistas que trabalham em empresas de comunicação, assessoria de imprensa, presidentes e administradores de

institutos e outros serviços. Cobre igualmente os jornalistas que estão na docência, reformados e alguns residuais sobre os quais não obtivemos informação.

Quadro I: Jornalistas por tipos de órgãos

Meios de Comunicação (m.c.s)	N.	%
T.V	42	18,0
Rádio	79	33,9
Imprensa Escrita	20	8,5
Agência de Notícias	22	9,4
Jornal Digital	12	5,1
Produtoras, assessorias, ensino e outros	58	24,8
Total	233	100,0

Ainda no que se refere ao Quadro I, percebe-se que, a contrariar a tendência de muitos países, onde os jornalistas se concentram, a maior parte, na imprensa escrita, no caso cabo-verdiano isso não ocorre. Apenas 20 jornalistas estão nos dois semanários existentes no país, estando alguns a actuar como freelancer.

Outro dado que não pode ser negligenciado, devido à sua expressão, é a percentagem de jornalistas que está fora dos órgãos, (24,8%) a maioria deles a prestar assessorias aos membros do governo e a outros organismos. Tendo em conta tratar-se de um número elevado, composto em mais de 30% por jornalistas que pediram licença para prestar serviços de assessoria, percebe-se que há aspectos considerados mais atrativos nesses cargos, que poderão ser os salários praticados e melhores condições de trabalho.

A maioria dos jornalistas cabo-verdianos labora no audiovisual, e uma parcela substancial (39,9%) desses profissionais pertence aos quadros da Rádio Televisão Cabo-verdiana (RTC), a empresa que administra a rádio e a televisão do Estado. São ao todo 93 jornalistas colocados nas sedes da TCV e da RCV, na Cidade da Praia, e nas diferentes delegações espalhadas por alguns pontos do país, como se ilustra no Quadro II.

Com isso, percebe-se, à priori, que o Estado, no sector da comunicação social, é o maior empregador. Uma tendência que se manteve, devido às particularidades do mercado mediático: pequeno com um sector privado com fraca expressão. Dados do inquérito de finais de 1998, que vimos citando, constataram que, no cômputo geral, o principal empregador era o

Estado. 50 dos inquiridos se declararam empregados no sector público, e 18 pelo sector privado.

Quadro II: Distribuição dos jornalistas da RTC pelo país

TCV- Sede na Cidade da Praia - 27
RCV – Sede na Cidade da Praia - 33
Delegação do Mindelo -17
Delegação do Sal - 05
Delegação de Assomada, Santiago Norte – 05
Delegação do Fogo – 02
Delegação de Santo Antão - 02
Delegação de S.Nicolau - 02

O Quadro II ilustra a presença dos jornalistas da RTC em diferentes pontos estratégicos do país, numa proporção muito superior aos demais órgãos, exactamente por se tratar de órgãos públicos. Com essa distribuição, caso não existisse o delicado problema de transportes inter-ilhas, seja marítimo seja aéreo, as regiões do país estariam razoavelmente melhor servidas em matéria de informação. Mas essa dificuldade de ligação, impede que ilhas como Maio, Boa Vista, e Brava tenham presença desejada nas antenas da Rádio e da TV públicas. Na RTC, a empresa que ocupa um espaço de relevo no palco mediático cabo-verdiano, os jornalistas estão distribuídos da seguinte forma, segundo o sexo: *43 mulheres e 50 homens*. A priori, regista-se um quase equilíbrio de género entre os jornalistas na empresa, mas a sua distribuição entre os órgãos vai demonstrar outras particularidades. Na Televisão de Cabo Verde nota-se um predomínio numérico das mulheres e um desequilíbrio não muito acentuado entre homens e mulheres. O que não acontece na Rádio de Cabo Verde que se apresenta fortemente masculinizada com quase o dobro de homens, nomeadamente na sede do órgão, na Cidade na Praia. Nas delegações, nota-se algum equilíbrio e aplica-se aos dois órgãos, já que nessas ilhas os jornalistas trabalham para os dois órgãos, com a excepção da Delegação de S.Vicente, onde existem jornalistas da rádio e jornalistas da televisão, tal como na sede.

Quadro III: Total Jornalistas RTC por sexo			
TCV- SEDE	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
	10	17	
RCV - SEDE	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
	23	10	
RTC - Mindelo	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
	9	8	
RTC - Sal	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
	2	3	
RTC - Assomada	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
	3	2	
RTC - Fogo	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
	0	2	
RTC - Santo Antão	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
	1	1	
RTC - S.Nicolau			Total
	0	2	
Total Jornalistas RTC			93

Olhemos para a distribuição da totalidade dos jornalistas cabo-verdianos, de acordo com o sexo. (Quadro IV)

Quadro IV: Jornalistas cabo-verdianos, segundo o sexo		
Sexo	N.	%
Masculino	114	48,9
Feminino	119	51,07
Total	233	100,0

Em finais de 1998, Isabel Lopes Ferreira constactou que “o número de jornalistas do género masculino (52) correspondia a mais do quádruplo do número de jornalistas

do género feminino (16)”. Hoje, esse quadro inverteu-se significativamente, e percebe-se que o número de mulheres a exercer o jornalismo é ligeiramente superior a dos homens. A presença expressiva de mulheres no jornalismo, é um reflexo directo da sua frequência ao ensino secundário em número superior, tendo em conta a elevada taxa de abandono escolar entre os rapazes nessa fase. Embora não tenhamos rigorosamente apurado as funções ocupadas pelas mulheres dentro das redações, e tendo em conta a instabilidade nas chefias que caracteriza alguns órgãos de comunicação social, ouvimos a Presidente do Sindicato dos Jornalistas, Carla Lima, para quem o número superior de jornalistas do género feminino “não tem contribuído para que as mulheres tenham mais poder na comunicação social”. O que se percebe no panorama mediático cabo-verdiano, segundo Lima, “é que as direcções têm um número residual de mulheres”. A presidente da AJOC, que também é quadro da Rádio de Cabo Verde, há 17 anos, afirma que as mulheres são maioria nas redações, mas não nas chefias. Vai mais longe, afirmando que no país tem se negligenciado a Comunicação Social quando se fala em igualdade e equidade de género, uma área que, segundo Lima, também devia merecer um espaço de reflexão mais aprofundada. Como exemplo, convém dizer que neste momento, em 2017, todos os órgãos do país são dirigidos por homens, sendo alguns coadjuvados por mulheres nas chefias dos departamentos. Olhando para o panorama geral dos órgãos, a maioria dos editores são homens.

Esta abordagem sobre o lugar das mulheres nas redações, empurra-nos para a questão salarial, e a presidente da AJOC é categórica ao afirmar que as mulheres ganham menos do que os homens. Formalmente os salários são iguais dentro de cada categoria, recorda, mas sem acesso aos cargos de chefia, e às condições que permitam uma progressão na carreira, a mulher acaba por ganhar menos, conclui.

2. Principais tendências dos grupos profissionais dos jornalistas

Vejam os Quadros V, relativamente aos grupos etários dos jornalistas. Do total dos jornalistas, não obtivemos a idade de uma ínfima parte, (seis apenas), quantia que não interfere nas leituras que o quadro seguinte suscita.

Quadro V: Jornalistas distribuídos por faixa etária		
Grupos etários	N.	%
Até 29 anos	24	10,9
30 aos 44 anos	95	43,3
+ de 45 anos	100	45,6
Total	219	100,0

Os grupos etários com mais de 45 anos de idade são a maioria na classe jornalística cabo-verdiana, representando 45,6%. A seguir, surgem outros igualmente expressivos, correspondente às faixas até 44 anos, que representam 43,3% dos jornalistas. Esta combinação denota que existe um processo de rejuvenescimento da classe em curso que ainda não atingiu a sua plenitude, porque os jornalistas com mais de 44 anos ainda são a maioria.

Quadro VI: Nível de Escolaridade dos jornalistas cabo-verdianos		
Escolaridade dos jornalistas	N.	%
Ensino Secundário	53	25,4
C. Médio ou Superior Incompleto	21	10,6
Licenciatura	120	57,6
Mestrado	9	4,3
Doutorado	3	1,4
Total	208	100,0

Regressemos, uma vez mais, ao trabalho de Isabel Lopes Ferreira. O inquérito feito pela autora, em 1998, demonstrou que da totalidade dos jornalistas inquiridos “25 declararam ter formação superior (19 no concelho da Praia e 6 no de São Vicente) e 43 formação secundária, com níveis que variavam entre o nono e o décimo segundo ano.” Entretanto, o grosso desses profissionais declararam ter passado por formações de curta duração.

O Quadro VI revela um elemento relevante que é a percentagem significativa de jornalistas com licenciatura (57, 6%), o que leva a perceber uma ruptura social na forma como a profissão foi encarada em Cabo Verde por um longo período. Uma profissão de “portas abertas” como refere Évora, que permitiu que esta área fosse transformada “no palco de desterro de pessoas que não tinham qualquer enquadramento ocupacional”. (2012, p. 156) Com base nesses dados, percebe-se uma clara evolução na forma como se encara a profissão em matéria de escolaridade. Podemos concluir, sem receio de errar, que a “era de tarimba” na comunicação social cabo-verdiana foi ultrapassada, com um número crescente de estudantes a optar em fazer um curso de comunicação, tanto no país como no estrangeiro, e a encarar o jornalismo como uma profissão.

Com relação aos jornalistas com ensino secundário (25,4%), é de salientar que os níveis variam, visto que haverá alguns que nem chegaram a completar o décimo segundo ano, ou antigo sétimo ano dos liceus. Não tendo nós optado por questionários, este é um pormenor que não pudemos apurar nas consultas que fizemos junto dos serviços administrativos da CCPJ e da AJOC.

Entre os profissionais que frequentaram o ensino superior, consideramos os jornalistas que desistiram da universidade no meio do percurso, e os que terminada a parte lectiva, não puderam ainda defender a monografia. Com relação ao curso médio, só tivemos conhecimento de um caso. Como se pode inferir no quadro acima, não alcançamos neste trabalho a escolaridade da totalidade dos jornalistas cabo-verdianos.

Relativamente aos jornalistas com os títulos de mestre (4,3) e doutor (1,4), pode-se facilmente depreender, pela sua fraca expressão numérica, a ainda deficiente estruturação de um campo de investigação científica no campo da comunicação social no país. É de realçar que dentre esses mestres, apenas três profissionais estão a exercer a profissão, estando os demais na docência e na ARC. Dos doutores, dois são professores universitários, e um, proprietário de empresa de comunicação social.

No quadro seguinte, será pertinente perceber a percentagem de escolaridade com relação ao género:

Quadro VII: Jornalistas licenciados distribuídos por género		
Jornalistas com Licenciatura	N.	%
Homens	49	36,1
Mulheres	71	63,8
Total	120	100,0

Algumas leituras suscitadas por este trabalho levam a perceber rupturas no campo mediático cabo-verdiano, mas curiosamente os dados relativos ao Quadro VII confirmam uma tendência que já vinha do passado. Em 1998, segundo Ferreira, as mulheres tinham “graus de formação superior aos do género masculino”. Entre as 16 jornalistas mulheres, 13 tinham licenciatura, e entre os homens, dos 52 apenas 10 tinham curso superior. Convém também perceber como estão distribuídos os jornalistas por escolaridade entre os meios de comunicação social.

Quadro VIII: Jornalistas licenciados distribuídos pelos m.c.s

Licenciados por m.c.s	N.	%
Imprensa Escrita	10	10,6
Inforpress	12	12,7

Rádio	33	35,1
TV	29	30,8
Online	10	10,6
Total	94	100,0

Quadro IX: Jornalistas com Ensino Secundário distribuídos pelos m.c.s

Ensino Secundário por m.c.s.	N.	%
Imprensa escrita	1	2,1
Inforpress	9	18,3
Rádio	32	69,5
TV	3	6,5
Online	1	2,1
Total	46	100,0

Quadro X: Jornal. com Ens. Méd. e freq. Ens. Superior distribuído pelos m.c.s

Ens. Med. e Freq. Ensino Sup. por m.c.s	N.	%
Imprensa escrita	2	10,5
Inforpress	1	5,2
Rádio	4	21,0
TV	12	63,0

Online	0	0,0
Total	19	100,0

O Quadro VIII revela que a maior parte dos jornalistas com grau de licenciatura está no audiovisual – Rádio e TV – mais concretamente na Rádio Televisão Cabo-verdiana. Um dado que se justifica pelo elevado número de jornalistas que se concentra nesses meios no país. A seguir, vem a Inforpress, seguida da imprensa escrita. Nesta leitura, devemos atentar ao facto da imprensa escrita, por ser privada, funcionar com muitas dificuldades num mercado que é exíguo. Também por esta razão, dispõe de um número reduzido de jornalistas. Outrossim, em se tratando de órgãos recentes, os dois semanários apostam nos profissionais com formação superior. É também na imprensa escrita que trabalham alguns jornalistas estrangeiros, nomeadamente portugueses. É uma forma que os jornais encontraram de redimensionar os custos, procurando profissionais com outras experiências e outras disponibilidades em outros mercados.

O Quadro IX mostra que o grosso dos profissionais com ensino secundário trabalha na rádio, estando apenas uma parte ínfima deles na TV e nos meios digitais.

Na TV, ilustra o Quadro X, estão em maior número os profissionais que frequentaram o ensino superior. São alguns dos jornalistas com vários anos de experiência, que tiveram a facilidade para entrar na Universidade de Cabo Verde para fazer um curso, quando esta instituição abriu, pela primeira vez, em 2009, a Licenciatura em Jornalismo. A maior parte desses profissionais ainda não defendeu a sua monografia.

3. A formação de jornalistas em Cabo Verde

Este é um tópico que se justifica, na medida em que historicamente os jornalistas com curso superior em Cabo Verde todos se formaram no exterior. A partir do novo milénio, o ensino universitário começou a expandir-se e a tornar-se uma realidade no arquipélago. Isso, obviamente, não impediu que estudantes cabo-verdianos continuassem a frequentar universidades no estrangeiro, mas reduziu drasticamente esta tendência e criou, de facto, um grupo de ‘jornalistas formados em Cabo Verde’

com as suas características próprias. Um grupo que detém as suas leituras sobre a classe, recaindo sobre ele também outras leituras.

A Universidade Jean Piaget foi a primeira instituição de Ensino Superior a abrir um curso de Ciências de Comunicação com duas variantes, a Publicidade e o Jornalismo. A instituição inaugurou esse curso com a turma 2002-2007, com uma média de 30 alunos, e em todos os anos seguintes, abriram-se turmas novas em jornalismo. Com o passar dos anos, o número de alunos tem sido menor. Nos últimos 10 anos, 63 estudantes frequentaram o curso de jornalismo na Universidade Jean Piaget, sendo 51 mulheres e 12 do sexo masculino. Depois da Uni Piaget, em 2010, foi aberto o curso de jornalismo na Universidade de Santiago.

Passamos a ilustrar no Quadro XI a frequência de quatro anos lectivos na Universidade de Santiago:

Quadro XI: Frequência de quatro anos letivos – Universidade de Santiago			
Ano Lectivo	Mulheres	Homens	Total
2010 - 2011	9	9	18
2012 – 2013	3	7	10
2013 – 2014	8	26	34
2014 – 2015	7	20	27
Total	27	62	89

A Universidade Pública abriu o seu curso de Jornalismo em 2009. De acordo com os dados daquela instituição, 163 alunos já frequentaram esta licenciatura, sendo 124 mulheres e 39 homens.

O aumento exponencial de jornalistas formados nas universidades cabo-verdianas tem levantado, amiúde, o debate sobre a qualidade dos cursos ministrados no país. Na verdade, ainda não foram efectuados estudos para se aferir sobre a qualidade dos cursos, e os posicionamentos a este respeito acabam sempre por centrar-se em leituras subjectivas com base na prestação desses profissionais. Sobre esta matéria, a Presidente do Sindicato dos Jornalistas entende que “chegou um tempo em que é preciso preocupar-se mais com a qualidade”. “Temos percebido que, se calhar, os profissionais tem saído das universidades com algumas lacunas que é preciso ver”,

acrescenta. Abordando esta matéria de forma genérica, como faz questão de pontuar, Lima sublinha que esses profissionais poderiam ter “uma formação melhor”. Haverá sempre diferenças entre um curso e outro, e entre uma universidade e outra, mas a Presidente da AJOC, entende que se chegou a um ponto em que não é necessário abrir novos cursos de comunicação/jornalismo, mas sim ter um controlo maior sobre a qualidade dos cursos e dos profissionais. Uma questão que deve ser medida à saída desses recém licenciados para o mercado de trabalho, o que ainda não existe. Se há dez anos o problema era não haver cursos de comunicação social, e os jornalistas se formavam em Portugal e no Brasil, hoje em dia, segundo Lima, os cursos já são suficientes, e “precisamos trabalhar na questão da qualidade”, porque o que temos “deixa muito a desejar”.

Em 2015, começaram a ser ministrados dois mestrados em jornalismo em Cabo Verde. O Mestrado em Jornalismo Económico pela Universidade de Cabo Verde, e um outro em Jornalismo pela Escola Superior de Comunicação Social, (IPL) de Portugal em parceria com a Associação Sindical dos Jornalistas (AJOC).

4. As condições sociais dos jornalistas em Cabo Verde

A maioria dos jornalistas em Cabo Verde trabalha em órgãos públicos, como já avançamos ao longo deste trabalho. Os jornais privados sempre tiveram a tendência de surgir das mãos de grupos com ligações partidárias. Nos últimos tempos, tem havido uma inversão de tendência neste campo, com jornalistas a criar projectos editoriais. O primeiro caso foi o *Alfa Comunicações*, (2007) de que o *Jornal A Nação* é propriedade, fundada por um jornalista. No *A Nação* integraram-se alguns jornalistas do antigo *Jornal Horizonte*, sendo um deles o seu director.

Mais recentemente, com a descontinuidade da versão impressa do jornal *A Semana*, alguns profissionais que trabalhavam nesse órgão criaram dois projectos editoriais diferentes – todos eletrónicos – o *MindelSite* (2017), em S.Vicente, e o *Santiago Magazine* (2017), editado na Ilha de Santiago. Ainda que timidamente, os jornalistas começam a encarar a possibilidade de deixar de ser meros assalariados, sendo certo que existe ainda um caminho enorme pela frente, tendo em conta a natureza do mercado.

4.1 As variáveis salariais dos jornalistas cabo-verdiano

Em termos salariais, o quadro varia entre o público e o privado. No sector público, pegando a RTC como exemplo, existiu um Plano de Carreira de Cargos e Salários de 2000 que foi revisto em 2010. Com essa revisão, a maior parte dos jornalistas e o pessoal da empresa, foi progredido, e reenquadrado.

O PCCS prevê que em cada quatro anos, os jornalistas sejam progredidos consoante avaliação de desempenho, no quadro do contrato colectivo, não havendo brecha para contratos individuais a “jornalistas estrelas”, a exemplo do que acontece em outras paragens, uma reivindicação que, entretanto, vem sendo feita por alguns profissionais em Cabo Verde. Em 2016, os jornalistas que estavam há mais de três anos exercendo chefia na RTC, solicitaram o cumprimento do PCCS, e tiveram uma progressão. Inclusive, os que já tinham permanecido, anteriormente, três anos em cargos de chefia, e que nunca foram contemplados, acabaram por ser beneficiados em 2016. Esta decisão do Conselho de Administração de então, de progredir somente os profissionais que exerceram cargos de chefia, por um período superior a três anos, gerou um coro de críticas entre os trabalhadores, que pediram o cumprimento do PCCS para todos. Entretanto, todos são unânimes em afirmar que é preciso uma reforma profunda para se implementar a avaliação de desempenho na maior empresa de comunicação social do país.

Levando em consideração esse descontentamento, o novo Conselho de Administração da RTC, empossado em Julho de 2016, veio contemplar o colectivo com uma progressão. Fizemos esse caminho exemplificativo, para demonstrar que, segundo o PCCS da empresa, os jornalistas são reclassificados depois de “quatro anos de serviço efectivo e ininterrupto no escalão imediatamente anterior”. A progressão deve também ser precedida de avaliação de desempenho, um dos requisitos do PCCS, que no caso da RTC, não é posto em prática. Por esse andar, percebe-se que, não havendo a avaliação de desempenho, as progressões na carreira tendem a ser feitas de modo automático, englobando todos os profissionais, o que, por outro lado, gera descontentamento na gestão das carreiras, atendendo ao fato de que todos os jornalistas não têm a mesma prestação. Há diferenças evidentes.

O novo PCCS veio extinguir o cargo de *Jornalista Assistente*. Agora, um profissional com carteira profissional e curso superior, quando contratado pela RTC,

começa como *Jornalista Estagiário*, auferindo um salário de 70.000 Escudos Cabo-verdianos bruto. Depois de passar a fase de estágio, que dura em regra seis meses, é enquadrado como *Jornalista Nível 9 - Escalão A*, e passa a receber pouco mais de 90 mil escudos. Quando o profissional atinge o topo de carreira, passa para a categoria de *Jornalista Principal*, Nível 12, e auferir 120.000 Escudos.

A carreira dos jornalistas na RTC integra os seguintes cargos e níveis:²⁰

Quadro XII: Os cargos e os níveis dos jornalistas na RTC

CARGO	NÍVEL
Jornalista I	7
Jornalista II	8
Jornalista III	9
Jornalista IV	10
Jornalista – Sénior	11
Jornalista – Principal	12

Nos órgãos privados, nomeadamente nas rádios e nas televisões, os salários são globalmente mais baixos. Nos órgãos impressos, pelo que pudemos apurar, há quem pratique salários diferenciados, dependendo do contrato feito com cada profissional. No quadro seguinte, temos o exemplo do *Jornal Expresso das Ilhas* com a sua modalidade salarial que contempla, entre outras formas de compensação, a isenção de horário, algo que não existe no setor público, onde os jornalistas, em tese, trabalham por turno.

Quadro XIII: Modalidade salarial no Jornal Expresso das Ilhas

Categoria	Venc. Mensal	Sub. Alimentação	Sub. de Transporte	Despes. Representação	Isenção de horário	Vencimento Bruto
Estagiário I	34 500,00					34 500,00
Estagiário II	40 000,00	5 000,00				45 000,00
Jornalista Grupo I	50 000,00	7 500,00			12 500,00	70 000,00
Jornalista	56 500,00	7 500,00			14 125	78 125,00

²⁰ Dados levantados junto do Departamento dos Recursos Humanos da RTC

Grupo II		00			,00	
Jornalista Grupo III	72 000,00	7 500, 00	5 000,0 0		18 000 ,00	102 500,0 0
Jornalista Grupo IV	94 500,00	7 500, 00	10 000, 00	10 000,00	23 625 ,00	145 625,0 0
Jornalista Grupo V	103 000,0 0	7 500, 00		12 000,00	25 750 ,00	148 250,0 0

Outra situação que afeta a classe profissional dos jornalistas, são os baixos salários praticados por alguns órgãos de comunicação social, nomeadamente os privados. Tem sido um problema muito criticado pelo Sindicato dos Jornalistas, nos últimos tempos. A facilitar esta prática, estão os muitos estudantes formados em jornalismo, que o mercado não consegue absorver condignamente e permanecem em estágios intermináveis. Muitos até começam a fazer estágios no meio do curso, principalmente na TV, devido à atração que esse meio provoca, e acabam por arrastar a formação por tempo indeterminado, e em alguns casos, nem chegam a concluir a licenciatura.

Relativamente à mão de obra barata no jornalismo, cuja quantificação está-se por fazer, a Presidente da AJOC entende que a classe não tem se posicionado convenientemente. Para Carla Lima, os jornalistas que “gozam da estabilidade do setor público”, ou não entendem essa prática da mão de obra barata como um perigo para o exercício do jornalismo, ou se entendem, acham que é um assunto que não lhes diz respeito. Algo que atrapalha, porque, defende Lima, se há alguém que pode realmente se posicionar criticamente contra essa tendência “são os profissionais dos órgãos públicos, onde a estabilidade é muito maior”. Por outro lado, acrescenta, os mais jovens que passam por esta situação “ficam de mãos atadas, porque a sua capacidade reivindicativa é quase nula”.

“Este é um problema da classe jornalística que me leva até a pensar se realmente temos classe”: desabafo da Presidente da AJOC, perante a falta de reação da classe diante deste problema. Lima afirma que o envolvimento dos jornalistas nos problemas que o sindicato levanta tem sido seletivo. Ou seja, um grupo só reage quando o problema lhe atinge diretamente. A líder sindical admite mesmo que “talvez seja este um dos fracassos da AJOC”. Depois de tanto tempo, “ainda não conseguir ter esta classe com uma consciência coletiva forte”, e que, a seu ver, nem parece que venha acontecer tão cedo. 25 anos depois, “já era tempo de se ter uma

classe mais unida, com uma agenda própria e única para o fortalecimento do jornalismo em Cabo Verde”, conclui.

5. Dez perfis dos jornalistas cabo-verdianos

Inspirado nas entrevistas constantes da obra “*Perfil sociológico do jornalista português*”, que se baseou na metodologia aplicada em França para a feitura da obra *La Misère du Monde*, de uma equipa dirigida pelo sociólogo Pierre Bourdieu, optamos por uma análise também qualitativa em que os próprios jornalistas ajudam a traçar o perfil da profissão, falando das suas referências, aspirações profissionais, desafios, percurso, crenças e outros posicionamentos sobre o jornalismo. Escolhemos 10 jornalistas com idades que variam entre os 25 e os 57 anos, e trabalham em diferentes meios: rádio, televisão, jornal impresso e jornal online. A nível académico, cinco deles são licenciados, um possui mestrado, e quatro não têm licenciatura, sendo que desses, dois chegaram a frequentar o ensino superior. São quatro mulheres e seis homens. Por fim, tentou-se englobar profissionais com diferentes trajetórias, jornalistas que atuam em áreas diferenciadas dentro da redação, em política, cultura, sociedade, etc. A seguir, expomos uma resumida apresentação sociográfica dos dez jornalistas entrevistados.

Quadro XIV: Perfis sociográficos dos jornalistas entrevistados

<u>Nome</u> / <u>Natural</u> / <u>Idade</u> / <u>Profissões – Mãe/Pai</u> / <u>Formação</u> / <u>Início da Profi.</u>
Matilde / Angola / 41 anos / Costureira - Carpinteiro / Licenciada / 2001
José / S.Vicente / 58 anos / Doméstica - Operário / Licenciatura / 1981
André / Santiago / 57 anos / Costureira - Guarda florestal / Ens. Sec. / 1983
Gereminas / Santiago / 27 anos / Oficial Justiça - Funcionário / Mestrado / 2013
Mirian / S.Vicente / 37 anos / Funcionária - Funcionário / Freq. Ens. Sup. / 2007
António / Santiago / 58 anos / Doméstica - Topógrafo / Licenciado / 1977
Paula / Santiago / 51 anos / Doméstica - Téc. de Mecânica / Ens. Sec. / 1987
Waldemar / Fogo / 49 anos / Doméstica - Serralheiro Mec. / Ens. Sec. / 1989

Carlos / S.Vicente / 46 anos / Doméstica – Recepcionista / Licenciado/ 1991
Brígida / S.Vicente / 25 anos / Educ. de Infância - Condutor / Licenciada / 2015

1) Matilde, filha de uma Costureira e de um Carpinteiro, trabalha há 16 anos na Televisão de Cabo Verde, onde passou a ser conhecida pela forma leve e simples como apresenta os seus programas culturais, e também por fazê-lo na língua cabo-verdiana – o crioulo. Na nossa entrevista, confessa o seu compromisso com o jornalismo, demonstrado nas suas reportagens sempre cuidadas, o que não a impede de criticar a cultura jornalística da estação pública onde trabalha. Os constrangimentos nunca são, para Matilde, motivos para desistir. Sempre que a situação se complica, faz uma pausa nos programas, regressa à redação como repórter, aguardando por dias melhores. Trabalha na TCV, na cidade do Mindelo, desde 2008.

No Mindelo, o ambiente de trabalho é melhor, há menos críspação entre colegas e há maior fluidez na produção. (Matilde)

2) José, filho de um Operário e de uma Doméstica, inicia no *Voz di povo* em 1981, e dois anos depois segue para cursar Comunicação na Universidade Federal de Minas Gerais, no Brasil. Foi o primeiro presidente da Associação dos Jornalistas (AJOC), em 1990, e fez um percurso sedimentado na imprensa escrita em Cabo Verde. É autor de oito livros, em áreas como história, poesia e contos. Enquanto jornalista, não se arrepende das lutas que travou em prol da classe e aprendeu com as consequências. Se voltasse no tempo, diz que seria jornalista, uma profissão que o realiza.

Não me vejo a fazer outra coisa. Há um amigo que está sempre a dizer-me “devias era largar isto e dedicar mais à história”. Talvez seria um domínio em que eu poderia atuar. (José)

3) André, filho de um Guarda fiscal e de uma Costureira, é uma figura conhecida, com muitos amigos e alguns desafetos, por causa do jornalismo. Esteve em Lisboa a cursar engenharia, desistiu, passou uns tempos nos bancos da faculdade a aprender teorias da comunicação, e não quis continuar. Decidiu procurar o seu próprio caminho. Construiu a sua carreira profissional na imprensa portuguesa, inspirado e ajudado por grandes figuras do

jornalismo português. Como repórter, aprendeu a movimentar-se em países como Angola, Gâmbia, Serra Leoa, Libéria e outros, com muita facilidade. Domina os assuntos africanos. Começou cedo em Cabo Verde, no *Voz di Povo*, transita para a rádio, passa pela televisão, mas viu-se obrigado a sair de Cabo Verde para poder exercer na plenitude o jornalismo.

Chego a Lisboa, já tinha falado com o Assis Pacheco, o José Paulo Fafe, filho do embaixador, e na semana seguinte já estava a trabalhar no Liberal, que pertencia ao grupo PEI do Santana Lopes, dirigido pelo Francisco Sousa Tavares. (André)

4) Geremias, filho de uma Oficial de justiça e de um Funcionário público, natural da Cidade da Praia, começou a trabalhar em 2013, depois de frequentar uma licenciatura no Brasil e um mestrado em Portugal. É um dos mais novos entrevistados, tem 27 anos, e o único com título de mestre entre o grupo. Em 2016, recebeu o Prémio Nacional de Jornalismo com um trabalho assinado em parceria com uma colega, o que o incentiva a continuar a trilhar o caminho que iniciou no jornal *A Semana*, passando pelo jornal digital *Ocean Press*, até chegar ao *A Nação*, onde trabalha atualmente.

Antes de mais, é sempre bom ganhar um prémio na sua área de atuação. Ainda mais sendo jovem num país conhecido pelo famoso sistema de “panelinhas”. Enfim, para mim o PNJ foi um grande incentivo para continuar a trabalhar temas importantes e que sirvam de reflexão para a sociedade. (Geremias)

5) Mirian, nasceu na Ilha do Sal, filha de uma Administrativa na aviação civil e de um Coordenador do tráfego aéreo, fez os estudos liceais na Ilha de São Vicente, e foi nessa altura que descobriu o gosto pela comunicação, já que era tida como oradora para tudo na sala de aula. Seguiu para Portugal, fez quatro anos de comunicação, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade Técnica de Lisboa, agora Universidade de Lisboa. Interrompeu o curso e está, há dez anos, a exercer o jornalismo em Cabo Verde. Começou como estagiária na TIVER (Televisão Independente de Cabo Verde) e trabalha há oito anos na Rádio de Cabo Verde (RCV). É incentivada sempre pelos colegas a terminar a licenciatura, porque esteve muito perto do fim.

É um plano que se arrasta há muito tempo. E digo, se não regressar, prefiro começar do

zero aqui, mas não Comunicação Social. Prefiro estudar outra coisa, Inglês, algo ligado à Cultura. (Mirian)

6) António, nasceu na Cidade da Praia, filho de um Topógrafo e de uma Doméstica, em Fevereiro de 1959. Começou a estagiar no jornal *Voz di Povo*, quando ainda andava no Liceu Domingos Ramos. Depois de completar os 18 anos, foi contratado pelo jornal. Já trabalhou na Televisão de Cabo Verde e pertence ao grupo que fundou a Radiotelevisão Cabo-verdiana (RTC), em 1997. Foi, igualmente, o primeiro presidente do Instituto de Promoção Cultural, criado em 1998. Monteiro formou-se em Filosofia, na Alemanha, é poeta, exerce o cargo de Diretor Adjunto do jornal *Expresso das Ilhas*. O jornalista admite que o jornal *Voz di Povo* foi para ele uma grande escola.

Escrevia razoavelmente o português, e tinha essa apetência, e encontrei ali uma grande equipa, o Arménio Vieira, o José Filomeno, o Arnaldo Andrade, o Aristides Lima, o Luís Martins, a Paula Martins. Também tinha boas relações com o Ovídio Martins (poeta), íamos ao Cachito jogar xadrez. Aprendi muito com o Arménio (Vieira). (António)

7) Paula, nasceu na Cidade da Praia, em 1966, filha de uma Doméstica e de um Técnico de mecânica. Depois de terminar o liceu, em 1987, começou a trabalhar no jornal *Voz di Povo*, a convite do então diretor, Carvalho Santos. Foi ficando, fez formação em jornalismo, na CENJOR, e, mais tarde, obteve uma especialização na área social nesse mesmo centro, em Portugal. Ao longo desses anos, Paula trabalha fundamentalmente nas áreas de educação e social, mas isso não a impede de fazer outras coisas.

Comecei na imprensa escrita, no Voz di Povo. Na altura, havia escassez de jornalistas. Portanto, convidavam a todos que achavam que se adaptava à área de comunicação, a fazer parte do grupo. Foi assim que eu entrei, a convite de Carvalho Santos. (Paula)

8) Waldemar, nasceu na Ilha do Fogo, em 1968, e cresceu em Santiago, Cidade da Praia, filho de uma Doméstica e de um Serralheiro mecânico. Depois de terminar o liceu, entrou para a Televisão de Cabo Verde, em 1989, quatro anos depois da sua fundação, tendo se tornado num dos rostos da estação. Nesses quase trinta anos de televisão, já ocupou o cargo de diretor da Televisão Pública e desempenhou, por diversas vezes, a função de chefe do Departamento de Informação. Trata-se, igualmente, de um profissional versátil, que faz de tudo um pouco na televisão.

Eu gosto de desafios e de liderar equipas. Gosto de proporcionar oportunidades aos meus colegas, para avançarem, para fazerem melhor em prol da televisão. Eu gosto de uma televisão que tenha programas novos, e que dê oportunidades aos mais jovens. Eu gosto de reportagem, de apresentar, de realizar. É difícil dizer o que gosto mais. (Waldemar)

9) Carlos, nasceu em S.Vicente, filho de uma Doméstica e de um Rececionista, em 1971. É reconhecido pelo público devido à sua prestação nos programas de grande informação na Rádio Pública, onde ocupou, por duas vezes, o cargo de diretor. Tem uma licenciatura em Comunicação Social e uma Pós-Graduação em Comunicação para Desenvolvimento, Direitos Humanos e Cultura da Paz. O gosto pelo radialismo surgiu muito cedo nas atividades de animação que liderava no seu bairro. Começou a frequentar a rádio, quando ainda fazia o curso de eletricidade, na Escola Técnica de S.Vicente, em 1991. Na altura, fazia a animação e uma notícia aqui e ali. De 1992 a 1997, chegou a fazer um programa de grande audiência - 'Top as 10 Mais'. Em 1997, decidiu seguir para Portugal para fazer uma licenciatura em Comunicação Social.

Tinha uma boa voz, muito boa presença na antena, mas não tinha ainda aquela noção bem do jornalismo. Lembro-me de ter sido destacado para cobrir as eleições em 1995. Tinha umas técnicas rudimentares de fazer entrevista, aprendi na 'tarimba', mas as pessoas que me eram mais chegadas diziam 'tens que estudar'. De facto, sentia a necessidade, porque não tinha a base do jornalismo, não tinha arcaboço. (Carlos)

10) Brígida, é a mais nova entrevistada do grupo. Nasceu e vive na Ilha de São Vicente. Tem 25 anos e começou a exercer o jornalismo em 2015. É filha de um Condutor e de uma Educadora de infância. Escolheu o jornalismo, porque queria ter uma profissão que lhe permitisse estar em contato com vários assuntos. Formou-se em Cabo Verde, na Universidade Lusófona - Baltazar Lopes da Silva, em S.Vicente. Já foi colaboradora da Agência Cabo-verdiana de Notícias, Inforpress, e neste momento trabalha na Rádio Nova - Emissora Cristã de Cabo Verde.

Desejo aprimorar as minhas capacidades como jornalista, especializando em vertentes que me interessam, quer a cultura ou mesmo o desporto. Também, obter mais conhecimento

prático da profissão, participando em mais formações, palestras e afins, de importância no mundo da comunicação. (Brígida)

. A escolha da profissão

As motivações para a escolha de uma profissão revelam sempre a forma como a mesma e as suas componentes são apreendidas numa determinada sociedade ou nicho social. Um desses nichos é a escola. É comum ouvirmos casos de jornalistas que tiveram o primeiro empurrão para seguir a profissão numa sala de aula, muitas vezes incentivados por um professor. São os casos do José, Waldemar, António e Mirian.

José, antes de seguir para o Brasil para cursar jornalismo, em 1983, trabalhou durante dois anos como correspondente do jornal *Voz di Povo* em S.Vicente. Regressou licenciado em 1987. Conta que o bichinho do jornalismo já existia desde o tempo do liceu.

Ainda no liceu fazia o jornal de parede e protagonizei um boletim - Despertar (a última experiência literária a nível dos liceus). Por causa disso, fui convidado a ser correspondente do Voz di povo. (José)

Waldemar, sempre foi um apaixonado pelo desporto e pela televisão. Muitos viram nele, muito cedo, um potencial jornalista televisivo. À par disso, na escola acabou por ser incentivado. Depois de terminar o liceu, em 1988, iniciou um estágio na então TEVEC. Fizeram um concurso para estágio, eram 20 candidatos, e acabou por ser um dos escolhidos.

No liceu, eu fazia jornal de parece sob a coordenação da professora Ana Hopffer, e ela se preocupava muito em nos ensinar a falar bem, a colocar bem as palavras.(Waldemar)

O António também começa a formatar-se no Liceu Domingos Ramos, onde teve uma experiência, antes de entrar no *Voz di povo*. Esteve ligado à *Pró Associação*, que deveria tornar-se, depois, a associação dos alunos do Liceu Domingos Ramos, mas que acabou por ser desmantelada. Foi indicado para estagiar no *Voz di Povo* pela sua professora de português.

Eu tinha uma professora chamada Clara Seabra. O Manuel Delgado, o nosso decado, já falecido, antigo director do Voz di Povo, pediu à Clara Seabra que lhe mandasse um aluno de português para um estágio. Fui para lá antes dos 18 anos. Depois de completar os 18 anos, fui nomeado. (António)

Foi no liceu, em S.Vicente, longe dos pais, que Mirian mudou de opção, porque antes era sua intenção cursar gestão.

Queria fazer gestão, por influência do meu pai. Em S.Vicente, as coisas começaram a mudar. Comecei a ver que tinha mais interesse por comunicação. A minha professora de português motivou-me bastante. (Miriam)

Matilde sempre soube muito cedo que queria ser jornalista. O jornalismo sempre foi a primeira opção, e um teste vocacional no antigo Centro de Orientação Escolar e Profissional foi a confirmação do desejo. Mas ela foi também influenciada pela Arminda Barros, a primeira mulher que se formou em jornalismo em Cabo Verde.

Sim, ela inspirou-me. Mostrava-me como editava os textos do jornal no pagemaker, como fazia transcrições de entrevistas. Então, toda a engenharia e arquitetura do texto, fascinaram-me. (Matilde)

Geremias decidiu ser jornalismo “de verdade” após uma experiência no projecto “A Semaninha” do Jornal A Semana. Fez parte do grupo de pequenos jornalistas e daí surgiu a ambição de se tornar um jornalista. Teve também as suas inspirações. No caso da Brígida, as grandes referências surgiram ao longo da licenciatura.

Escolhi o jornalismo como profissão após uma experiência no projecto “A Semaninha” do Jornal A Semana. Fiz parte do grupo de pequenos jornalistas, quando era um jornal destinado aos jovens e adolescentes. Fui indo e acabei por ambicionar ser jornalista “de verdade”. Filomena Silva, Marilene Pereira e José Vicente Lopes sempre me inspiraram. (Geremias)

Desde cedo me interessei pelo audiovisual, gostava de ver o telejornal, e ouvir a rádio. Logo, os jornalistas eram figuras de referência. Depois, com o curso, alguns professores tornaram-se grandes referências como José Leite, João Almeida. (Brígida)

. Condicionantes da profissão

Com relação aos condicionantes da profissão, registamos estados como desencanto, desilusão, desconforto e cansaço, resultantes da forma como as empresas estão organizadas,

do modo como as decisões são tomadas, e do meio pequeno. Todos os entrevistados realçam o seu vínculo forte com a profissão, mas, no entanto, relatam perturbações que interferem na forma como exercem a profissão. Matilde não tem a esperança de um dia ver a orientação jornalística da Televisão de Cabo Verde focada num verdadeiro serviço público. Para ela, a RTC, empresa que alberga a rádio e televisão públicas, é um instrumento de propaganda político.

A RTC existe como máquina de propaganda do poder político-partidário, administrativo (da situação e da oposição). Por mais que se fale em serviço público, em dar voz mais ampla aos cidadãos, na prática, estamos no cerne do jogo político. Essa mudança só será operada por uma classe jornalística de facto, e por uma sociedade civil atuante. A TCV nem linha editorial tem e a iliteracia mediática é palpável.

(Matilde)

Waldemar decidiu aventurar-se na política, apresentado-se como um dos candidatos nas eleições autárquicas de 2016. Relata que a desilusão com a forma como as coisas decorriam no seu local de trabalho, foi um dos motivos decisivos. Depois de alguma reflexão, abraçou o desafio, ciente de que caso regressasse à profissão, seria visto com outros olhos.

Eu estava muito desiludido com o jornalismo que se fazia em Cabo Verde, mais concretamente na televisão, afinal nós somos o espelho. Mas nunca me passou pela cabeça candidatar-me a um cargo político. Nesse meio tempo da minha desilusão, chega um grupo de pessoas e me pede para candidatar às eleições no município que viu nascer a minha mãe, Santa Catarina do Fogo. Fiquei num dilema, de querer continuar a fazer televisão, esperando que a desilusão passe. (Waldemar)

A Mirian, antes de abordar a falta de organização institucional que a aflige, toca primeiro no seu constrangimento pessoal. O facto de ainda não ter concluído a sua licenciatura (desistiu no quarto ano) o que limita, em muitos aspectos, a sua carreira.

Depois tens o problema das instituições, a forma como se organizam, a forma como estamos demasiado centrados em agendas institucionais, a forma como por vezes aqueles que lideram, tanto o órgão, como a redação, estão mais preocupados em cobrir as agendas

institucionais do que dar espaços aos jornalistas para fazerem trabalhos mais profundos.
(Mirian)

Paula relata uma grande diferença entre a redação do tempo em que entrou na profissão em relação à redação de agora. Depois de muitos anos na profissão, está a passar pela sua primeira crise.

Não tive, mas agora estou a ter. Aos 50 anos, estou a pensar, e a dizer já não vou aturar mais isto, quero fazer outra coisa. Já dei 31 anos de trabalho. Posso até ir para casa, e fazer o mesmo tipo de trabalho, mas estando longe de uma redação. (Paula)

Sobre a redação, também se debruça Carlos, apontando o dedo para a sua fragilidade maior que é o funcionamento efémero dos conselhos de redação na RCV.

Conselhos de redação é outra fragilidade por culpa nossa. Na radio, não há, mas já houve. As pessoas que estão à frente dos conselhos quando são convidadas para a chefia, acabam por sair, e tudo desmantela-se. Tem havido uma falta de vontade e de interesse dos jornalistas em participar na gestão editorial dos órgãos. (Carlos)

José, jornalista com mais de 30 anos de estrada, sendo boa parte na imprensa privada, refere-se ao meio pequeno como um obstáculo para o exercício do jornalismo. Igualmente, o mercado exíguo, é por ele mencionado como uma limitação evidente para o sector da comunicação social.

Toda a gente nos conhece, ainda há uma ideia romântica que o jornalista é o justiceiro social: aquele que pega nas causas e vai resolvê-las. O meio é pequeno, porque acabámos de escrever um artigo e dámos de cara na rua com as pessoas que estamos a denunciar, ou a criticar. Há esse desconforto. Não é agradável. Outra grande dificuldade, é a precariedade do mercado que condiciona imensamente o desenvolvimento da nossa atividade em Cabo Verde. (José)

André, depois de alguns aborrecimentos no jornalismo, vividos principalmente na então Televisão Experimental (TEVEC), nos idos anos 80, percebeu que para exercer plenamente a profissão teria que sair.

O aborrecimento atingiu alguma proporção maior quando estive na televisão. Tinha um programa, um magazine cultural, e na altura como conhecia a nata da intelectualidade portuguesa, e o embaixador que cá estava era uma figura de proa da cultura portuguesa, o embaixador José Fernandes Fafe (falecido recentemente), trouxe para cá grandes intelectuais, e aproveitava sempre para levá-los à televisão. Isso causou aborrecimentos, e na época, o ambiente na televisão era hostil. Percebi-me que para exercer esta profissão, na plenitude, teria que sair daqui. Havia muitos condicionantes, até de ordem política. (André)

Geremias com apenas quatro anos a exercer a profissão, tendo já recebido o Prémio Nacional de Jornalismo, já começa a sentir algum desconforto com a cultura jornalística reinante, pouco dada à investigação.

Estou a gostar da minha profissão, embora pense que o jornalismo poderia ser diferente em Cabo Verde. Ainda sonho em ver jornalistas desbravadores, investigativos e sem medo de pôr o dedo em certas feridas. (Geremias)

Quanto à Brígida, declara que já sentiu condicionada na sua profissão “*devido à falta de equipamento ou meios que me impediram de realizar da melhor forma possível o meu trabalho*”.

. Um olhar sobre a classe

Um olhar dos jornalistas sobre os seus pares foi também revelador, na medida em que pôs a nú, numa espécie de confronto, as diferentes perceções sobre os elementos e as diferentes gerações que exercem o jornalismo.

Para Matilde, a classe jornalística é frágil com limitações em todas as gerações. *A nossa classe é frágil. Por um lado, veteranos que não acompanharam a revolução das linguagens e com uma prática desfazada da realidade. Por outro, uma nova geração de jornalistas formados em universidades no país, onde a deontologia é um corpo estranho e incómodo. Acredito que o jornalismo seja um corpo vivo, em permanente mudança, mas a essência é imutável. (Matilde)*

Carlos vai mais longe, ao afirmar que tem dificuldade em falar de uma classe jornalística em Cabo Verde.

Eu tenho alguma dificuldade em falar de classe jornalística em Cabo Verde. É um grupo heterogéneo, cada um com a sua cultura, com a sua escola, mas há algo que nos identifica que é esta profissão. Mas não existe classe, há interferência política na classe dos jornalistas. Já constatei situações em que um jornalista na redação defende claramente um partido. Quando um jornalista tenta mobilizar os colegas para terem uma voz na redação, dizem ‘este é da oposição, quer é desestabilizar’. Portanto, não temos essa consciência de classe. Sem isso, dificilmente lá chegaremos. (Carlos)

José realça o rejuvenescimento da classe, mas entende também que esta nova geração desconhece o percurso feito pelo jornalismo cabo-verdiano, e precisa preparar-se melhor.

A classe está muito rejuvenescida. Os veteranos estão a ceder lugar aos mais jovens. Os mais jovens não têm consciência daquilo que foi preciso fazer para sermos o que somos hoje. Essas coisas não se ensinam nas escolas. Quem sabe, não divulga. Então, os miúdos, da mesma forma que não sabem que nos anos 40 morria-se à fome em Cabo Verde, também não sabem que o jornalismo cabo-verdiano tem uma história com os seus altos e baixos que merecia ser conhecida. (José)

O Geremias queixa-se da falta de apoio aos mais jovens pelos jornalistas mais experientes.

Vejo uma falta de coesão na classe. Não há entreajuda. Vejo muitas vezes que os jovens jornalistas não têm um acompanhamento/orientação dos mais experientes. (Geremias)

A Paula, muito crítica em relação à forma como as coisas tem sucedido na profissão, é categórica quando afirma que a classe jornalística está dividida. Waldemar, por seu turno, diz que nem sempre os profissionais se dão ao respeito.

Cada um para o seu lado: isto é que temos agora, cada um trabalha para o seu lado, não há harmonia. Isso acontece diariamente. Na redação da Inforpress não existia isso, mas atualmente temos isso. Está sendo difícil. Acho que num sítio onde trabalham entre oito a dez pessoas, haver essa divisão é ... quem fica a perder é a própria redação. (Paula)

Há casos de jornalistas com conduta imprópria, e existe uma tendência para alargar essa imagem a toda a classe. Felizmente, temos gente que não deixa, e impõe respeito. Mas caso contrário, estaríamos muito mal vistos, por causa de algumas posturas de colegas jornalistas que não se respeitam. (Waldemar)

Sem fazer juízo, António relata que a classe jornalística reflete o país. A Mirian, partindo de uma perspetiva muito pessoal, declara não ter nada a dizer da classe, porque aprendeu com ela. Quem se sentiu acolhida pelos colegas foi também a Brígida, que deve a eles muito do que sabe sobre a prática jornalística.

A classe jornalística reflete o país, reflete as outras classes que não são nem melhores nem piores. Estamos mais sujeitos às críticas, porque estamos nos holofotes. Há coisas que são da alçada do governo, e pensam que o jornalista é que resolve tudo. (António)

Na universidade era tudo muito teórico, só comecei realmente a aprender na prática como secretária de redação, no estágio, e com os jornalistas da rádio. Foi com eles que aprendi. Não tenho nada a dizer da classe. Se calhar, para quem começa agora, as coisas já são diferente. Imagino talvez que com o mercado cada vez mais saturado, com cada vez mais pessoas a saírem das universidades licenciadas... (Mirian)

Em todos os órgãos que passei em estágio, sempre tive um bom relacionamento com os demais jornalistas, em que me ajudaram a integrar e a apreender as práticas jornalísticas. Do mesmo modo, foi positiva a experiência, até o momento, nos locais que já trabalhei profissionalmente. (Brígida)

. O papel da AJOC visto pelos jornalistas

Ainda na senda do entendimento acerca dos vários elementos que contribuem para a caracterização da classe jornalística cabo-verdiana, vale perceber de que forma os jornalistas avaliam a atuação do Sindicato dos Jornalistas, (AJOC). A maioria das respostas deixam a entender que o Sindicato poderia ser mais atuante.

Para Matilde, a AJOC poderia defender mais a classe e proteger melhor os jornalistas.

A AJOC pode fazer mais, muito mais. Pode até ter boas intenções, mas muitas vezes fica-

se pelo folclore. Há atropelos à lei laboral e a AJOC cala-se, jornalistas são atacados e desrespeitados pelas empresas onde trabalham. Precisamos de mais formação (não as de propaganda institucional). Não, a AJOC poderia ser mais atuante. (Matilde)

Geremias é da opinião que a AJOC deveria abrir-se mais à participação dos jornalistas mais novos.

São sempre as mesmas pessoas que participam das viagens, formações, etc. Acho também que falta juventude na AJOC. Não é que a porta esteja fechada para os mais jovens, mas é preciso fazer com que os jovens jornalistas sejam bem vindos para participar e partilhar as suas ideias. (Geremias)

A Paula relata que os problemas da classe jornalística precisam ser abertamente debatidos entre todos, e sublinha que a AJOC, de vez em quando, faz aquilo que lhe compete. Do outro lado, estão o Waldemar e o Carlos que se posicionam de forma crítica relativamente à dinâmica da AJOC.

A Ajoc até que, de vez em quando, está a batalhar para isso, mas há muitas coisas que precisam ser trazidas à tona e debatidas. (Paula)

Às vezes vejo uma AJOC muito contida, serena, no seu canto. Como quem diz ‘estou aqui a querer agradar a gregos e a troianos’. Nós sabemos que isso não funciona. Não podemos estar, ao mesmo tempo, de bem com Deus e com o Diabo. (...) a classe política tem estado a aproveitar-se desta situação, desse ‘deixar a andar’ da AJOC. (Waldemar)

Carlos, relativamente à Ajoc, alarga a sua crítica para um ângulo diferente.

Quando transformamos a associação em sindicato, eu acho que nós não estávamos preparados para isso. A Ajoc que agora é sindicato continua a funcionar como uma associação. Uma associação de jornalistas que organiza em parceria com outras instituições alguns fóruns, alguns seminários, e não passa disso. Esse salto de transformar a associação em sindicato deveria ser acompanhado de alguma formação, ao nível do sindicalismo. (Carlos)

. Clivagens e contribuições geracionais

Durante muito tempo o grande debate que se fez no seio dos jornalistas cabo-verdianos colocava frente a frente os jornalistas não formados que se fizeram na ‘tarimba’, e aqueles licenciados nas universidades europeias, brasileiras, cubanas e outras. Com o surgimento de universidades no país, como já abordamos neste trabalho, este debate foi perdendo força, e no seu lugar, surgiram outras clivagens geracionais. A Matilde centra a sua resposta no caso da televisão, onde o conflito entre formados e não formados foi mais evidente. José diz prever, há muito, o desaparecimento desse debate.

Com os colegas, dou-me bem de forma geral. Percebes algum conflito geracional, nomeadamente na Televisão de Cabo Verde. Só tenho conflitos com cabos eleitorais dos partidos que estão espalhados em todas as estruturas da RTC. Há um conflito geracional latente. Quando entrei (2001) para a TCV, havia muitas barreiras, porque viam os novos jornalistas como operadores de mudanças, e mudar na RTC é sempre problemático. (Matilde)

Uma vez estávamos no Voz di Povo, chegou uma colega que estava a formar-se, e queria logo fazer batalhão entre os formados e os não formados. Eu disse-lhe, “esta é uma luta que não vale a pena. Um dia vamos ser todos formados.” (José)

Tanto Jeremias, como Brígida, os entrevistados mais novos, entendem que as clivagens geracionais são de ordem tecnológica, o que gera um distanciamento, por iniciativa dos mais velhos, em relação aos mais novos. Para a Paula, a causa do distanciamento é outra.

Penso que isto acontece graças ao preconceito e rejeição existentes para com as novas práticas e tecnologias do jornalismo por parte dos mais velhos. (Jeremias)

Ao que parece, muitos têm medo de perder o lugar ou importância no serviço que prestam. Muitos jovens detêm, hoje em dia, diversas valências que podem convergir trabalhos de dois ou mais profissionais da área, e isso pode ser considerado uma ameaça para os mais velhos na profissão. (Brígida)

Os colegas eram mais amigos uns dos outros. Havia mais cumplicidade nos trabalhos.

Hoje em dia, isso não acontece, principalmente com os jovens que chegam de formação. Acham que sabem tudo, e optam até pelos golpes baixos. Vê-se hoje nas redações. Isso, nos anos 80 e 90, não acontecia. Mas, é a evolução. O que podemos fazer? (Paula)

Waldemar e André analisam o contributo das gerações numa perspectiva evolutiva, lançando também um olhar sobre a contribuição de cada uma delas. Waldemar é de opinião que a sua geração, dos primórdios da televisão em Cabo Verde, trabalhava por brio e por gosto, às vezes sem conhecimento técnico. Ele identifica no ativo três gerações na classe jornalística cabo-verdiana.

Aguentamos até à vossa chegada (refere-se à chegada da entrevistadora, em 2001). A tua geração, para mim, é a melhor. E eu tenho orgulho de fazer parte da tua chegada à televisão. (...) Respeito todos desta nova geração, muitos passaram pelas minhas mãos, mas se formos ver, tiramos o Benvindo Neves, e não vejo mais ninguém. Esses que passam por nós nos dias de hoje, pergunto: ‘o que andaram a fazer durante quatro anos na universidade?’ (Waldemar)

André considera que houve uma clara evolução no jornalismo cabo-verdiano, graças ao contributo das gerações mais novas.

Deixou-se praticamente de fazer aquele jornalismo administrativo. Constata-se que os jornalistas tomam iniciativa de produzir matérias. Há coisas novas. Antigamente, na televisão, o jornalismo limitava-se ao telejornal. A única produção que a televisão tinha era o telejornal. Mesmo no telejornal, numa peça não se via a intervenção do repórter. O cameraman e o jornalista metiam a camera no focinho do entrevistado, e depois chapavam aquilo no telejornal. Hoje, já se nota que há intervenção do jornalista na peça. Tu vês na televisão, reportagens, debates. Está-se a evoluir. Isso do jornalista que condiciona a sua atividade, por causa da agenda oficial, está a esbater-se. (André)

. A observância da Ética e da Deontologia

Sobre o compromisso dos jornalistas para com a ética e a deontologia profissionais, também ouvimos a posição dos entrevistados. Para Matilde, muitas vezes nem se reconhecem os atropelos a esse nível, enquanto que a Paula decide falar do caso que bem conhece, a

Inforpress.

Há uma enorme confusão. Regra geral, nem se reconhecem os atropelos ao código deontológico e à ética. (Matilde)

Respondendo sobre a Inforpress, que eu conheço, nós fazemos tudo para respeitar, e creio que todos os meus colegas fazem isso. Para ser um bom jornalista, temos que respeitar o código deontológico. (Paula)

O António e a Mirian entendem que de uma maneira geral os jornalistas respeitam a ética e a deontologia profissionais. A Brígida igualmente tem uma posição muito podenrada sobre este tema.

Um jornal que não respeite esses princípios, desaparece. Já tivemos dos dois lados, tanto do MPD como do PAICV. Mesmo no que tange à publicidade camuflada, não há espaço para isso. (António)

Obviamente, em todas as classes, em todas as profissões, não se pode dizer que as coisas sejam lineares. Haverá sempre situações em que essa mesma ética e deontologia serão postas em causa por muitos motivos. Às vezes, há coisas que as pessoas associam à ética e à deontologia do jornalista que, na verdade, não competem ao jornalista. São de outras pessoas e acham que é responsabilidade nossa. Mas naquilo que nos compete, eu acredito que sim, que tem havido, de uma maneira geral, um cumprimento. (Mirian)

No geral, acredito que deve existir um melhoramento considerável dos atos dos profissionais da área a bem do trabalho e da imagem que se pretende transmitir para toda a sociedade. Mas sempre existem casos particulares que não abonam, mas com força de vontade e profissionalismo acredito que devam caminhar para um ambiente favorável. (Brígida)

CONCLUSÃO

Ao longo desta tese, tentamos recolher dados quantitativos sobre o quadro social dos jornalistas e aspetos de trajetórias individuais, para a montagem de um perfil desse grupo profissional. Através desse exercício, percebemos um contexto de mudanças importantes, tanto a nível quantitativo, como sociológico. Igualmente, analisamos os momentos históricos e políticos que tiveram relação direta com o jornalismo e os jornalistas no país.

Vimos, ao longo do trabalho, que o número de jornalistas, em 20 anos, aumentou em 242 por cento. A presença de mulheres, que há 20 anos era residual na profissão, aumentou significativamente, e é hoje ligeiramente superior à dos homens, estando em 51,07 por cento. A superioridade numérica de mulheres no jornalismo, a priori, denota um processo de feminização em curso nesse grupo profissional, mas que irá depender de outras variáveis para a sua concretização, sendo uma delas a expressão de mulheres que exerce cargos de chefia (no presente caso é pouco relevante).

O número de jornalistas com formação aumentou, de 36,7 por cento, há 20 anos, para 57,6 por cento, o que demonstra um controlo maior da atividade profissional em Cabo Verde. Outro dado que confirmamos com este trabalho, é que, à semelhança de há 20 anos, as mulheres com curso superior no jornalismo são em maior número em relação aos homens.

O rejuvenescimento da classe é outro processo que percebemos ao longo do trabalho, mas ainda não se atingiu uma viragem, já que os jornalistas com idade superior a 45 anos correspondem a uma maioria significativa: 45,6 por cento do coletivo.

Do grupo dos entrevistados, que consideramos equilibrado e plural, por englobar as diferentes trajetórias individuais, embora não seja estatisticamente muito representativo, percebe-se que a escolha do jornalismo surge, na maioria dos casos, na escola, por impulso dos professores. Nessas entrevistas, o compromisso com o jornalismo se revela como o denominador comum, bem como uma insatisfação permanente com os ambientes interno e externo, nos quais se exerce a profissão. O ideal da profissão, para os entrevistados, está na figura do repórter que deve procurar notícias e não estar dependente das notas de imprensa oficiais. Alguns dos jornalistas mostram, com as suas respostas, que esta é uma questão que não podem controlar, porque depende, tão somente, da cultura da empresa onde trabalham. Os jornalistas, pela insatisfação que demonstram, percebe-se que, de uma maneira geral, não intervêm, ativamente, na linha editorial dos seus órgãos, mas isso não parece condicionar claramente uma eventual decisão de continuidade (ou não) na profissão, provavelmente por falta de alternativas profissionais. Há, inequivocamente, alguma resignação da classe, perante a consciência de não poder alterar, neste momento, o status quo.

Dentre os entrevistados, aqueles que exercem cargos de chefia, deram importância relativa a esse facto, preferindo sempre atribuir superior relevância ao seu desempenho enquanto repórter.

Em Cabo Verde, no período pós independência, afirmam alguns trabalhos neste campo, que prevaleceu o chamado jornalismo de desenvolvimento, adotado pelo relatório de MacBride, na década de 70. Sobre o jornalismo nesse período, é comum argumentar-se que as necessidades do desenvolvimento eram mais urgentes do que a liberdade de imprensa. Esse era o pensamento ideológico que atravessava os jornalisismos das jovens nações independentes, na década de 70. As práticas jornalísticas alinhadas com o poder, criaram raízes, e foram difundidas, a ponto de se configurarem, até hoje, uma cultura. Apesar das tentativas de rutura, preconizadas por vários profissionais que se inspiram no jornalismo feito em países mais desenvolvidos, nos órgãos públicos ainda são essas as práticas prevalentes no quotidiano. No setor privado, essa tendência foi ultrapassada.

Dos 233 jornalistas identificados em Cabo Verde, 144 estão inscritos na AJOC, o que deixa a entender que a instituição é um referencial para a afirmação da identidade da classe. Apesar disso, depreende-se pelas entrevistas, que o sindicato deveria ser mais atuante na defesa dos interesses profissionais da classe.

O domínio da tecnologia e a mão de obra barata são questões novas no jornalismo cabo-verdiano, que parecem contribuir para uma tensão latente entre as gerações que fazem parte deste grupo profissional.

Nota-se, também, que, apesar do ambiente hostil em que os jornalistas se movem, devido a uma elevada desconfiança social quanto à autonomia dos órgãos, mormente agora, com as redes sociais, isso não impede que muitos jovens continuem a entrar em cursos de comunicação e jornalismo, ainda que em número inferior de há dez anos.

A questão é saber se a formação e a regulamentação formal do jornalismo, traduziram em níveis superiores de profissionalismo. Pela impotência perante as opções editoriais, e atendendo à evidente dificuldade de se promover uma clara rutura com o jornalismo colaborante com o poder político que, de resto, sempre caracterizou as práticas jornalísticas em Cabo Verde, pode-se facilmente concluir que o nível do profissionalismo no jornalismo cabo-verdiano permanece baixo.

Bibliografia

AJOC, *Código Deontológico do Jornalista*, Praia, 2011

BRITO-SEMEDO, Manuel. *A construção da identidade nacional – análise da imprensa entre 1877 e 1975*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006

CABO VERDE, *Constituição da República de Cabo Verde*, 2ª Revisão Ordinária – 2010 - 4ª Edição, Assembleia Nacional, Praia, 2015

CARDOSO, Humberto. *O Partido Único em Cabo Verde - Um Assalto à Esperança*. Praia: 2ª Edição, Pedro Cardoso Livraria, 2016

CORNU, Daniel. *Jornalismo e Verdade – Para uma Ética da Informação*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994

CORREIA, M. José. *Da Cabopress à Inforpress, SA*. Lisboa: JM Edições, 2011

DGCS, *Coletânea de Legislação da Comunicação Social*, Praia, 2016

ÉVORA, Silvino. *Políticas de Comunicação e Liberdade de Imprensa – Análise da Situação Cabo-verdiana entre 1991 e 2000*. Tese de Doutoramento. Braga: Instituto de Ciências Sociais. Da Universidade do Minho, 2010.

GAYE, Tuchman. “A Objectividade como Ritual Estratégico: Uma análise das Noções de Objectividade dos Jornalistas”. In: *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Org. Nelson Traquina. Vega Editora, 1999

HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Biblioteca Tempo Universitário, 1984.

JEANNENY, Jean-Noel. *Uma história da comunicação social*. 2ª Edição portuguesa: Terramar, 2003

LOPES FERREIRA, Isabel. *Transições políticas em África: Mal-estar no jornalismo caboverdeano – Prestação de contas do Governo aos cidadãos, 1991-1998*. Lisboa: Tese de Mestrado. Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2002

LAVILLE, Camille. *Les transformations du journalisme de 1945 à 2010 – Le cas des correspondentes étrangers de L'AFP*. Paris. INA Editions, 2010

MESQUITA, Mário. *O Quarto Equívoco – O poder dos media na sociedade contemporânea*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2003

OLIVEIRA, João Nobre. *A Imprensa Cabo-verdiana (1820-1975)*. Macau: Fundação Macau (Direcção dos Serviços de Educação e Juventude), 1998

ORTEGA, Félix e HUMANES, M^a Luisa. *Algo más que periodistas – Sociología de una profesión*. Barcelona. Editorial Ariel, S.A, 2000

PIZA, Daniel. *Jornalismo Cultural*. 4^a Edição – São Paulo. Editora Contexto, 2011. (Coleção comunicação)

REBELO, José (org.). *Ser jornalista em Portugal – perfis sociológicos*, Lisboa: Gravida, 2011

REBELO, José (org.). *As novas gerações de jornalistas em Portugal*. Lisboa: Editora Mundos Sociais, 2014

Rosenstiel, Tom & Kovach, Bill. *The Elements of Journalism*. Ed. Three Rivers Press. New York, 2002

SILVA, Ramos Pereira Mário. *Contributo para a História Político – Constitucional de Cabo Verde 1974 – 1992*. Edições ALMEDINA, SA. Coimbra, 2015.

SILVA, Ramos Pereira Mário. *As constituições de Cabo Verde e textos históricos de direito constitucional cabo-verdiano*. Edição: Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS). 3a. Edição. Praia, 2015.

SOBRINHO, Genivaldo. *Eugénio Tavares – Retrato de Cabo Verde em Prosa e Poesia*. Praia: Pedro Cardoso Editora, 2017

TRAQUINA, Nelson. *O que é Jornalismo*. Lisboa: Quimera Editores, Lda, 200

Referência Eletrónica

AGNEZ, Luciane Fassarella. *Identidade profissional no jornalismo brasileiro: a carreira dos correspondentes internacionais*, 2014. Tese apresentada ao Programa de Pós - graduação em

Comunicação da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Comunicação, 2014

Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17031/1/2014_LucianeFassarellaAgnez.pdf (Consultado no dia 20 de Setembro)

ALBUQUERQUER, Afonso. *A identidade jornalística no Brasil: algumas questões teóricas e metodológicas*. *E-Compós*, vol. 1, 2004. Disponível em <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/17/18> (Consultado no dia 11 Novembro 2016)

ALCURI, Gabriela, LUGON, Júlia, CARVALHO, Letícia e ZÔRZO, Natália. *O Relatório MacBride – História, Importância e desafios*, 2012

Disponível em: <http://sinus.org.br/2012/wp-content/uploads/05-AC.pdf> (Consultado no dia 10 de Outubro 2017)

ANGRINGA, Diana. *Jornalismo: uma profissão em mudança*. In VI Congresso de Sociologia, *Mundos Sociais: Saberes e Práticas*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2008. Disponível em <http://aps.pt/vicongresso/pdfs/442.pdf> (Consultado no dia 17 Fevereiro de 2017)

DEUZE, Mark. *What is journalism?: Professional identity and ideology of journalists reconsidered*. *Journalism*, v. 6 (4), pp. 442-464, 2005. Disponível em <http://jou.sagepub.com/content/6/4/442> (Consultado no dia 20 de Julho de 2017)

ÉVORA, Silvino. *História dos Media*, 2006.

Disponível no: <https://nosmedia.wordpress.com/historia-dos-medi/> (Consultado no dia 3 de Agosto de 2017)

FIDALGO, Joaquim. *Os desafios a um velho ofício ou ... um novo ofício? A redefinição da profissão*. [Braga]: Universidade do Minho, 2005. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7448/1/Fidalgo%20J.%20J.%20282005%29-Desafios%20jornalismo.pdf> (Consultado no dia 3 de Março de 2017)

FIDALGO, Joaquim, “*Jornalistas: um perfil socioprofissional em mudança*. *Comunicação e Sociedade*, nº 5, 2004, pp. 63-74 Disponível em: <http://www.rcaap.pt/results.jsp> (Consultado no dia 13 de Março de 2017)

FILIPE, JMCP. *Profissões, Saberes e Conflitos*, 2008

Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3349/38/ulsd054826_3.1.pdf (Consultado no dia 20 de Outubro de 2017)

GARCIA, José Luís. *Introdução ao estudo sociológico dos jornalistas portugueses: os jornalistas e as contradições do capitalismo jornalístico no limiar do século XXI*. In Garcia, José Luís (org.), *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses: Metamorfoses e Encruzilhadas no Limiar do Século XXI*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2009, pp. 23-46.

Disponível em http://www.ics.ul.pt/rdonweb-docs/2009_Capcensura.pdf (Cons. no dia 23 de Janeiro de 2017)

GARCIA, José Luís e CASTRO, José. *Os jornalistas portugueses – Da recomposição social aos processos de legitimação profissional*. In: *Sociologia – Problemas e Práticas*, N.13, pp.93-114, Lisboa. Editora CIES-ISCTE / CELTA, 1993

Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/934> (Cons. em Agosto de 2017)

GUINOTE, José Rebelo. (coord.) *Perfil sociológico do jornalista português*. Lisboa: Gradiva, CIES-ISCTE/IUL. Campo das Letras.

Disponível em: <http://www.rcaap.pt/results.jsp> (Consultado no dia Novembro de 2016)

LE CAM, Florence. *L'identité du groupe des journalistes du Québec au défi d'Internet*. domain stic.hist. Université Rennes 1, 2005. Français.

Disponível em : <https://halshs.archives-ouvertes.fr/tel-00011013/document> (Consultado no dia 20 de Agosto de 2017)

LOBANOVA, Marija- *Global Professionalism - Local Professional Identities: Journalistic Professionalism in Contemporary Russia*. in *ESIN, Cigdem et al. (eds.) Crossing Conceptual Boundaries IV*. London: University of East London, School of Law and Social Sciences, pp. 34-49.

Disponível em http://roar.uel.ac.uk/3106/1/2012_Lobanova.pdf (Consultado no dia 23 de Novembro de 2016)

PEIXINHO, Teresa Ana. *Escritores e Jornalistas: Um estudo de caso*. In: *Outros Combates pela História*. Tavares Ribeiro, Maria Manuela (Coord.). Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra University Press, 2010

Disponível em <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/31638/1/33-Ana%20Teresa%20Peixinho.pdf> (Acessado no dia 13 de Abril de 2017)

PEREIRA, Fábio, COUTINHO, Iluska, MAIA, Kênia e MOURA, Dione (Org.) *Jornalismo e identidade profissional. Brazilian journalism research*, Vol. 8, N.º 2, 2012, pp. 4-9.

Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/viewFile/600/505> (Consultado no dia 23 de Fevereiro de 2017)

Jornais

Artiletra, Jornal-Revista de Educação, Ciência e Cultura, Ano XI, N. 46, Junho/Julho 2002

Artiletra, Jornal-Revista de Educação, Ciência e Cultura, Ano XII, N. 52, Julho/Agosto 2003

Voz di Povo, 29 de Setembro de 1984

Anexos
Transcrição de Entrevistas

Nome completo: Matilde Cristina Amado Dias

Local e data de Nascimento: Praia, 18/4/76

Profissão do pai: Carpinteiro

Profissão da mãe: Costureira

Estado civil: Solteira

Habilitações literárias: Licenciada em Comunicação Social

Data de início na profissão: Maio, 2001

Órgãos de comunicação social onde trabalhou: Jornal 'O Cidadão'
'Rádio Comercial', 'Televisão de Cabo Verde', 'RTP África'.

Qual é a tua situação profissional? O que fazes neste momento?

Repórter. Em situação laboral efetiva.

Sempre tiveste programas culturais na TCV, e recentemente editavas o programa Revista. Porque paraste?

Porque a estrutura de produção da TCV é amadora. Não se sabe o que é uma linha editorial, a gestão da grelha é inexistente, e não há cultura de investigação na estação. Isso gerou clivagens entre a coordenação da Revista e a Direção, com a introdução de novos programas culturais (com conteúdos especializados), em detrimento do Revista (generalista).

Porque é que escolheste o jornalismo? Foi a tua primeira opção?

Sim, foi a primeira opção. Fiz um teste vocacional no antigo Centro de Orientação escolar e profissional.

Antes de seguir para o curso, conviveste de perto com algum jornalista?

Sim. A Armanda Barros.

Ela foi uma inspiração para ti?

Sim, ela inspirou-me. Mostrava-me como editava os textos do jornal no pagemaker, como fazia transcrições de entrevistas, então, toda a engenharia e arquitetura do texto, fascinaram-me.

Quais são os teus planos profissionais? Ocupar cargos de chefia é um deles?

Chefia? Jamais! Pelo menos não na TCV. Embora reconheça em mim um espírito de liderança, não me revejo na cultura organizacional da RTC. Planos para o futuro: adoro realização, sou fascinada pela linguagem audiovisual.

Alguma vez já foste convidada para cargos de chefia?

Sim, fui convidada e sempre recusei

Saíste da Cidade da Praia para ir trabalhar na TCV no Mindelo. Qual é a diferença entre esses dois pólos?

Na Praia, pelo facto de estares no centro das decisões, tens mais recursos à tua disposição, quando produzes um programa, mais recursos humanos, mais equipamentos e maior celeridade nas decisões. Na RTC é difícil pôr a máquina a funcionar via telefone e e-mail. No Mindelo, o ambiente de trabalho é melhor, há menos crispação entre colegas e há maior fluidez na produção. É complicado produzir informação: a informação na TCV sempre esteve orientada pelos centros de poder político-administrativo, e esses espaços estão na Praia - ministérios, institutos e empresas. Daí que a demanda das notas de imprensa é maior, e produz-se mais a tipologia de notícia que os nossos (tele)jornais fazem. Em São Vicente, temos uma única câmara municipal. Então, não há tanta demanda (institucional).

Tens esperança que essa orientação (uma cobertura jornalística virada para o governo, para o institucional) um dia venha mudar?

Não. A RTC existe como máquina de propaganda do poder político-partidário, administrativo (da situação e da oposição). Por mais que se fale em serviço público, em dar voz mais ampla aos cidadãos, na prática, estamos no cerne do jogo político. Essa mudança só será operada por uma classe jornalística de facto e por uma sociedade civil atuante. A TCV nem linha editorial tem e a iliteracia mediática é palpável.

Qual é o estado de saúde da nossa classe jornalística?

A nossa classe é frágil. Por um lado, veteranos que não acompanharam a revolução das linguagens e com uma prática desfazada da realidade. Por outro, uma nova geração de jornalistas formados em universidades no país onde a deontologia é um corpo estranho e incómodo. Acredito que o jornalismo seja um corpo vivo, em permanente mudança, mas a essência é imutável.

Como é que se relaciona com os teus colegas de profissão? Há mais conflitos ou mais camaradagem? Ou as duas coisas caminham juntas?

Com os colegas, dou-me bem, de forma geral. Percebes algum conflito geracional, nomeadamente na Televisão de Cabo Verde. Só tenho conflitos com cabos eleitorais dos partidos que estão espalhados em todas as estruturas da RTC. Há um conflito geracional latente. Quando entrei (2001) para a TCV, havia muitas barreiras, porque viam os novos jornalistas como operadores de mudanças, e mudar na RTC é sempre problemático.

Qual é a imagem que tens hoje da tua profissão? Granjeia respeito e prestígio?

Penso que Eugénio Tavares está decepcionado connosco. Ele que numa ditadura imperialista

ousou e desafiou. Nós estamos numa democracia, não cumprimos o nosso papel. Em vez de *watch dog* do sistema, somos coniventes, não investigamos.

Se tivesses que voltar no tempo, serias jornalista?

Seria jornalista sim. Adoro o que faço e acredito que há bons jornalistas. Quanto ao prestígio, acho que os bons profissionais são reconhecidos e apreciados.

Foste uma das primeiras blogueiras em Cabo Verde. Como foi conciliar essa atividade com a profissão? Enriquecedor?

Foi uma experiência maravilhosa. O poder de publicar foi libertador, ter uma linha editorial definida por mim, enriqueceu-me bastante, e deu-me uma base para editar conteúdos na minha estação. Permitiu-me exercer as ferramentas de pesquisa disponibilizadas na internet e comunicar com um público na diáspora, um público lusófono. Ensinou-me como gerir as minhas subjetividades. As novas TIC são instrumentos de trabalho incontornáveis. Trouxeram bibliotecas, interação com o público e com as fontes, eliminaram fronteiras. Por outro lado, redefiniram a nossa atuação, não apenas no áudio e visual, mas para web. Uma nova linguagem que exige mais ainda de nós. Adoro!

No domínio da ética e da deontologia, como andam os jornalistas?

Há uma enorme confusão. Regra geral, nem se reconhecem os atropelos ao código deontológico e à ética.

A AJOC, achas que tem trabalhado para a dignificação da classe? Ou podia fazer mais?

A AJOC pode fazer mais, muito mais. Pode até ter boas intenções, mas muitas vezes fica-se pelo folclore. Há atropelos à lei laboral e a AJOC cala-se, jornalistas são atacados e desrespeitados pelas empresas onde trabalham. Precisamos de mais formação (não as de propaganda institucional). Não, a AJOC poderia ser mais atuante!

Trabalhas num órgão que não consegue pôr de pé um conselho de redação. Que consequências esse vazio traz para o trabalho dos jornalistas?

Cada um por si Deus por todos. Não temos voz perante a direção, nem administração, andamos à deriva e sem instrumentos fundamentais de trabalho. A administração entra na redação à hora que quer, o diretor atropela o chefe de informação como bem entende e qualquer administrador pode atacar e cercear um jornalista sem problemas nenhuns.

Dominas o francês e o inglês?

Inglês fluente

Viajas muito?

Viajo bastante pelas ilhas, a trabalho e a lazer, e para o exterior também - ser ilhéu exige

horizontes largos.

Que canais de TV assistes, e que jornais acompanhas?

Adoro a BBC e acompanho a Telesur. Jornais nacionais, leio todas as edições, adoro revistas de informação, como a Caros Amigos do Brasil, de que sou fã desde o lançamento. De resto, adoro zapear pelos onlines do mundo.

Professas alguma religião?

Budista.

E na política, tens alguma simpatia?

Voto branco. Serei de esquerda talvez, mas desde que não sofra de estrabismo na hora de governar.

Nome completo: André de Santa Catarina da Moura

Local e data de Nascimento: 25/11/1960, na Cidade da Praia, Ilha de Santiago

Profissão do pai: Guarda fiscal

Profissão da mãe: Costureira

Estado civil: Solteiro

Habilitações literárias: Antigo sétimo ano dos Liceus

Data de início na profissão: Década de 80

Órgãos de comunicação social onde trabalhou: Em Cabo-Verde (*Voz di Povo*, TEVEC, Lusa). Em Portugal (*O Liberal*, *Sábado*, *O Diabo*, *O Semanário*, *Correio da Manhã* ...)

Quando entraste para o jornalismo?

Bem cedo, ainda no *Voz di Povo*. Estive no *Voz di Povo* uns dois anos, depois transitei para a rádio.

Em que ano?

Anos 80. Fiz alguma formações na RTP, também no CENJOR. Depois, regressei, em 89, para Lisboa, para ir para o Porto para fazer formação, mas decidi ficar em Lisboa, e fiz a parte teórica na Universidade Nova de Lisboa. Mas percebi que não adiantava grande coisa estar a estudar aquelas matérias teóricas. Interessava-me alguma parte teórica, e percebi que o resto teria que ser eu a procurar.

Como foi essa procura?

Muita leitura, e tive a sorte também de, na altura, trabalhar com grandes mestres do jornalismo.

Em Portugal?

Sim. Lembro-me do Assis Pacheco. Aliás, foi o Assis Pacheco que me incentivou a ir para Portugal. Ele e o embaixador José Fernandes Fafe. Cheguei em Portugal com uma carta para o Pedro Tamer da Gulbenkian que me ajudou um bocado. Trabalhei, logo que cheguei, no jornal *O Liberal*, na altura dirigido por Francisco Sousa Tavares, pai do Miguel (Sousa Tavares). Também estive na *Sábado* com o Miguel Sousa Tavares. Trabalhei com o pai e com o filho. O conhecimento que já tinha das pessoas, ajudou-me bastante a ingressar no meio. Conheci, também, no jornal, Fernando da Costa. Figuras grandes do jornalismo português. Isso ajudou-me um bocado.

A partir dos anos 80 até agora, tens uma carreira que passa muito pela imprensa portuguesa?

A base tem sido a imprensa portuguesa. Antes de ir para Portugal, já trabalhava para a

imprensa portuguesa. Era correspondente da *Rádio Geste* aqui e da revista *Sábado*. Também secundava na delegação da Lusa no tempo do Luís Magalhães e com o Toi Caeiro, esporadicamente. Portanto, sempre tive essa ligação com a imprensa portuguesa.

Como foi a tua experiência no Voz di Povo? Como era fazer jornalismo ali?

No *Voz di Povo*, estava ainda nos alvares da carreira. Fazia coisas, digamos assim, de “somenos importância”. Notícias, etc.

Cobrias o quotidiano?

Mais no geral. Coisas de carácter geral. Naquele tempo, era um jornalismo marcado pela agenda política, né?

Como era o ambiente na redação? Era um ambiente jornalístico ou muito influenciado pela política?

Muito influenciado pela política. Não se podia mover fora desse quadro. E depois, não havia iniciativa pessoal. As pessoas limitavam-se ao cumprimento da agenda.

E como é que convivias com aquilo?

Eu libertava-me, porque exercia essa função de correspondente. Já fazia outras coisas que me davam prazer no plano pessoal, e me traziam aborrecimentos no plano profissional.

Que aborrecimentos eram esses?

O aborrecimento atingiu alguma proporção maior quando estive na televisão. Tinha um programa, um magazine cultural, e, na altura, como conhecia a nata da intelectualidade portuguesa, e o embaixador que cá estava era uma figura de proa da cultura portuguesa, o embaixador José Fernandes Fafe, (falecido recentemente); trouxe para cá grandes intelectuais, e aproveitava sempre para levá-los à televisão. Isso causou aborrecimentos, e na época, o ambiente na televisão era hostil. Houve uma altura até que foram dizer que eu era informador político do embaixador Fernandes Fafe.

Havia aquela desconfiança.

Não. Não era desconfiança. Tinham algo de pessoal contra mim. Queriam liquidar-me politicamente, e foram montar essa intriga. Isso fez com que eu saísse daqui.

Percebe-se, por aquilo que se ouve dizer de André Moura, que tinhas uma grande vontade de fazer jornalismo. Uma paixão pelo jornalismo, e em tempos difíceis.

Percebi-me que para exercer esta profissão, na plenitude, teria que sair daqui. Havia muitos condicionantes, até de ordem política.

Quando saís de Cabo Verde para fazer jornalismo em Portugal?

Em 1989.

E quando saís em 89, vais trabalhar em qual jornal em Lisboa?

Chego a Lisboa, já tinha falado com o Assis Pacheco, o José Paulo Fafe, filho do embaixador, e na semana seguinte já estava a trabalhar no *Liberal*, que pertencia ao grupo PEI do Santana Lopes, dirigido pelo Francisco Sousa Tavares.

Em que outros órgãos trabalhaste ali?

Depois do *Liberal*, fui para a *Sábado*, fiquei um bom tempo, e depois fui para o *Correio da Manhã*. Depois disso, comecei a escrever para vários órgãos: *O Semanário*, *O Diabo*, em revistas, no *África Confidencial*, *África Foco*, *África Editora*, *África Intelligence...*

No *Semanário* e no *Diabo* tinha uma página semanal sobre assuntos africanos. Cobria Palops e África, em geral.

Já estiveste em vários países africanos a cobrir eleições. Lembras de algum episódio relevante?

Estive em Angola, várias vezes, ainda no tempo da guerra, quando a situação estava complicada entre o MPLA e a UNITA.

Já cobriste eleições em Angola?

Sim. Primeiramente, conhecia a Jamba. Depois da abertura política, cobri as primeiras eleições, e só saí de Luanda depois da chamada ‘Matança de Luanda’.

Cobriste tudo aquilo?

Sim. Apanhei aquilo tudo.

Como foi?

Desde o processo eleitoral, até o (re)início da guerra civil. Havia uns constrangimentos com as fontes, mas conseguia contornar. Se um jornalista se limitar a beber na fonte oficial, não chega lá. Conhecia muita gente. Consegui estabelecer relações de confiança com pessoas que me davam informações. Havia informações que eram para o meu consumo pessoal, não externas, e eu respeitava isso. No jornalismo, perder a confiança da fonte, é complicado. Não é tudo que se deve publicar. Aliás, costumo dizer que mais de 80 por cento das coisas que sei, como jornalista, não escrevo.

Em Cabo Verde, como é a tua relação com as fontes?

Aqui, estando nos órgãos (públicos), praticamente não há necessidade das fontes. Agora, quando precisava mandar qualquer material para fora, aí precisava sair do circuito normal para poder obter as informações que realmente necessitava e que eram concebíveis lá fora.

Tinhas um grupo de fontes, é isso?

Às vezes eu provocava. Lembro-me que quando o Presidente Aristides Pereira estava doente,

ninguém queria dizer o que ele tinha, fiz uma notícia para a Rádio Geste a especular e a partir daí, começaram a dizer o que é que ele tinha.

Como é que olhas para o percurso do Jornalismo em Cabo Verde. O que mudou, e o que permaneceu igual?

Sempre houve uma tradição de imprensa em Cabo Verde. Depois veio a independência com esse jornalismo um bocado engajado. Passado essa fase, com a vinda da nova fornada de pessoas já formadas, houve uma certa evolução. Deixou-se praticamente de fazer aquele jornalismo administrativo. Constata-se que os jornalistas tomam iniciativa de produzir matérias, há coisas novas. Antigamente, na televisão, o jornalismo limitava-se ao telejornal. A única produção que a televisão tinha era o telejornal. Mesmo no telejornal, numa peça não se via a intervenção do repórter. O camera man e o jornalista metiam a camera no focinho do entrevistado, e depois chapavam aquilo no telejornal. Hoje já nota-se que há intervenção do jornalista na peça. Tu vês na televisão, reportagens, debates. Está-se a evoluir. Isso do jornalista que condiciona a sua actividade, por causa da agenda oficial, está a esbater.

Colocas a possibilidade de voltar a fazer jornalismo nas ilhas?

Aqui? É difícil.

Porquê?

Já entrei nessa fase. Costuma-se dizer que o jornalista tem ego grande. Ao cabo de muitos anos de experiência, já não te sentes motivado para entrevistar certas pessoas, voltar para a redação. É o que acontece à maior parte dos jornalistas. Acabam sempre por se dedicar à escrita em tempo integral. Eu tenho notado isso. É o que se está a passar com o José Vicente Lopes. Mais cedo ou mais tarde, ele vai ser escritor a tempo integral. Uma vez até deitei-lhe essa piada: ele riu-se.

Neste momento, como anda a tua carreira em Lisboa?

Ultimamente tenho estado fora. Não tenho parado em Lisboa. Faço contratos e saio para fora, mais para África Ocidental.

Uma espécie de correspondente?

Não sei se sou. Numa redação, ganha-se mal: 1500 euros, não chega para viver. Então prefiro fazer contratos com jornais. Tenho uma revista italiana (Negrizia, a revista de temática Africana mais antiga do mundo), um jornal espanhol (ABC), uma revista da Guiné Equatorial baseada em Espanha.

Estás mais em Lisboa, ou nos países da África Ocidental.

A base é Lisboa, mas estou mais na Guiné, Casamansa, Gâmbia, Libéria, Serra Leoa, essa

área. Tenho estado em Angola. Também escrevo muito sobre Angola.

Como é o trabalho nesses países? O acesso às fontes. Como te moves nesses países?

Nesses países, o acesso às fontes é complicado. Condicionam sempre, e normalmente as fontes não te dão informações axactas. É muito difícil. As pessoas têm que esminfrar para conseguir as informações.

Mas tu tens um estilo próprio de procurar informação...

Sim, sim. Não guio pela fonte oficial. Obviamente que falo com eles, mas depois ...

Estás sempre a trabalhar?

Sim. Quando estou aqui, não. Aqui é para ver amigos, relaxar. Exporádicamente, posso fazer o meu trabalho. Nos anos 90, escrevia muito sobre Cabo Verde. Hoje já não me sinto motivado. Hoje, no cômputo geral, a África perdeu importância na imprensa internacional. Virou-se para o Médio Oriente, a Ásia. As coisas que hoje acontecem em África são recorrentes. Hoje para fazer sair uma coisa sobre a Guiné na imprensa portuguesa, é preciso estares lá dentro. Da iniciativa do jornal, não acontece.

Nome completo: José Vicente Lopes

Local e data de Nascimento: 06/10/1959, Mindelo - Ilha de São Vicente

Profissão do pai: Operário

Profissão da mãe: Doméstica

Estado civil: Casado

Habilitações literárias: Licenciado em Comunicação Social - UFMG

Data de início na profissão: 1981

Órgãos de comunicação social onde trabalhou: Voz di Povo, A Semana, A Nação

Livros publicados: Os bastidores da independência (1996), As causas da independência (2003), A explicação do mundo (2004), A fortuna dos dias (2007), Tarrafal/Chão Bom – Memórias e verdades (2010), Aristides Pereira, Minha vida, nossa história (2013), Ms. Kate (uma paixão de Eugénio Tavares) (2014), Onésimo Silveira, Minha vida, um mar de histórias (2016)

Quando é que inicias no jornalismo?

Eu tive dois inícios. Antes de ir para o curso, trabalhei como correspondente, durante dois anos, do jornal Voz di Povo em S.Vicente. Interrompi, fui para o curso em 1983, voltei em 87, que foi o meu segundo começo profissional, se quiseres.

Ainda no liceu, fazia o jornal de parede e protagonizei um boletim, o Despertar (a última experiência literária a nível dos liceus). Por causa disso, fui convidado a ser correspondente do Voz di povo.

Quando regressas em 87, trabalhas em que órgão?

Voz di Povo.

E agora, no A Nação. O que fazes?

Sou editor chefe. Acho que este é o nome.

Também escreves umas crónicas...

Sim, quando me apetece. Ou quando o momento impõe.

O que te levou para a carreira do jornalismo?

Acho que desde miúdo a escrita me atraiu. Quando dei por mim, o jornalismo surgiu como uma possibilidade de profissão. Cheguei a candidatar-me para vários cursos. Lembro-me de alguém que trabalhava aqui na Praia ligado à comissão de bolsas, que me telefonou para dar um raspanete: disse: “todos sabem que gostas de jornalismo, e ficas agora a te candidatar para história, direito (risos)”. Depois disso, esqueci ou outros, e mantive o jornalismo. Gostava do

jornalismo, comecei a praticar muito cedo, mas também tinha consciência das limitações que uma tal profissão impunha, na altura, naquele contexto de partido único. Então, hesitei um pouco por causa disso. Pensava comigo “isto vai continuar assim?” E houve um dia que uma pessoa me disse: não, isto um dia vai mudar.

Conseguiste fazer uma carreira com a qual sonhaste?

Sim. Neste aspeto me considero realizado. Tanto mais que continuo no jornalismo, não por falta de alternativas, mas porque é a profissão que eu escolhi, e realizei boa parte dos meus sonhos.

Como encara os percalços que teve nesta profissão?

Autênticos ossos do ofício. Foram momentos que vivi, não me arrependo das posições que fui adotando. Neste aspeto, acho que não tenho nada do que arrepender. Mesmo quando corri riscos. As consequências fizeram parte do processo. Aprendi com elas, e por cá continuo.

Esteve à frente da criação da Associação dos Jornalistas de Cabo Verde.

Fui o primeiro presidente da AJOC. Foi proclamada em Novembro de 1990. Inclusive houve duas listas, e, curiosamente, fui cabeça das duas listas.

Como foi possível isso?

Havia um certo consenso à volta da minha pessoa. Era um momento híper sensível – Novembro de 1990. Já tínhamos a abertura, as eleições foram em Janeiro de 91. Portanto, dois meses depois, já tínhamos eleições em Cabo Verde. Eu tinha um percurso que, de certa forma, as pessoas reconheciam. Independentemente das simpatias e dos jogos políticos, procurei sempre fazer o meu trabalho como deve ser.

Porque é que a classe decide criar a AJOC, nesse período.

Repara, naquela altura, já estávamos em plena abertura política. Começavam a surgir organizações da chamada sociedade civil. Creio que a primeira a surgir, foi a associação dos escritores, um ano antes. Havia esse tipo de tentativa, então os jornalistas rapidamente procuraram se organizar em associação. Inclusive, uma das pessoas que nos fez a proposta dos estatutos foi o Carlos Veiga, por intermédio do Daniel Santos, eram muito amigos. Não havia nada nessa área. O Veiga fez-nos a proposta dos estatutos, discutimos e aprovamos, e depois colocou-se a hipótese para ver quem ficava à frente da associação. Havia dois grupos, e o denominador comum era eu. Nem queria ser. Foi depois de muita insistência que aceitei.

A vida da associação veio a ser conturbada naquele início.

Foi conturbada, e nem podia ser diferente. Quem é que não quer meter as patas no jornalismo? Até hoje nós vemos isso. Imagina naquela altura! Da nossa parte – eu,

particularmente, tive a necessidade, com o apoio dos meus colegas da direção – de mostrar que nós não éramos nenhum paspalho, ou idiotas que podiam fazer o que bem entendesse connosco e com a classe, sobretudo com a classe. E naquele período tivemos que protagonizar muitos combates, dos quais eu me orgulho. Curiosamente, apesar da profunda divisão política que se estabeleceu, éramos mais coesos, mais unidos.

Hoje como é que está a classe?

A classe está muito rejuvenescida. Os veteranos estão a ceder lugar aos mais jovens. Os mais jovens não têm consciência do quê que foi preciso fazer para sermos o que somos hoje. Essas coisas não se ensinam nas escolas. Quem sabe, não divulga. Então, os miúdos, da mesma forma que não sabem que nos anos 40 morria-se à fome em Cabo Verde, também não sabem que o jornalismo cabo-verdiano tem uma história com os seus altos e baixos que merecia ser conhecida.

Durante muito tempo houve muitas quezílias entre os jornalistas formados e não formados. Isso está ultrapassado?

Completamente ultrapassado. Uma vez estávamos no Voz di Povo, chegou uma colega que estava a formar-se, e queria logo fazer batalhão entre os formados e os não formados. Eu disse-lhe, “esta é uma luta que não vale a pena. Um dia vamos ser todos formados”(risos).

Fala sempre da particularidade que é exercer o jornalismo em meios pequenos. Aponta-me duas vantagens e duas desvantagens disso. Ou serão mais desvantagens?

Eu acho que há mais desvantagens, porque, desde logo, toda a gente nos conhece, ainda há uma ideia romântica que o jornalista é o justiceiro social: aquele que pega nas causas e vai resolvê-los. O meio é pequeno, porque acabámos de escrever um artigo e dámos de cara na rua com a pessoas que estamos a denunciar, ou a criticar. Há esse desconforto. Não é agradável. Outra grande dificuldade, é a precariedade do mercado que condiciona imensamente o desenvolvimento da nossa atividade em Cabo Verde. Um país onde praticamente o mercado não existe e os órgãos de comunicação precisam de publicidade para sobreviver. Não é por acaso que estamos nesta crise neste momento. Depois, os meios tradicionais estão crise por causa da Internet, facebook, blogs, etc. Infelizmente, os tempos são pouco auspiciosos. E repara, as pessoas querem informação e não querem pagar.

Quais as entrevistas mais marcantes que guardas contigo?

São inúmeras. Algumas até foram reunidas por mim num livro – ‘A explicação do mundo’. O Pedro Pires é uma fonte preciosa por causa do seu passado político e pessoal, Aristides Pereira, Onésimo Silveira ...

Eu lembro de uma entrevista que fiz com o Abílio (Duarte) para ‘Os Bastidores da Independência’. Foi um encontro preciosíssimo, precisamente pelo tipo de revelações que ele me fez. Lembro-me também que tive uma conversa muito agradável com Vitorino Magalhães Godinho, também com o Eduardo Lourenço.

Se tivesses que voltar atrás, serias jornalista certamente...

Sim. Não me vejo a fazer outra coisa. (pausa) Há um amigo que está sempre a dizer “devias era largar isto e dedicar mais à história”. Talvez seria um domínio em que eu poderia atuar.

Talvez futuramente...

Não, até já faço isso. Não precisei de deixar o jornalismo para escrever as coisas que escrevi. É verdade que se eu fosse dedicar-me só a um ou a outro, provavelmente seria diferente.

O trabalho de investigação história ajuda naquilo que faz como jornalista?

Uma coisa que dá para reparar hoje é que a cultura geral em Cabo Verde, de uma maneira geral, na nossa classe, é muito fraca. Em vários momentos eu tenho que recorrer a esse background para poder situar melhor o fato. “Isto acontece assim, porque há um passado que levou a isso”. Vê, por exemplo, o artigo que escrevi há duas semanas sobre as nossas relações com o Israel. Há lá uma caixa onde eu digo “atenção, meus senhores. Os nossos contatos com Israel vêm desde o tempo do PAIGC”. Então, estás a ver: eu sei disso, porque foi o Aristides (Pereira) que me contou umas coisas, o Onésimo (Silveira) contou-me outras, eu também sabia. O passado pode ser útil. O presente não cai de paraquedas. Ele caminha até tornar-se pretérito mais que perfeito (risos).

E como editor, tenta passar essa noção da importância da história aos novos jornalistas?

Eu, pelo menos, me esforço para que procurem saber. Às vezes chego na redação e pergunto “que livros é que estás a ler?” Quase sempre ficam atrapalhados, porque não estão a ler livro algum.

Isso é lamentável.

Pois é. O jornalista lê até para aprender a escrever.

José Vicente já esteve a trabalhar no setor público e tem uma longa carreira no setor privado. Da tua experiência, o que separa esses dois mundos da comunicação social?

Fundamentalmente é esta: no privado não sou obrigado a ir nas conferências de imprensa só porque o ministro vai falar. No público, epa: o ministro vai lá dizer uma abóboras, lá vamos nós levar o microfone para ele debitar. Às vezes mero exercício de propaganda política. Ao passo que no privado, nós nos damos ao direito de não ir. É uma boa diferença para mim.

Essa prática no setor público, acha que afeta a profissão?

Afeta sim. Porque repara, há um certo comodismo na comunicação social pública, é aquele jornalismo de notas oficiais. Muitas vezes estou sentado a ouvir rádio ou a ver televisão e digo, epa! Vê-se logo que é um alinhamento oficial, officioso, a sociedade em si quase que está ausente desse agendamento que os órgãos públicos vão fazendo no dia a dia.

Isso leva a concluir que não houve ruturas no setor público?

Não vou dizer que não houve ruturas. Houve mudanças. De 90 até hoje, há coisas que não acontecem na nossa comunicação social pública. Por exemplo, antigamente no Partido Único havia quase que uma hierarquia. Independente da importância daquilo que o chefe de estado fazia, ele é que abria os serviços noticiosos, hoje não. Isto foi uma mudança. Pode parecer insignificante, mas foi importante. Hoje quase que há um esforço permanente de busca do contraditório. Podemos fazer as contas para ver quem domina os noticiários, mas isso é outra história. Hoje não é nenhum drama ir a uma conferência de imprensa de um partido da oposição, mas no princípio foi.

Estás a escrever alguma coisa, a preparar algum livro?

Eu estou sempre a escrever.

Literatura ou história?

Nos dois domínios. Eu só preciso de tempo e de dinheiro para publicar. (risos)

E em termos de Internet, redes sociais. Como é a tua presença nesses espaços?

É mínima. Fui ao facebook com alguma resistência. Achava aquilo esquisito, lá entrei. Não uso facebook para dar opinião. O facebook está super povoado de génios, e acho que me dispensa perfeitamente. Instagram, não sei o que é. As minhas filhas andaram a explicar-me. A única rede social que eu estou é o facebook, o resto não sei o que é.

Professas alguma religião?

Não.

E política?

Interessa-me tudo. Eu tenho dificuldade de me situar se sou de esquerda ou se sou de direita. Encontro mérito e defeito tanto numa como noutra.

É o jornalista a falar?

É pessoal mesmo. Nunca fui setário, nunca fui siguidista. Não professo religião, assim como não tenho clube de futebol. Sei que sou ET em muitos aspetos.

Nome Completo: Geremias de Sousa Furtado

Local e data de nascimento: Praia – 02/05/1990

Profissão do pai: Funcionário Público

Profissão da mãe: Oficial de Justiça - Reformada

Estado civil: Solteiro

Habilitações académicas: Mestre em Informação e Jornalismo

Início da profissão: Janeiro de 2013

O que te levou a escolher o jornalismo como profissão?

Escolhi o jornalismo como profissão após uma experiência no projeto “A Semaninha” do Jornal *A Semana*. Fiz parte do grupo de pequenos jornalistas desde que era um jornal destinado aos jovens e adolescentes. Fui indo e acabei por ambicionar ser jornalista “de verdade”.

Tinhas alguma apetência ou interesse especial por algum meio em particular? Rádio, TV, Jornal, On-line? Porquê?

Sempre gostei do jornalismo escrito. Mas gostaria de, um dia, ter experiências com a Rádio e a Televisão.

Tiveste alguém que te inspirou no jornalismo?

Sim. Filomena Silva, Marilene Pereira e José Vicente Lopes sempre me inspiraram.

Estudaste o jornalismo numa universidade em Cabo Verde. Consideras-te bem formado? O que gostarias que fosse diferente?

Não. Estudei jornalismo numa universidade Brasileira (Licenciatura) e noutra Portuguesa (Mestrado). São elas: Universidade Federal de Minas Gérias e Uminho (Braga). Sim, considero-me bem formado.

És ainda jovem nesta profissão. Trabalhaste no Ocean Press, e agora estás no A Nação. O que estás a achar da profissão? É aquilo que esperavas?

Já passei também pelo *A Semana*. Estou a gostar da minha profissão, embora pense que o jornalismo poderia ser diferente em Cabo Verde. Ainda sonho em ver jornalistas desbravadores, investigativos e sem medo de pôr o dedo em certas feridas.

Quais são os teus planos? Que jornalista sonhas ser?

Neste momento apenas quero continuar a ganhar experiência. O resto: logo se vê.

Ganhaste o Prémio Nacional do Jornalismo, recentemente. O que isso significou para ti?

Antes de mais, é sempre bom ganhar um prémio na sua área de atuação. Ainda mais sendo jovem num país conhecido pelo famoso sistema de “panelinhas”. Enfim, para mim, o PNJ foi um grande incentivo para continuar a trabalhar temas importantes e que sirvam de reflexão para a sociedade.

O que dizes desta classe profissional? Ela é coesa, existe enquanto tal?

Vejo uma falta de coesão na classe. Não há entreaajuda. Vejo muitas vezes que os jovens jornalistas não têm um acompanhamento/orientação dos mais experientes.

Há quem considere que a geração de jornalistas formados no país, esteja distante daquela mais antiga. O que dizes a este respeito? Há clivagens geracionais na classe?

Acredito que sim. Penso que isto acontece graças ao preconceito e rejeição existente para com as novas práticas e tecnologias do jornalismo por parte dos mais velhos.

Que desafios tem a associação sindical da classe jornalística?

Penso que existem muitos desafios que devem começar pela implementação de um política mais inclusiva.

Em que aspetos?

Seria no sentido de haver mais (ou outras) pessoas envolvidas nas atividades. São sempre as mesmas pessoas que participam das viagens, formações, etc... Acho também que falta juventude na AJOC. Não é que a porta esteja fechada para os mais jovens, mas é preciso fazer com que os jovens jornalistas sejam bem vindos para participar e partilhar as suas ideias.

Olhando para o panorama mediático – público e privado - como caraterizas a relação entre governo e os media? A imprensa cultiva a sua autonomia?

Penso que existe uma relação de distanciamento em termos editoriais. De uma certa forma, a imprensa cultiva a sua autonomia, mas acaba sempre nas mãos do estado, uma vez que este é o principal “parceiro” financeiro.

Que livro estás a ler neste momento?

Estou a ler Gomorra de Roberto Saviano.

O teu pai é escritor. E tu, herdaste essa veia?

Sim. Mas acredito que não herdei essa veia. Prefiro escrever apenas notícias.

Um jornalista pode ter simpatias políticas?

Dizem os mais experientes que a ética proíbe. Mas o que fazer quando o jornalista é um ser humano com as suas ideias na cabeça?

Nome Completo: Ana Paula Santiago Cavaco

Local e data de nascimento: Praia – 18/09/1966

Profissão do pai: Técnico de Mecânica

Profissão da mãe: Doméstica

Estado civil: Casada

Habilitações académicas: Antigo sétimo ano dos liceus

Início da profissão: Outubro de 1987

Começaste a trabalhar em que órgão?

Na imprensa escrita, no Voz di Povo. Na altura havia escassez de jornalista, portanto convidavam a todos que achavam que se adaptava à área da comunicação a fazer parte do grupo. Foi assim que eu entrei, a convite de Carvalho Santos (antigo diretor do Voz di povo). Já tinha terminado o sétimo ano, e entrei logo depois das férias, em Outubro de 1987, fui ficando, fiz algumas formações; estive na Cenjor, fiz uma formação na área, e mais tarde uma especialização na área social, também na CENJOR.

Trabalhaste sempre na imprensa escrita. Nunca quiseste experimentar outros meios?

Não. Sinto-me melhor a escrever do que a dar a cara. Embora, vários colegas já me tenham convidado para a rádio, porque dizem (não sei) que tenho uma voz adaptável ao meio, mas nunca tentei. Não gosto.

Portanto, estás muito tempo na redação. Qual é a diferença entre a redação daquela época e hoje?

Bastante diferente. Era uma redação com mais harmonia. Os colegas eram mais amigos uns dos outros. Havia mais cumplicidade nos trabalhos. Hoje em dia isso não acontece, principalmente com os jovens que chegam de formação. Acham que sabem tudo, e optam até pelos golpes baixos. Vê-se hoje nas redações. Isso, nos anos 80, 90, não acontecia. Mas, é a evolução. O que podemos fazer?

Isso pode ser entendido como mais competitividade na profissão?

Eu não acho que seja isso, porque não é preciso ter-se atitudes péssimas, para ser competitivo. Trabalha, mostra o que sabes fazer, e seja competitivo, através disso. Não através de golpes baixos.

Tens uma especialização na área social. Trabalhas apenas o social, ou fazes outras coisas?

Sempre dediquei à área social. Houve uma altura no jornal que tive de fazer cultura, fui

editora de cultura durante dois anos em 94 e 95. Gostei muito, mas o meu maior prazer é trabalhar a área social.

Percebo que na Inforpress trabalham em editorias. Esse tipo de organização é vantajoso para a vossa redação?

É. É muito vantajoso, porque assim de antemão já se sabe quem tem mais ... eu, por exemplo, faço mais trabalhos na área da educação, saúde. Estou mais por dentro das informações, e por isso talvez consiga ter notícias em primeira mão.

E tens as tuas fontes. Como cultivas as tuas fontes?

Olha, temos que estar sempre ao lado das fontes e saber o que têm para nós como informação. Para isso, temos que ser leal à fontes. Eu tenho pessoas que me dizem “Paula, vou te dizer isso, mas já sabes ... o meu nome não pode vir à baila”. Depois disso, procuro alguém mais acima para confrontar com essas informações, e ouvir o que tem a dizer sobre o caso.

Com a tua trajetória, como é que olhas para a evolução da profissão de jornalista. Tem conquistado a sua autonomia, ou tem havido oscilações e altos e baixos?

Eu acho que estamos com muitos altos e baixos, particularmente porque percebemos que temos jovens que se engajam com os partidos políticos para poderem subir. Eu, pelo menos, sigo a escola que encontrei quando entrei na profissão, de que no jornalismo não devemos nunca estar atados a partidos políticos, e eu sempre fiz isso. Sou amiga de todos, mas tenho a minha linha de atuação e sigo-a. Digo a verdade, doo a quem doer, mas neste momento acho que há jovens que estão do outro lado, há muita oscilação.

Achas que temos muitas clivagens na classe? Poucas aproximações? Muitas diferenças, cada um para o seu lado?

Cada um para o seu lado: isto é que temos agora, cada um trabalha para o seu lado, não há harmonia. Isso acontece diariamente. Na redação da Inforpress não existia isso, mas atualmente temos isso. Está sendo difícil. Acho que num sítio onde trabalham oito a dez pessoas, haver essa divisão é ... quem fica a perder é a própria redação.

Estou aqui a perceber que não há um cultivo das referências na vossa redação. Não há um grupo de profissionais considerado referência pelos mais jovens?

Atualmente não há. Houve em tempos, mas agora não há. Cada um que chega acha que sabe mais do que todos, que os que lá estavam estão ultrapassados.

Tu nunca pensaste em disistir desta profissão, em mudar? Tiveste alguma crise ao longo da carreira?

Não tive, mas agora estou a ter. Aos 50 anos, estou a pensar, e a dizer já não vou aturar mais isto, quero fazer outra coisa. Já dei 31 anos de trabalho. Posso até ir para casa, e fazer o mesmo tipo de trabalho, mas estando longe de uma redação.

Como avalia a relação da comunicação social em Cabo Verde com o poder político?

Saudável, não é. Tem havido algumas conturbações pelo meio, e está a ser cada vez mais difícil.

A comunicação social tem lutado para a sua autonomia? Globalmente, olhando para a AJOC, para os jornalistas, para todos, temos batalhado para a nossa autonomia?

A AJOC até que, de vez em quando, está a batalhar para isso, mas há muitas coisas que precisam ser trazidas à tona e debatidas. É o que falámos, ter nas redações pessoas afetas a partidos, tudo isso.

Estamos a precisar de debater a nossa profissão abertamente?

Sim, abertamente. Não entre os políticos, mas entre nós, e decidir o que queremos ser daqui para frente.

Vejo que consideras que estamos numa espécie de encruzilhada. É isso?

Creio que sim. Isso mesmo (risos). Na minha opinião, estamos nisso, e precisamos ter um ponto de partida e ver o que temos que fazer para o futuro.

Temos hoje universidades no país. Achas que essas instituições contribuíram para uma verdadeira capacitação de novos profissionais da comunicação social?

Acho que ainda não chegaram à plenitude daquilo que deviam ser. Vejo os jovens, a maior parte deles, sai de uma universidade, chega a uma redação, e não sabe o básico. Não sei o que aprendem na universidade. Analisando a minha época e comparando-a com esta de agora...há jovens que não conseguem se adaptar, nem mesmo depois de seis meses de estágio.

Na Inforpress não existe conselho de redação?

Não. Esse é outro problema. Há muito tempo que se está a pretender fazer esse conselho, mas ninguém reúne, ninguém diz nada, fica assim. A nós, faz-nos mal, mas deve interessar a outros que não tenhamos um conselho de redação.

Acha que há um esforço por parte dos profissionais em serem éticos e respeitarem o código deontológico?

Respondendo sobre a Inforpress, que eu conheço, nós fazemos tudo para respeitar, e creio que todos os meus colegas fazem isso. Para ser um bom jornalista, temos que respeitar o código deontológico.

Nome Completo: Waldemar de Pina Pires

Local e data de nascimento: S.Filipe – 18/02/1968

Profissão do pai: Serralheiro Mecânico

Profissão da mãe: Doméstica

Estado civil: Casado

Habilitações académicas: Ex Sétimo ano dos Liceus

Início da profissão: Setembro de 1989

Começas no jornalismo pela televisão. Como se deu a tua chegada à TV?

Desde criança que já tinha o dom (diziam os meus amigos). Quando ouvia os relatos na onda curta pegava no papel e escrevia. A mesma coisa fazia com o jornal A Bola, quando nele pegava – fazia o filme do jogo. Tenho um grande amigo que sempre me dizia, ‘Waldo, tu vais ser jornalista, vais trabalhar na Televisão de Cabo Verde’. Depois de terminar o liceu em 1988, o primeiro diretor da TEVEC, João Pires, convidou-me para fazer um estágio, ele já estava de saída, e a Manuel Azevedo veio substituí-lo. Fizeram um concurso para estágio, éramos 20 candidatos, e acabaram por escolher duas pessoas, sendo eu uma delas. Na época achavam que eu tinha boas condições, uma dicção razoável, no liceu eu fazia jornal de parece sob a coordenação da professor Ana Hopffer, e ela se preocupava muito em nos ensinar a falar bem, a colocar bem as palavras. Comecei no desporto, e na altura tive muito apoio do Ulisses Monteiro, do Rogério Marques, Agílio Santos e do Magalhães, um jornalista conceituado de Portugal que dava estágio em muitos países. A Arminda Barros, ela também me ajudou muito a dar os primeiros passos. Estive dois anos no Desporto, em Outubro de 1990, fui para a RTP para fazer um estágio e regresssei em finais de 1991 para fazer parte da equipa de campanha para as primeiras eleições democráticas em Cabo Verde. A seguir às eleições, regresssei para a RTP, e trabalhei no Canal 1, como estagiário, até junho de 1992, e tive a sorte de trabalhar com José Rodrigues dos Santos, Judite de Sousa. Quando voltei, fazia desporto, apresentava continuidade, e em 1996 comecei a apresentar o Jornal da Noite, e a fazer reportagens sobre todas as temáticas. Fiz também uma formação em realização.

Vejo que fazes tudo na televisão, mas o que mais te motiva nesse meio?

Eu gosto de desafios e de liderar equipas. Gosto de proporcionar oportunidades aos meus colegas para avançarem, para fazerem melhor em prol da televisão. Eu gosto de uma televisão que tenha programas novos, e que dê oportunidades aos mais jovens. Eu gosto de

reportagem, de apresentar, de realizar. É difícil dizer o que gosto mais.

A TV, digamos que é a tua paixão, como um todo?

É isso, realmente. A televisão é a minha paixão. Na televisão é onde me sinto melhor. Posso ficar horas a apresentar, e tu sabes: nas eleições autárquicas de 2008 fiquei treze horas a apresentar. Eu dou o meu máximo, para que tenhamos o melhor resultado possível. Televisão é um trabalho de equipa, e não podemos funcionar de forma isolada.

Já foste Diretor da TCV, Chefe de Departamento várias vezes. Como é que isso te fez crescer enquanto profissional?

Ajudou-me muito. Ao longo desses 28 anos, se calhar passei mais tempo na chefia. Fui sete vezes Chefe de Informação, antes tinha sido duas vezes Editor do Jornal da Noite. De 2008 a 2013, acumulei produção e direção. Foram vários anos a gerir equipas, a fazer trabalhos que deram muitos frutos. O nosso trabalho marcou esta sociedade. O que me fez crescer? Eu gosto de aprender. Acho que estamos aqui para aprender todos os dias, aprender com todos. Tive outra oportunidade marcante de aprendizagem, os seis meses que passei em diferentes emissoras da TV Globo (no Brasil) em 2001.

A TCV tem sido apetecível pelo poderes políticos, tu sabes disso. Como tem sido o desafio para a afirmação da sua autonomia, perante os poderes políticos?

É um desafio complicadíssimo (e faço um sublinhado na palavra). A televisão foi criada para divulgar as ações do governo e até hoje, por incrível que pareça, ficou essa tendência e vontade de manter o seu controlo e fazer passar as mensagens de quem governa. Quando uma equipa tenta mudar o *statu quo* recebe ameaças. Ao longo desses trinta anos, em alguns momentos, a televisão tentou sair desse redoma da esfera do poder, e quase que conseguiu. Mas se me perguntas se hoje isso acontece, digo que não, e não tenho problema de o admitir. Voltamos aos anos 90.

Esses altos e baixos têm a ver com a conjuntura política?

Têm a ver com quem governa, sobretudo, e com quem está na direção, porque quem governa não vem fazer, tenta dar ordens, tenta influenciar. Se quem estiver na direção deixa, chegamos ao ponto em que estamos hoje. Temos o exemplo da altura em que estivestes na direção (referindo à entrevistadora), e sabemos como as coisas funcionaram, e funcionaram bem. Mas para o sistema político esse ‘funcionar bem’ não é bom, e aí cria-se todas as condições para que a equipa não se sinta bem e saia e dê lugar a outros que dirão ‘yes man’. Em boa parte desses mais de 30 anos foi assim, e agora está a ser assim. Tem uma equipa que dirige, mas vem cá para transmitir a mensagem: ‘nós vamos fazer aquilo que o sistema quer’.

Isso é mau para a Televisão de Cabo Verde que atingiu um bom nível, e que agora está num nível não desejável. Não está sendo respeitada, e isso nota-se nas redes sociais, em opinião de pessoas, de telespectadores que podem não entender de política, mas sabem discernir. Notícias sobre crime, ou notícias que podem causar polémica, ou pôr em causa um membro do governo, não saem na televisão, são censuradas. Isto para mim é muito preocupante.

Como é que olhas para a classe jornalística em termos geracionais? A diferença entre a geração da tua época e hoje?

Eu me considero do tempo do início, porque entrei quatro anos depois da fundação da TEVEC. Podemos falar de três gerações: a minha, a tua (a entrevistadora entrou na TCV em 2001), e esta presente. Sinto que nós trabalhávamos muito por brio, por gosto, às vezes sem conhecimento técnico, e fazíamos. Aguentamos até à vossa chegada. A tua geração, para mim, é a melhor. Tu és hoje uma das maiores figuras da comunicação social em Cabo Verde e da Televisão, a nível de coordenação, de apresentação, de reportagem. E eu tenho orgulho de fazer parte da tua chegada à televisão. E tu fizeste uma carreira ascendente. Agora ouvimos o ministro que tutela a comunicação social a dizer que a atual geração é que vai fazer jornalismo a sério. ‘Isso é brincar com as pessoas e tentar atribuir a nós um atestado de incompetência. Ninguém vai deixar que isso aconteça’. Respeito todos desta nova geração, muitos passaram pelas minhas mãos, mas se formos ver, tiramos o Benvindo Neves, e não vejo mais ninguém. Esses que passam por nós nos dias de hoje, pergunto: ‘o que andaram a fazer durante quatro anos na universidade?’.

Esta conversa leva-nos para à questão da qualidade das universidades nacionais.

Sim. Temos uma proliferação do número de escolas, mas quando vamos ver a qualidade, deixa muito a desejar Margarida Fontes. Isso tem que ser dito. O responsável pelo ensino superior em Cabo Verde tem que dar um basta nisso. É pagar a propina e ter o diploma. É jornalista? Não. Estamos a brincar. E quando ouvimos um responsável político a dizer que esta nova leva que vai fazer jornalismo a sério, sabemos do que se trata. ‘Esta nova leva que vai se deixar manipular para poderem passar a mensagem que querem passar nos órgãos de comunicação social, particularmente na TCV.’ É claramente isso. Com todo o respeito que tenho pelos professores, e pelo sistema de ensino superior em Cabo Verde, mas as coisas não estão a funcionar. Os estudantes que vêm para o mercado como jornalistas não estão minimamente preparados para fazer um bom trabalho.

A AJOC, na altura, reagiu a esta declaração do ministro a que te referiste. Globalmente, como vêes a actuação do Sindicato dos jornalistas na defesa da classe?

Às vezes vejo uma AJOC muito contida, serena, no seu canto. Como quem diz ‘estou aqui a querer agradar a gregos e a troianos’. Nós sabemos que isso não funciona. Não podemos estar, ao mesmo tempo, de bem com Deus e com o Diabo. Em algum momento vejo uma AJOC ávida e rápida a tomar partido e a se posicionar, em outros momentos importantes, não a vejo a posicionar-se, e percebo também que a classe política tem estado a aproveitar desta situação, desse ‘deixar a andar’ da AJOC. Têm estado à vontade para fazer o que bem entendem, intimando a classe, intimidando os jornalistas que vêm como incómodos para a classe política.

Nas últimas eleições autárquicas, foste candidato a presidente de câmara num dos municípios da Ilha do Fogo. Porque tomaste esta decisão? Tiveste desilusão com o jornalismo?

Sim. Mais uma vez consegues me arrepiar. Sim, sim. Eu estava muito desiludido com o jornalismo que se fazia em Cabo Verde, mais concretamente na televisão, afinal nós somos o espelho. Mas nunca me passou pela cabeça candidatar-me a um cargo político. Nesse meio tempo da minha desilusão, chega um grupo de pessoas e me pede para candidatar às eleições no município que viu nascer a minha mãe, Santa Catarina do Fogo. Fiquei num dilema, de querer continuar a fazer televisão, esperando que a desilusão passe. Pensei muito, e decidi que ia trabalhar para aquela comunidade que é também minha. Quando fui, estava consciente do risco, porque sabia que a partir do momento em que me posicionasse numa candidatura, seria visto com outros olhos. Mas veja um pormenor, o PAICV, partido que eu fui representar, já tinha perdido as legislativas um ano antes, mas mesmo assim quis ir dar a minha contribuição, para mostrar que nós também somos seres pensantes. Se o médico, o professor, o engenheiro e o jurista podem, porque é que o jornalista não pode?

O médico quando está a tratar não trata doentes de várias esferas? Trata pessoas, o jornalista também relaciona com pessoas.

Não foste eleito, e voltaste à redação. Sofreste por causa disso?

Quando faço algo de livre e espontânea vontade, não soffro. Não fui para perder, mas sabia que tudo podia acontecer. Perdi, eu sou jornalista, quadro da RTC, voltei. Antes de ir fiz questão de ler a legislação ao pormenor, para saber que nada me impedia. Decidi quebrar esse tabu e fui de consciência tranquila. Havia um lado que dizia ‘ele não vai voltar’, e outro que dizia ‘ele não pode voltar’. No dia 9 de Setembro, apresentei-me no trabalho, e tive um período de nojo de seis meses, fiquei a trabalhar como realizador. Gostaram do meu trabalho como realizador, e passados os seis meses de nojo, passei a fazer as duas coisas, jornalismo e

realização. Faço-o por gosto, sem receber nada a mais, porque gosto de contribuir.

A classe jornalística é respeitada em Cabo Verde?

Diria meio termo, porque nós somos respeitados quando nos respeitamos, se não nos respeitarmos, ninguém nos vai respeitar. Há casos de jornalistas com conduta imprópria, e existe uma tendência para alargar essa imagem a toda a classe. Felizmente, temos gente que não deixa, e impõe respeito. Mas caso contrário, estaríamos muito mal vistos, por causa de algumas posturas de colegas jornalistas que não se respeitam: não se comportam quando vão para uma reportagem, vão para o terreno sem condições de salubridade, vemos jornalistas bêbados a fazer reportagem. Já vi colega meu a cair de bêbado em cima do Presidente da República. Como é que queremos ser respeitados assim? Mas eu sei que o Presidente da República me respeita e te respeita, respeita o Rui Almeida Santos, o Benvindo Neves. Isso é um trabalho que temos que fazer juntos.

Olhando para o teu percurso, estás satisfeito com a tua carreira?

Satisfeito não estou, porque dos parcos conhecimentos que possuo, não tenho estado a dar nem 30 por cento para estar estação. Isso dói. Para quem já deu muito, e tem muito para dar. Durante os últimos tempos, percebo que me deixaram completamente de lado, e isso dói. Ganho um vencimento no fim do mês, e quero justificá-lo, e às vezes não nos deixam. Isso é grave! Isso acontece comigo e com outras pessoas. Isso é mau. Mais valias ficam na bancada, e outros profissionais esforçados, mas que não têm competência igual aos da bancada, estão a dar a cara, a fazer. O que se quer? Onde é que se quer chegar? Isso me preocupa.

Nome Completo: António Manuel Querido Semedo Monteiro

Local e data de nascimento: S. Domingos – 14/02/1959

Profissão do pai: Topógrafo

Profissão da mãe: Doméstica

Estado civil: Solteiro

Habilitações académicas: Licenciado em Filosofia

Início da profissão: 1976

Por onde e como é que começaste no jornalismo?

Comecei no jornal *Voz di Povo* e depois passei para a rádio também *Voz di Povo*, mais tarde passei para a *TNCV* (Televisão Nacional de Cabo Verde), mas já com o objectivo de criar a *RTC* (Rádio Televisão Cabo-verdiana), em 1997. Para isso, fomos enviados à RTP, eu, Floresvindo Barbosa, O Fernando Monteiro, o José Augusto Sanches.

Os nomes que estão ligados à fundação da RTC...

Sim. Depois veio se juntar ao grupo o Rui Pereira.

Depois da RTC, para onde é que foste?

Passei para Presidente do Instituto de Promoção Cultural, criado em 1998. Fui o primeiro Presidente e fiquei lá dois anos. Depois de lá vieste para o projeto Expresso das Ilhas. Sim. Contataram-me e disseram que estavam a criar o Expresso das Ilhas, abraçamos a causa. Agora sou Diretor adjunto e faço tudo. A equipa é pequena, e fazemos um pouco de tudo.

Como se deu o teu início no jornalismo?

Eu tinha uma professora chamada Clara Seabra. O Manuel Delgado, o nosso decano já falecido, antigo diretor do *Voz di Povo*, pediu à Clara Seabra que lhe mandasse um aluno de português para um estágio. Fui para lá antes dos 18 anos, depois de completar os 18 anos, fui nomeado. Depois passei para a rádio com a Salomé Monteiro, a Ana Gonçalves e o Mário Bettencourt.

No jornal *Voz di Povo*, como era o vosso trabalho?

Era tudo nota de imprensa. O *Voz di Povo* ficava ao lado do gabinete do Primeiro Ministro, no edifício onde está, hoje, a Câmara da Praia. Abria-se a janela e entregavam a nota de imprensa.

Os vossos textos eram revistos, censurados?

O conteúdo era censurado, com certeza que sim. Esse era o papel do diretor. Nós fazíamos a peça, era corrigida, depois ia para o diretor. Lembro-me uma vez, fui a Santana fazer um trabalho qualquer, e o diretor disse-me ‘vais fazer a tua primeira manchete’. Depois de enviar o texto a alguém, disse-me, em cima da hora, ‘infelizmente a manchete não pode sair’. Não se enquadrava.

Gostaste logo à partida do jornalismo?

A Clara, ao escolher-me, não o fez por acaso. Escrevia razoavelmente o português, e tinha essa apetência, e encontrei ali uma grande equipa, o Arménio Vieira, o José Filomeno, o Arnaldo Andrade, o Aristides Lima, o Luís Martins, a Paula Martins. Também tinha boas relações com o Ovídio Martins (poeta), íamos ao Cachito jogar xadrez. Aprendi muito com o Arménio (Vieira).

Foi então nesse meio que começou a desabrochar a tua veia poética?

Foi, sim, na redação do *Voz di Povo*, com esses colegas. O próprio Manuel Delgado escrevia poemas e um dos seus poemas mereceu até uma resposta do Arménio Vieira, certa vez.

A redação onde trabalhas, hoje, o Expresso das Ilhas, é pequena. Aponta-me duas vantagens e duas desvantagens disso?

Deve haver muito mais vantagens, mas direi uma: facilita a comunicação grandemente. Temos uma reunião de pauta todas as quartas feiras, e acho que nem era necessário. A desvantagem, é o fato de sermos poucos. As nossas peças poderiam ser muito melhores, se cada um dedicasse a um assunto. Seria tudo mais fácil, cada um tem o seu arquivo, os seus dossiers, sabe tudo onde é que está, e a quem contatar.

A teu ver, quais são hoje os desafios da classe jornalística?

Quando falamos de classe só vemos os jornais da praça e os órgão públicos. Temos várias rádios comunitárias, que às vezes nem conhecemos. Entre esses que conhecemos, a relação é muito cordial.

A classe jornalística é respeitada, ou tem desafios a esse nível?

A classe jornalística reflete o país, reflete as outras classes que não são nem melhores nem piores. Estamos mais sujeitos às críticas, porque estamos nos holofotes. Há coisas que são da alçada do governo, e pensam que o jornalista é que resolve tudo.

A filosofia, que espaço ocupa na tua carreira de jornalista?

A filosofia está nos meus textos, no meu livro de poemas que lancei em 2008. No jornalismo, às vezes, prejudica, porque os fatos não são importantes para a filosofia.

Já pensaste alguma vez em mudar de profissão?

Citando o filósofo Schopenhauer, “nasci quase predestinado a tornar-me um jornalista”. Passei por uma outra experiência, antes do *Voz di povo*. Quando andava no liceu, fui ligado à *Pró Associação* que devia tornar-se depois a associação dos alunos do Liceu Domingos Ramos. Quando a *JAAC-CV* (associação juvenil do partido) chega da Guiné Bissau, tivemos algumas negociações, no princípio foram tolerando, mas depois acabaram com aquilo, e fiquei logo conotado. Depois, havia os famosos encontros na Ponta Belém, em casa do Maika, que já eram mal vistos pelo poder. Então, chego mesmo a ser preterido e preso. Na minha época, os jornalistas andavam na mesma viatura com os seguranças e comigo não tinham conversa.

Os jornalistas cabo-verdianos observam a ética e a deontologia da profissão?

Acho que sim. Um jornal que não respeite esses princípios, desaparece. Já tivemos dos dois lados, tanto do MPD como do PAICV. Mesmo no que tange à publicidade camuflada, não há espaço para isso.

Que línguas estrangeiras dominas?

Primeiramente, o alemão. Ganho até algum dinheiro fazendo tradução, e para não perder o

hábito da língua, o francês, o espanhol. O inglês tenho o que aprendi até o quinto ano no liceu.

Dizias, há pouco, que preferes o género entrevista, porque gostas de ouvir. Cita-me algumas entrevistas que foram marcantes para ti.

Primeiro, o mais difícil, com o Paulino Vieira. Fiz uma entrevista com ele nessa zona de ‘reflexões filosóficas’. Usei a sua música “*N queria ser poeta*” e lhe perguntei se ele “não queria ser Deus”, ele pôs-me na rua, e à noite telefona-me a dizer que a minha pergunta, afinal, não era tão estúpida como parecia, e pediu-me que voltasse para continuar a entrevista. Fizemos a entrevista, e correu muito bem. O César Monteiro publicou-o no seu livro sobre música. Outras entrevistas foram com juristas: os professores Jorge Miranda, Barbosa de Melo, Gomes Canutilho. De resto, acho que já entrevistei toda essa gente nossa, tanto artistas como políticos.

Como é a sua rotina de leitura?

Tenho uma leitura de cabeceira, e outra de casa de banho. De manhã estive a reler Schopenhauer, um filósofo muito pessimista, muito determinista. Na minha idade, gosto mais de reler, do que descobrir coisas novas. Se descobrir, fico contente. Até porque não há mais nada de novo.

E quais são os teus planos?

Planos na minha idade é a reforma, se eu não morrer antes disso.

A reforma e continuar escrever...

Ou a pensar livros. Eu passo a vida a pensar livros e poemas. Às vezes não ponho no papel de tão óbvio, e perde-se.

És religioso?

Fui baptizado na igreja católica e tornei-me protestante ao estudar livros de Max Weber, o que eu leio mais. A ‘*Ética Protestante a o Espírito do Capitalismo*’, e todos os escritos que ele tem sobre religião. Então, tornei-me quase protestante, por causa dessas leituras. Se Cabo Verde fosse mais protestante, menos católico, estaríamos mais desenvolvido. A ética católica é “ganhá na mar, gastá na terra” (expressão em crioulo). Não é bom.

Qual é o lugar da política na tua vida?

Quase cá na política, na minha fase estudantil, na Praia, depois larguei. Fui conotado com o trotskismo, por isso mesmo não apanhei bolsa. Na Alemanha, também comecei na política, era vice-presidente do Comité Amílcar Cabral, que era do PAIGC. Nos cartazes, escrevia coisas do tipo “nós não temos medo da justiça, temos medo da injustiça”, e Silvino da Luz tinha espões aí. Um dia chegou até mim e disse ‘eu sei que andas aqui a merdiar-nos’. Vim passar férias, em 1985, e quase não me deixaram sair do país. Tive que mentir que estava doente, e não disse que era estudante, para poder viajar. E a partir daí, pensei, só regresso quando cair o PAICV. Diga-se, também, que nunca fui militante. Regressei em 1996.

Nome Completo: Mirian Cristina Tavares Lopes dos Santos

Local e data de nascimento: Mindelo, S.Vicente – 11/03/1980

Profissão do pai: Coordenador do Tráfego Aéreo

Profissão da mãe: Administrativa na Aviação Civil

Estado civil: Solteira

Habilitações académicas: Frequentou Licenciatura em Comunicação Social (4 anos)

Início da profissão: 2006

Órgãos de comunicação social onde trabalhou: Tiver e RCV

Porque decidiste cursar o jornalismo e seguir essa profissão?

É complicado dizer o motivo. Quando pensei fazer licenciatura, a ideia não era estudar o jornalismo. Quando saí do Sal, para ir estudar em S.Vicente, o décimo primeiro e segundo anos, segui uma área de estudo diferente, o económico e social. Queria fazer gestão, por influência do meu pai. Em S.Vicente, as coisas começaram a mudar. Comecei a ver que tinha mais interesse por comunicação, a minha professor de português motivou-me bastante. Tinham-me como uma espécie de oradora para tudo. Fui me informando sobre os cursos, e quando fui preencher os papéis, pus sempre comunicação social e jornalismo.

Em que escola estudaste em Portugal? Os anos que lá estiveste confirmaram esse interesse pelo jornalismo?

Eu estive no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade Técnica de Lisboa, na altura, agora é Universidade de Lisboa. Foram oito anos. Diria que inicialmente estava motivada, e a escola era boa, vendo para as pessoas que lá ensinavam, só que a nível prático não satisfazia. Na altura, não havia laboratórios, estúdios. Só quem fosse fazer um estágio, em algum órgão, podia ter a prática, e nem todos conseguiam. Essa era uma das coisas que não gostava tanto na minha universidade, apesar de gostar muito de lá. Estou em Cabo Verde, há dez anos, e sempre que me dizem ‘tens que terminar, faltava-te tão pouco’, digo que só quero terminar se for lá. É uma espécie de obrigação moral.

Tens o plano de voltar?

É um plano que se arrasta há muito tempo. E digo, se não regressar, prefiro começar do zero aqui, mas não comunicação social. Prefiro estudar outra coisa, inglês, algo ligado à cultura.

Trabalhas mais na área cultural e social. São as áreas que te motivam mais?

O que tem marcado mais a minha carreira, tem sido a área social. Em Cabo Verde, nós somos generalistas, acabamos por fazer de tudo um pouco. Faço economia, política, tudo que apareça, e que seja necessário fazer, mas aquilo a que eu me dedico mais é a área social, saúde, educação, ambiente, equidade de género. A cultura também é algo que eu gosto, que me dá prazer.

Como é que encaras esta profissão? Tens desafios?

Os desafios são imensos, tanto a nível pessoal, quanto à própria organização do nosso trabalho, dos órgãos em que trabalhamos. No meu caso, os desafios são maiores. Há a parte pessoal, do fato de eu não ter concluído a licenciatura, isso atrapalha a evolução na carreira, atrapalha a que tenhas condições laborais que te satisfaçam e que motivem. Mas isso é

responsabilidade minha. Não digo que não fique defraudada, por não termos a avaliação de desempenho, por avaliarem as pessoas apenas pelo fato de terem um diploma e não terem um diploma. Tem muita gente na Comunicação Social em Cabo Verde que tem um diploma e não faz melhor trabalho do que eu. Depois tens o problema das instituições, a forma como se organizam, a forma como estamos demasiado centrados em agendas institucionais, a forma como por vezes aqueles que lideram, tanto o órgão, como a redação, estão mais preocupados em cobrir as agendas institucionais do que dar espaços aos jornalistas para fazerem trabalhos mais profundos. Estão mais interessados em dar cobertura a entrega de dois sacos de arroz, do que dar ao jornalistas dois ou três dias para preparar algo mais consistente, investigar e apresentar algo melhor, que seja de fato de interesse público.

Este é um desafio de todos, do jornalismo que se faz no setor público.

É um desafio de todos. Se formos verso os jornais – todos privados – independentemente do que se possa dizer de uns ou de outros, o que nós temos são trabalhos muitas vezes mais consistentes, ouvindo mais vozes, procurando mais fontes, e não coisas superficiais. Não digo que não haja coisas consistentes tanto na RCV como na TCV, mas poderíamos ter todas semanas e em todos os principais espaços informativos trabalhos mais profundos, se tivéssemos um outro olhar sobre os nossos jornalistas e esquecéssemos um pouco as festinhas escolares, as formações, as entregas de sacos de arroz, deixando os jornalistas fazer outro tipo de trabalho. Alguns, de tão habituados que estão, nem se interessam mais por fazer outro tipo de trabalho. Há uns anos atrás queriam, mas hoje em dia já se habituaram à forma como as coisas acontecem.

Como olhas para a classe jornalística. Há sentido de classe?

Esta pergunta é complicada.

Os mais jovens queixam-se que não são bem acolhidos, por exemplo.

Não sei sobre esta geração de hoje, mas eu, há dez anos, quando entrei na rádio, senti-me muito bem acolhida. Desempenhava as funções de secretária de redação, e quando quis aprender outras coisas, houve quem me ensinasse. Na universidade era tudo muito teórico, na prática realmente só comecei a aprender como secretária de redação, no estágio e com os jornalistas da rádio. Foi com eles que aprendi. Não tenho nada a dizer da classe. Se calhar, para quem começa agora, as coisas já são diferente. Imagino talvez que com o mercado cada vez mais saturado, com cada vez mais pessoas a saírem das universidades licenciadas. Imagino que alguns daqueles que saem, não se sintam tão acolhidos, por uma questão de competição. São hipóteses minhas.

E tu, dentro do jornalismo, pretendes continuar a trabalhar na rádio? Quais são os teus planos?

Eu sempre quis fazer rádio e imprensa escrita. Nunca pensei muito em televisão, apesar de ter começado a fazer estágio numa televisão. Sinto-me à vontade para trabalhar em qualquer órgão, mas a rádio vai continuar a ser sempre a minha paixão. Se bem que às vezes precisamos mudar, para nos desafiar-nos a nós mesmos, tentando fazer coisas diferentes, para não cair naquela monotomia. Eu não tenho grandes projetos, enquanto não resolver aquela parte que atrapalha na minha carreira.

Mirian Lopes é poetisa, com poemas publicados. O que a poesia significa para ti? É um complemento à jornalista? Como descreves a tua relação com a poesia?

A minha relação com a poesia é muito profunda. Escrevo desde criança. A poesia começou a ter um lugar mais importante na minha vida, a partir do momento em que eu deixei a universidade. Um pouquinho antes disso, quando a minha mãe faleceu. A poesia transformou-se numa espécie de retiro. Tudo aquilo que não fazes no teu dia a dia, vai para esse espaço. Eu tento, ao máximo, separar a poesia da minha profissão, porque numa temos que ser bastante objetivos e noutra não. Complementam-se, para a minha satisfação própria, para que consiga desempenhar bem as minhas funções.

Quais são as tuas preferências literárias?

Eu sempre li de tudo um pouco. Por estranho que pareça, nunca fui muito de ler muita poesia. Hoje leio um pouco mais. Fui mais uma mulher de romances. Li Gabriel Garcia Marques, Pepetela, Mia Couto. São autores que estão comigo há muito tempo. Neste momento, estou a ler alguém que nunca tido lido, um cabo-verdiano da Ilha do Sal. O Evel Rocha. Há um mês participei no Festival Literatura Mundo, na Ilha do Sal, e adquiri o livro. Chama-se *Cisne Branco*.

Que programas acompanhas nas TV's e nas rádios. Que jornais costumavas ler?

Em Cabo Verde consumir os jornais impressos é quase obrigatório. Para dizer a verdade, vejo notícias e poucos mais. Há programas na televisão que costumava acompanhar, o teu programa (risos), o *Pontos nos Is*.

A nível de política. Tens alguma preferência?

Ter partico político e ter ativismo político são duas coisas diferentes. Acho que todos nós temos direito a sentirmo-nos mais representados por uma ideologia política do que outra. Até porque nós vamos votar, temos direito como cidadãos. Isso não deve interferir na nossa postura na sociedade e no jornalismo. Por isso, diria que sou contra o ativismo político.

Isso vai atrapalhar a imagem do profissional.

O jornalista que faz uma pausa na carreira, entrega a carreira e vai candidatar-se em alguma atividade política, todos vêem, vai depender as cores desse partido. As coisas não correm como queria e volta para a profissão. A partir desse momento, a leitura que as pessoas têm do trabalho desse jornalista vai ser diferente. Quer queira, quer não. Quer ele mesmo sinta e entenda que consegue separar, ser isento, dar um tratamento justo às matérias, independentemente de quem seja, mas a imagem dele já está comprometida. Eu acho que ativismo e exercício de cargo político para alguém que é jornalista e quer ser jornalista para a vida toda ... só se for quando estiver a reformar-se, quando não pretende exercer. É a minha opinião.

Há um esforço para preservar aquilo que são os princípios deontológicos no seio da classe jornalística?

Acho que, de uma maneira geral, sim. Obviamente, em todas as classes, em todas as profissões, não se pode dizer que as coisas sejam lineares. Haverá sempre situações em que essa mesma ética e deontologia serão postas em causa por muitos motivos. Às vezes há coisas que as pessoas associam à ética à deontologia do jornalista que na verdade não competem ao jornalista. São de outras pessoas e acham que é responsabilidade nossa. Mas naquilo que nos compete, eu acredito que sim, que tem havido, de uma maneira geral, um cumprimento.

Local e data de nascimento: Carlos Alberto dos Santos – 15/12/1971

Profissão do pai: Rececionista

Profissão da mãe: Doméstica

Estado civil: Solteiro

Habilitações académicas: Licenciado em Comunicação Social com Pós Graduação em Comunicação para Desenvolvimento, Direitos Humanos e Cultura da Paz

Início da profissão: 1991

Órgãos de comunicação social onde trabalhou: RCV

Como foi o seu início na rádio?

O gosto pelo radialismo surgiu muito cedo nas atividades de animação que liderava no meu bairro. Comecei a frequentar a rádio quando ainda fazia o curso de eletricidade na Escola Técnica de S.Vicente. Entrei como estagiário, em 1991, fazia a animação e uma notícia aqui e ali. Fiz de 92 a 97 um programa de grande audiência que era o ‘Top as 10 Mais’. Em 1997, fui estudar.

Sentiste a necessidade de seguir para o curso?

Tinha uma boa voz, muito boa presença na antenna, mas não tinha ainda aquela noção bem do jornalismo. Lembro-me de ter sido destacado para cobrir as eleições em 1995. Tinha umas técnicas rudimentares de fazer entrevista, aprendi na ‘tarimba’, mas as pessoas que me eram mais chegadas diziam ‘tens que estudar’. De fato, sentia a necessidade, porque não tinha a base do jornalismo, não tinha arcaboço.

Quando voltaste, eras um profissional mais seguro...

Eu já tinha a parte prática, mas depois de uma licenciatura isso abriu-me os horizontes. Quando vim tinha uma outra capacidade.

Quem foram as tuas referências?

Nasci com a vocação para a rádio e sempre ouvia a *Rádio Voz de S.Vicente*. Lembro-me sempre quando às duas da tarde fechavam a emissão e ainda tenho na memória a música de Humbertona que usavam. Quando não retomavam a emissão, procurava por outras estações em língua portuguesa no quadrante. E em Cabo Verde, ouvia o David Leite que fazia o excelente programa ‘*Cartas na Mesa*’ que estive envolvido depois numa celeuma grande. Ouvia o Santos Nascimento que fazia um programa de música aos sábados, o ‘*Caleidoscópico*’, sobre música e vários acontecimentos do espectáculo. Ouvia o António Pedro Rocha, o Carlos Lima, o Fernando Carrilho, o Carlos Afonso e o Rito Melo. Pessoas

que no fundo acabam por nos influenciar, e depois construímos o nosso caminho.

Estás satisfeito com a tua carreira?

Estou a fazer uma carreira. Eu digo sempre que estou a iniciar. O jornalismo, para mim, é uma profissão inacabada, há sempre coisas novas. Não me considero realizado. Acho que posso ainda dar um maior contributo para o jornalismo cabo-verdiano. Às vezes, a forma como as empresas estão organizadas não nos deixa fazer outra coisa. Ficamos sempre nesse ‘rame rame’ de estar atrás dos políticos, ou de ir às conferências de imprensa. Não estou a menosprezar, porque o jornalismo é jornalismo, mas eu acho que nós podemos avançar muito mais.

Há muita fragilidade no seio da classe?

Conselhos de redação é uma fragilidade por culpa nossa. Na rádio não há, mas já houve. As pessoas que estão à frente dos conselhos quando são convidadas para a chefia, acabam por sair, e tudo desmantela-se. Tem havido uma falta de vontade e de interesse dos jornalistas em participar na gestão editorial dos órgãos.

Há uma consciência de classe entre nós?

Eu tenho alguma dificuldade em falar de classe jornalística em Cabo Verde. É um grupo heterogêneo, cada um com a sua cultura, com a sua escola, mas há algo que nos identifica que é esta profissão. Mas não existe classe, há interferência política na classe dos jornalistas. Já constatei situações em que um jornalista na redação defende claramente um partido. Quando um jornalista tenta mobilizar os colegas para terem uma voz na redação, dizem ‘este é da oposição, quer é desestabilizar’. Portanto, não temos essa consciência de classe. Sem isso, dificilmente lá chegaremos.

Estás neste momento a terminar o teu mandato enquanto gestor da Inforpress. Pudeste cumprir o teu plano?

Sempre estudei a agência, sempre a acompanhei e estava à espera de poder implementar reformas. Isso poderia passar por um programa de reformas antecipadas: há jornalistas que estão cansados, desanimados e mostram interesse em ir para a reforma. Precisamos de um novo perfil de jornalistas, para o jornalismo interativo, multimédia. Na vertente da modernização tecnológica, há um atraso de 10 anos. A agência tem futuro, depois de passar por uma grande transformação.

Acabaste de lancar ‘Megafone do Poder’. Antes de mais, o porquê desse título?

Megafone é um instrumento que possibilita a todo o cidadão ter uma voz: ‘o poder’ as novas tecnologias permitem essa proximidade, hoje o cidadão não é um mero telespetador.

O livro resulta de uma inquietação, porque os órgãos continuam a ser megafones do poder, no caso o político. O livro é uma espécie de *check list* de 2003 a 2015 com questões e problemas com os quais o setor se depara. A ideia é fomentar um debate mais sustentado sobre a comunicação social.

Se voltasse no tempo, serias jornalista?

Quando decidi que ia estudar, o meu amigo Júlio Lopes disse-me, “porque não fazes outro curso, em vez de jornalismo? Direito, por exemplo.” Se calhar, se tivesse ouvido esse conselho mais cedo, talvez fizesse outro curso que não comunicação social. Poderia fazer Ciência Política, Direito.

Pensas em mudar de profissão?

Tenho ponderado sobre isso. Se as coisas se mantiverem da maneira como estão, sem uma visão, uma política coerente e visível para uma comunicação social que esteja à altura dos desafios deste país, tenho ponderado realmente fazer outra coisa. Deixar o jornalismo, uma paixão... dificilmente a gente larga assim as nossas paixões. Chega um momento que cansa.

A AJOC tem feito a sua parte para que aproximemos da ideia de uma classe?

Quando transformamos a associação em sindicato, eu acho que nós não estávamos preparados para isso. A AJOC que agora é sindicato continua a funcionar como uma associação. Uma associação de jornalistas que organiza em parceria com outras instituições alguns fóruns, alguns seminários, e não passa disso. Esse salto de transformar a associação em sindicato devia ser acompanhado de alguma formação ao nível do sindicalismo. São jornalistas que agora dirigem o sindicato sem uma preparação no movimento sindical, que é muito reivindicativo. O grande desafio de um sindicato do jornalismo é a defesa intransigente da liberdade de imprensa. Batalhar e bater para que tenhamos as melhores condições de trabalho. A AJOC tem tido uma posição bastante passiva. Eu noto, por exemplo, que o sindicato fica à espera das queixas dos jornalistas, quando devia ser mais pro-ativa. Passei um ano a gritar sobre a situação de dependência financeira da Inforpress em relação à RTC, e o Sindicato nunca se pronunciou sobre isso, nunca chamou a atenção do governo. A mesma coisa se diz sobre a ARC que nunca se pronunciou sobre isso. A ARC tem apenas intervenções administrativas. Produz relatórios e envia para o parlamento, documentos que ninguém conhece, que não é partilhado com ninguém.

Nome Completo: Brígida Soraia Rocha Morais
Local e data de nascimento: São Vicente – 25/09/1992
Profissão do pai: Conductor
Profissão da mãe: Educadora de Infância
Estado civil: Solteira
Habilitações académicas: Licenciatura
Início da profissão: março 2015

Em que órgãos já trabalhaste?

Prestação de serviço na Agência Cabo-verdiana de Notícias, Inforpress.

Qual é a tua Situação profissional? O que fazes?

De momento trabalho na Rádio Nova-Emissora Cristã de Cabo Verde, como jornalista profissional.

O que determinou a escolha do jornalismo?

Sempre tive a vontade de me formar em algo que me permitisse obter mais conhecimento sobre variados assuntos e que, de alguma forma, pudesse me dar algum contributo no meu crescimento como pessoa.

Neste sentido, acredito que o jornalismo abarca este conjunto e que seria a área certa para colocar estas ideias em prática.

Quem foram as tuas referências nesta profissão?

Desde cedo me interessei pelo audiovisual, gostava de ver o telejornal, e ouvir a rádio, logo os jornalistas eram figuras de referência.

Depois, com o curso, alguns professores tornaram-se grandes referências, como José Leite, João Almeida.

Estás satisfeita com o teu trabalho? Que desafios enfrentas no dia a dia para fazer o teu trabalho?

Sim, estou satisfeita. Procuo a cada dia me superar pessoalmente, tentar me desenvolver como profissional, mesmo com poucos recursos humanos ou tecnológicos tenta-se fazer o melhor para levar ao ouvinte um trabalho de qualidade.

Quais são os teus planos?

Desejo aprimorar as minhas capacidades como jornalista, especializando em vertentes que me interessam, quer a cultura ou mesmo o desporto.

Também, obter mais conhecimento prático da profissão com participação em mais formações, palestras e afins de importância no mundo da comunicação.

Sentiste alguma vez condicionada no exercício da profissão?

Já sim, devido a falta de equipamento ou meios que me impediram de realizar, da melhor forma possível, o meu trabalho.

Percebes algum conflito geracional no seio da classe jornalística? Alguma clivagem?

Sim, acredito que exista um pouco, mesmo que não admitam.

Ao que parece, muitos têm medo de perder o lugar ou a importância no serviço que prestam. Muitos jovens detém, hoje em dia, diversas valências que podem convergir trabalhos de duas ou mais profissionais da área, e isso pode ser considerado uma ameaça para os mais velhos na profissão.

Fizeste a formação numa universidade cabo-verdiana. O curso foi o que esperavas? Consideras-te bem formada?

Sim. Estudei na Universidade Lusófona - Baltazar Lopes da Silva, em São Vicente.

O curso tinha duas vertentes, jornalismo e multimédia.

Fiz a de jornalismo, mas para mim estaria mais completa profissionalmente se estudasse as duas vertentes.

Acredito que consegui absorver o básico das noções jornalísticas, mas que a vertente prática do curso deixou muito a desejar e muitas matérias deveriam ser mais claras e diretas, o que em muitos casos não aconteceu.

No geral, acredito que o curso foi bom, tive bons professores que me ajudaram a desenvolver novas habilidades colocadas agora em prática.

Como foste acolhida na redação pelos jornalistas mais velhos?

Em todos os órgãos por onde passei em estágio, sempre tive um bom relacionamento com os demais jornalistas, em que me ajudaram a integrar e a apreender as práticas jornalísticas. Do mesmo modo, foi positiva a experiência até o momento nos locais que já trabalhei profissionalmente.

No domínio da ética e da deontologia, como andam os jornalistas?

No geral, acredito que deve existir um melhoramento considerável dos atos dos profissionais da área a bem do trabalho e da imagem que se pretende transmitir para toda a sociedade. Mas sempre existem casos particulares que não abonam, mas com força de vontade e profissionalismo acredito que devam caminhar para um ambiente favorável.

Queres continuar em S.Vicente ou mais tarde pensas trabalhar numa outra ilha?

Desejo desenvolver mais as minhas aptidões na área da comunicação e afins e deste modo não tenho impedimentos em sair de São Vicente, por isso estou aberta sempre a novos desafios fora da ilha ou do país.

Dominas o francês e o inglês?

Falo fluentemente o inglês, e compreendo bastante o francês.

Que livro estás a ler?

Manual do Guerreiro da Luz de Paulo Coelho

